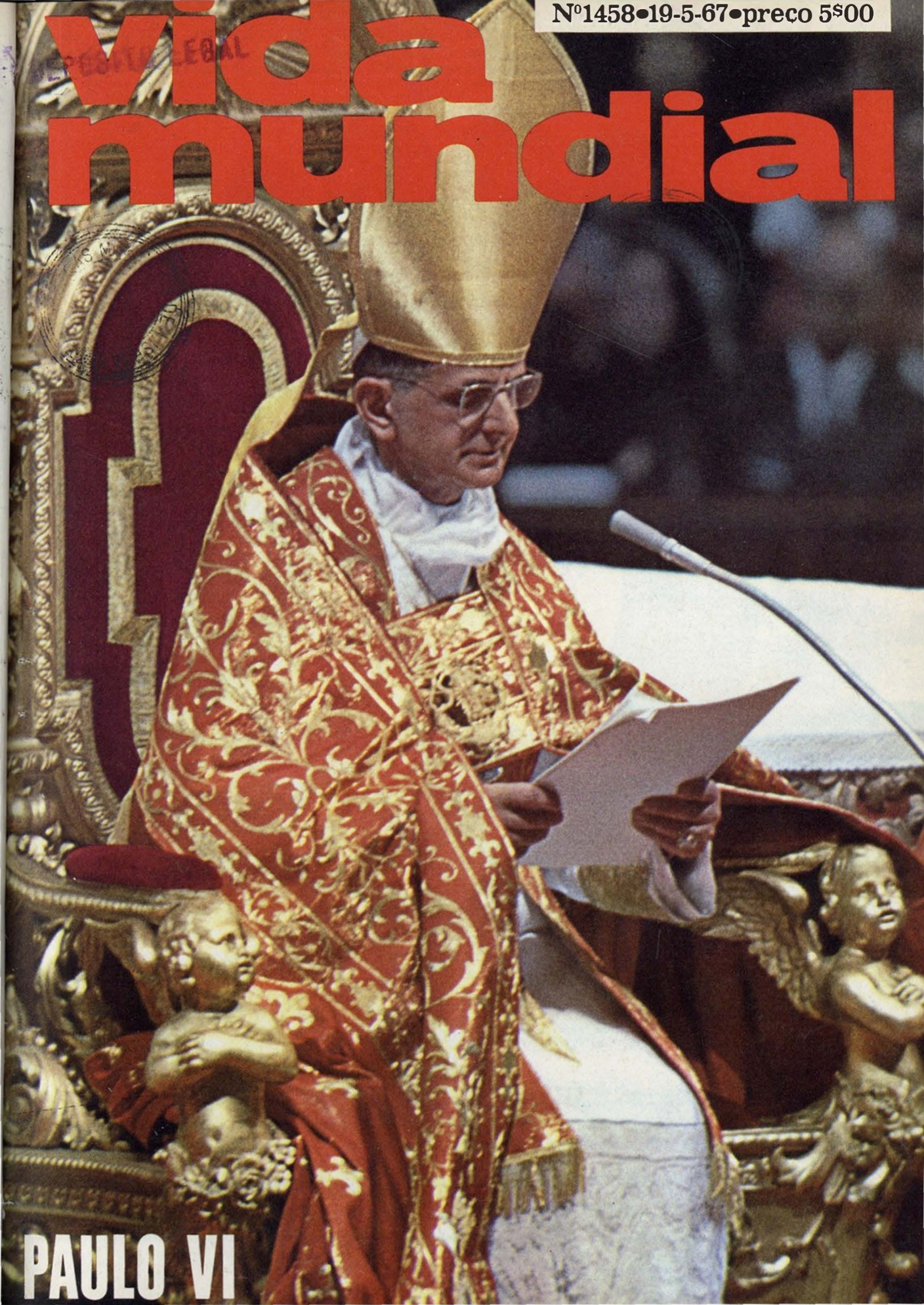


N°1458•19-5-67•preco 5\$00

vida mundial



PAULO VI

O SOL NASCE PARA TODOS



Os **3** exclusivos **MABOR** : *DURAGEN* • *GEN-TAC* • *NYGEN*
GARANTEM maior duração • maior segurança • maior flexibilidade
maior quilometragem original • maior número de recauchutagens



O PNEU PORTUGUÊS COM MAIS ANOS DE EXPERIÊNCIA



BANCO TOTTA-ALIANÇA

*Expansão no País
Projeção no Estrangeiro*

SEDE
LISBOA

FILIAL
PORTO



AGÊNCIAS

Aveiro · Barreiro · Braga · Bragança
Cadaval · Cartaxo · Cascais · Chamusca
Coimbra · Cova da Piedade · Ermezinde · Figueira
da Foz · Guimarães · Maia · Malveira · Moita do Ribatejo
Ponte de Sor · Portalegre · Rossio ao Sul do Tejo
Santarém · Setúbal · Sintra · Vila
Real de S.^{to} António · Viseu
Leiria (a inaugurar brevemente)



DEPENDÊNCIAS

LISBOA

Alvalade · Av. da República · Av. 24 de Julho
Cabo Ruivo · Conde Barão · Duque de Loulé
D. Pedro V · Pascoal de Melo

PORTO

Antas · Boa Vista (a inaugurar brevemente)

CORRESPONDENTES EM TODO O PAIS

CAIXA ECONÔMICA DO FUNCHAL

ANEXA À

ASSOCIAÇÃO
DE SOCORROS MÚTUOS
"4 DE SETEMBRO DE 1862"

A MAIS IMPORTANTE
INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO
TÍPICAMENTE MADEIRENSE

Depósitos de Numerário
Empréstimos sobre Hipoteca

cartas à redacção

CRÍTICA DE ESPECTÁCULOS

Senhor Director

Embora correndo o risco de ser impertinente, não posso deixar de fazer algumas observações sobre o que entendendo deveria ser a V. M. no que se relaciona com a secção de Espectáculos.

1) A desorganização do nosso teatro provoca fenómenos como este: a estreia quase simultânea de espectáculos com suficiente interesse para merecer uma referência mais ou menos crítica. É óbvio que a secção de teatro é obrigada a reflectir essa desorganização e essa irregularidade. Quer dizer, a uma série de críticas seguir-se-á um hiato que, aliás e a meu ver, deveria ser preenchido com noticiário, etc.

2) É claro que o que digo acima se liga à minha própria concepção do que deveria ser a V. M. O que explica o êxito de jornais como «L'Express» e «Le Nouvel Observateur», além das respectivas ópticas políticas ou ideológicas, é o facto de aliarem uma informação política, nacional e internacional séria (relativamente, é bom de ver) a uma séria (ver nota acima) informação cultural. Do mesmo modo, eu via a V. M. assente em três grandes bases: a) Política Internacional; b) Literatura e Espectáculo, incluindo Cinema, Teatro, TV, Música, Variedades, Rádio, Ballet e Discos; c) Secção feminina (uma secção moderna, claro). (A tempo: na Literatura incluiria regularmente uma secção crítica a livros policiais e de ficção, coisa que não há na nossa Imprensa).

Em relação aos Espectáculos. Não sou habitualmente comprador da V. M. Mas sabendo que esta publica regularmente crítica de teatro e cinema (pelo menos) com um mínimo de seriedade e de interesse — passo a comprar, DESDE QUE TENHA A GARANTIA DE ENCONTRAR ESSA SECÇÃO COM A TAL REGULARIDADE. Pela simples razão de que não há nada em Portugal que nos dê uma panorâmica do espectáculo (sou leitor do PLANO mas, além de nunca satir, a secção crítica parece-me excessivamente restrita (não me interessam as Plateias, Celuloides, TVs, etc.). Se nos lembrarmos que, como eu, há milhares de cineclubistas, jovens interessados em Teatro, etc., verificaremos que o interesse comercial da proposta é indiscutível, e que este desarrazoado não é tão parvo como isso.

CARLOS D. LEÇA

Porto





Acaso a sua companhia
de aviação lhe oferece
voos directos
de Lisboa ao Canadá?

a CPA—sim! E sõ a CPA

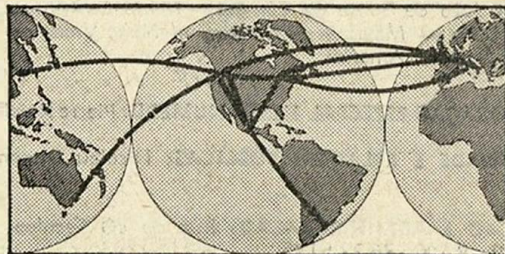
V. vai gostar da **CPA** por tantas coisas novas e surpreendentes! A **CPA** escolheu percursos rápidos para lhe oferecer maior economia de tempo: horas extras de trabalho, de divertimento ou de simples descanso. Voos para as mais importantes cidades do Canadá—e ainda rápidos e convenientes ligações para os Estados Unidos, América Latina e Oriente.


5 voos semanais de Lisboa para todo o Canadá. Estudados cuidadosamente. Em Super-jactos DC8. Tripulados por pilotos treinados em conhecerem todas as rotas do céu. E lá dentro: a calorosa hospitalidade* da Canadian—em toda a viagem!

Venha voar na **CPA**!

* Especialmente para si.

* Pessoal Português a bordo e à chegada.



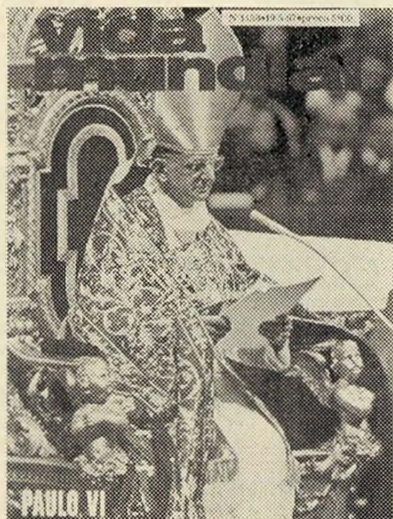
CPA  **CANADIAN PACIFIC AIRLINES**

Consulte a CANADIAN PACIFIC ou o seu agente de viagens.
LISBOA - Av. da Liberdade, 261 - Telef. 55 61 92/3/4
AÇORES-Ponta Delgada - Av. Infante D. Henrique - Telef. 2 27 22



VOE NOS JACTOS DA CPA PARA A FEIRA MUNDIAL DO CANADÁ, EM MONTREAL, DE 28 DE ABR. A 27 DE OUT. DE 1967





VIDA MUNDIAL O MUNDO NUMA SEMANA

- **DIRECTOR E EDITOR:** Francisco Eugénio Martins.
- **CORPO REDACTORIAL:** Carlos Ferrão — Júlio de Sousa Martins — Afonso Cautela — Armando Pereira da Silva — Armando da Silva Carvalho — Carlos Araújo — António Queiroz. **REPORTAGEM FOTOGRAFICA:** Eduardo Gageiro. **PAGINAÇÃO:** Luís Filipe Pavão e Luis Filipe da Conceição. **SECRETÁRIA DA REDACÇÃO:** Lucília Duarte.
- **COLABORADORES PERMANENTES:** Alberto Santos Matos — Carlos Duarte — Carlos Machado — Carlos Porto — Ferreira Alves — Isa Meireles — José Carlos Pinheiro — José Mensurado — João de Sousa da Câmara — Mário Castrim — Manuel de Lima — Maurício de Oliveira — Nuno Vieira — Raul Calado — Roby Amorim.
- **COLABORAÇÃO ESPECIAL NESTE NÚMERO:** Pierre Rondière.
- **PUBLICIDADE E RELAÇÕES PÚBLICAS:** Nicolau Drummond Borges.
- **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** Rua de «O Seculo», 63. Telef. P. B. X. 36 27 51/5.
- **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:** Rua de «O Seculo», 41 — Lisboa-2.
- **PROPRIEDADE:** Sociedade Nacional de Tipografia.

ANO XXIX — N.º 1458 — 19 de Maio de 1967 — PREÇO 5\$00

ASSINATURAS

	3 meses	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas	65\$00	120\$00	230\$00
Ultramar, Espanha e Brasil		120\$00	230\$00
Estrangeiro		185\$00	260\$00

SUMÁRIO

Cartas à Redacção	2
Comentário da Semana	5
Política e Economia	
A Semana Nacional	6
A Semana Internacional	9
Revista da Imprensa Mundial	13
Um Perfil e Uma Obra	19
Papa Paulo VI	
O Estudo da Semana	27
A Banca em Portugal — II	
Testemunho do Nosso Tempo	40
Reflexos Sociais dos Computadores	
Bertrand Russel, Peregrino da Lucidez	45
Os Negros Americanos no Vietnam ...	47
Os grandes Exclusivos V. M.	48
22 de Junho de 1941: Hitler ataca a Leste	
Actualidade V. M.	53
Livros — Transportes — Artes Plásticas — Teatro — Ciência — Medicina — «Music-hall» — Cinema — Desporto — Música — Aviação — O Futuro	

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

comentário da semana

Por Carlos Ferrão

POLÍTICA E ECONOMIA

O pedido do governo britânico para o seu país entrar no Mercado Comum, aceitando integralmente as condições do tratado de Roma que criou aquele organismo, qualquer que seja o seu destino, constitui um acontecimento relevante da vida internacional. Para a Europa e o seu futuro deve ele ser considerado como etapa digna de registo. É uma época da História que termina. Durante séculos a Grã-Bretanha foi, para muitos europeus, a pérfida Albion. Este qualificativo identificava-a com a sua política de sagrado egoísmo em relação aos países do continente, seus vizinhos.

Os ingleses eram uma ilha, disseram sucessivas gerações de homens de Estado que fizeram a sua grandeza. Um deles, Lloyd George, já neste século proclamou que a Grã-Bretanha não tinha amigos mas interesses. O mar e o Império eram as razões do seu poderio. A esquadra mandava nos mares; o pavilhão britânico tornara-se um símbolo do predomínio de uma raça, preparada para grandes feitos. Em momentos de apuro, os seus inimigos, tradicionais ou episódicos, chamavam-lhes piratas e recordavam alguns dos seus mais famosos heróis para estigmatizar a sua sobrançeria e apetite de domínio.

O Império desapareceu na voragem de duas conflagrações mundiais, desencadeadas na Europa. A Grã-Bretanha até à primeira conseguiu, graças aos artificios da sua diplomacia e ao valor da libra, praticar a política da balança de poderes entre amigos e inimigos. Sucessivamente aliada e adversária dos maiores países do continente — a França, a Alemanha, a Áustria, a Rússia —, acabou por ver sumir-se na voragem das guerras continentais o produto glorioso das suas aventuras oceânicas. Desse passado muito ficou, não como temas de recordações saudosas, mas como realidades, que ninguém apagará.

O génio político dos ingleses passou a ser, depois da era da diplomacia de canhoneira, o seu melhor trunfo e dele usam com habilidade. Passada a época das intrigas, do suborno e dos serviços secretos onnipotentes, a Grã-Bretanha situa-se no quadro das realidades em que será obrigada a viver. Os encargos da sua grandeza são muito superiores aos seus recursos actuais, mas os seus soldados e marinheiros, consagrados por um passado de grandeza, têm ainda um valor inestimável. São eles que vigiam zonas agitadas do Globo onde a sua falta se fará sentir. Esta corresponde a uma viragem na evolução do povo que dá mais uma prova da sua coragem e vontade ao propor-se ligar o seu destino ao dos restantes povos europeus que tanto tempo a consideraram como fautor de discórdia permanente.

A pérfida Albion regateou a Napoleão o domínio do continente, como o regateou a Guilherme II e a Hitler. Para tanto sacrificou o sangue de muitos dos seus filhos. No final dessa epopeia, a que andaram algumas vezes ligados o nome e o destino de Portugal, a Europa reconhece que sem a Grã-Bretanha não pode cumprir a sua missão e ela, por sua vez, concluiu que a Europa é sua associada natural, de nada valendo o fosso da Mancha para as separar, pois o génio britânico foi, em todos os tempos, uma contribuição inestimável para o brilho da civilização europeia. Eis uma lição valiosa que o nosso tempo oferece à meditação dos vindouros.

a semana nacional

«OS POETAS SÃO COMO OS PÁSSAROS»

Jovem, louro, brilhante, muito nórdico e muito «ocidental», eis Eugénio Ievtuchenko, chefe de fila dos mais irreverentes e menos dogmáticos poetas soviéticos dos nossos dias. Vagabundo por natureza, de acordo com a sua autodefinição, Ievtuchenko partiu da sua Rússia enorme e veio tocar o outro extremo do continente. Tem estado em Portugal, onde chegou na sexta-feira da semana passada. No dia seguinte, assistiu, em Fátima, à peregrinação do cinquentenário. «Uma experiência impressionante» foi a única reacção que os jornalistas conseguiram obter deste marxista convicto em relação ao que virá na Cova da Iria. Contudo, a sua religião é a verdade e o povo, salientou Ievtuchenko. Se uma manifestação religiosa como aquela a que assistira não podia deixá-lo indiferente, até por-

que era o povo que estava em causa, nenhuma ideia concreta pudera, ainda, extrair. Um sapateiro, trabalhando, entusiástica e eficientemente na sua profissão, assume um significado mais concreto para o vibrante autor de «Babi Year». De resto, Ievtuchenko salientou que, quando viaja, o faz sem preconceitos. Vem para ver, não lhe importando, quando o faz, os regimes políticos dos países que visita. Interessam-lhe mais os rostos do que as paisagens. «Os poetas são como os pássaros — explicou Ievtuchenko — e para os pássaros não existem fronteiras.»

Acreditando em absoluto no poder de comunicação oral da Poesia, e na sua função social, Eugénio Ievtuchenko é um extraordinário declamador que arrebatava multidões mesmo que não compreendam a sua língua. Deu um recital num convento dos Capuchinhos, em Barcelona, com êxito notável. As autoridades portuguesas permitiram que, também, o mesmo sucedesse em Lisboa.

Das obras de Ievtuchenko, está publicada em Portugal a «Autobiografia Prematura», importante documento sobre a juventude soviética perante a destalinização. Em breve será publicada uma antologia de poemas pelo mesmo editor. Entretanto, e assinalando de modo significativo esta passagem pelo nosso País, Ievtuchenko contactou com os seus leitores no dia da inauguração da Feira do Livro de Lisboa, onde concedeu autógrafos.

Embaixador inigualável, simples, inteligente e comunicativo, Eugénio Alexandrovitch Ievtuchenko é um espantoso caso de popularidade em todo o Mundo. ✪



IEVTUCHENKO
«Sou um vagabundo sem preconceitos»



Picasso EM LISBOA

Organizada pela S. N. B. A., sob o patrocínio do Instituto Francês em Portugal, A Association Française d'Action Artistique e Fundação Calouste Gulbenkian, está agora patente ao público de Lisboa um conjunto de 35 litografias, linóleos e águas-tintas de Picasso.

Depois da extraordinária exposição levada a cabo em Paris, não deixa de ser interessante a iniciativa de dar a ver ao grande público, algumas obras desse «deformador» da realidade, desse activo combatente pela sua representação, mais complexa e mais simples que todas as acumulações de ideias feitas nos espíritos dos bem pensantes. Picasso, inclusive deixou de espantar os timoratos apreciadores do naturalismo pictórico e as próprias donas de casa introduzem na decoração de interiores elementos que, pelo menos, devem ao celebrado ancião, um epíteto que, se ainda é depreciativo, é no entanto sinal de adaptação aos novos tempos. Nos novos tempos afinal já se movem novos ares e não é raro que os críticos se encarnicem a colocar Picasso definitivamente nos museus. Mas, ao que parece, o pintor ainda se mexe e não está disposto a encerrar em definitivo uma trajectória de pesquisas incessantes: da fase azul dos deserdados melancólicos (1901 a 1904), passa para o cubismo analítico e cerebralizado de 1907 e que sofre as influências de Cézanne e da arte negra, e em 1940, fugindo aos nazis, desce para Antibes, tornando célebre as olarias da pacata Vallauris, onde se dedicou à cerâmica, juntamente com a escultura, litografia e gravura, utilizando materiais até então considerados insólitos e técnicas de artesanato até aí desconhecidas.

A muitos títulos comparado ao seu amigo Chaplin (quanto mais não seja na celebridade, riqueza e longevidade) amou e ama ainda a vida e as mulheres, que foram muitas a servi-lhe de modelo constante. Mas a chacina a que as submissão nas telas, levou-o a afirmar certo dia: «Assim como Corot não dormia com as suas árvores, eu não me deito com os meus retratos.» ✪

FEIRA DO LIVRO

Inaugurou-se, no dia 17, a 37.ª Feira do Livro de Lisboa. A Feira, este ano, comporta 59 pavilhões de diversas editoras e livrarias nacionais, e o livro brasileiro é o único presente de outra nação, em obra nova, sendo vendido em 19 pavilhões.

Presente, também, um pavilhão da Agência-Geral do Ultramar que, juntamente com a Junta de Investigações do Ultramar, patenteia as suas edições sobre matéria ultramarina, e outro da Câmara Municipal de Lisboa. O Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, organizador do certame, mantém o costumado pavilhão, onde presta aos visitantes esclarecimentos diversos e informações bibliográficas. A Feira funciona de segunda a sexta-feira, das 17 às 24 horas e aos sábados, domingos e feriado do dia 25, das 15 às 24 horas, até 4 de Junho.

Já estão marcadas as datas de diversos dias especiais de manifestações culturais. Assim, 19, o dia de hoje, é considerado o «Dia da Imprensa»; 22, o «Dia do Bibliotecário»; 26, o «Dia do Livro Brasileiro»; 29, o «Dia do Livro Ultramarino»; e 2 de Junho, o «Dia do Livro Olisiponense».

Pensa ainda a comissão organizadora realizar o «Dia da Criança», o «Dia do Teatro» e o «Dia da Fundação Calouste Gulbenkian». *



PALMIRA BASTOS

Com 92 anos, morreu Palmira Bastos, morreu a grande atriz de Teatro, figura excepcional e muito querida da cena portuguesa.

Palmira Bastos iniciou a sua longa carreira, muito jovem ainda, no teatro musicado, mas desde 1919 dedicou-se quase exclusivamente ao teatro declamado. Manteve-se durante muito tempo na companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro. Interpretou entre muitas outras as seguintes peças: «Zazá», «Ressurreição», «Outro Sexo», «Pipiola», «Mamá Bonita», «Mademoiselle», «Grande Cagliostro», «Toque de Recolher», «Grades Floridas», «Tio Milhões», «Minha Mulher, Noiva de Outro», «Maria Antonieta», «A Severa», «Conspiradora», «O Amor não Dorme», «Direitos Paternos», «O Coração Manda», «Leonor Teles», «Idade do Amor», «Sua Majestade», «Marionettes», «Altar da Pátria», «D. João Tenório», «Montmartre», «A Dama das

Camélias», «Fédora», «Tosca», «Feiticeira», «Rosário», «Vida e Doçura», «Banco», «Noite do Casino», «Mamá», «Flor de Murta», «Madre Alegria», «Papirusa», «Ama e Senhora», etc.

A Grande Palmira, como era vulgarmente designada, foi alvo, em 1965, de significativas homenagens, que assinalaram os seus 75 anos de teatro. Dessas homenagens, em que participaram os profissionais de teatro, fez parte o descerramento de uma lápida no Teatro S. Luiz.

Os seus últimos êxitos no Teatro Nacional — onde trabalhou quase meio século — foram «As Árvores Morrem de Pé», de Casona, e «Ciclone», de Somerset Maugham, que lhe valeu, como consagração de uma vida inteira dedicada ao Teatro, o Prémio Lucinda Simões — 1965 (interpretação feminina).

A última vez que Palmira Bastos pisou o paico foi no dia 15 de Dezembro de 1966, no S. Luiz, interpretando «Ciclone», na festa de despedida de Raul de Carvalho. Nessa altura foi alvo de grande e carinhosa ovação, como sempre sucedia. *

UM MUNDO NOVO

Palavras de Paulo VI, proferidas perante mais de um milhão de fiéis no Santuário de Fátima:

«Sim, a paz é dom de Deus, que supõe a intervenção de uma acção do mesmo Deus, acção extremamente boa, misericordiosa e misteriosa. Mas nem sempre é dom miraculoso; é dom que opera os seus prodígios no segredo dos corações dos homens; dom que, por isso, tem necessidade da livre aceitação e da livre colaboração da nossa parte. Por isso, a nossa oração, depois de se ter dirigido ao céu, dirige-se aos homens de todo o Mundo: Homens, dizemos neste momento singular, procurai ser dignos do dom divino da paz. Homens, sede homens. Homens, sede bons, sede cordatos, abri-vos a consideração do bem total do Mundo. Homens, sede magnânimos. Homens, procurai ver o vosso prestígio e o vosso interesse não como contrários ao prestígio e ao interesse dos outros, mas como solidários com eles. Homens, não penseis em projectos de destruição e de morte, de revolução e de violência; pensai em projectos de conforto comum e de colaboração solidária. Homens, pensai na gravidade e na grandeza desta hora, que pode ser decisiva para a história da geração presente e futura; e recomedei a aproximar-vos uns dos outros com intenções de construir um mundo novo; sim, um mundo de homens verdadeiros, o qual é impossível de conseguir se não tem o sol de Deus no seu horizonte. Homens, escutai, através da Nossa humilde e trémula voz, o eco vigoroso da Palavra de Cristo: «Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra, bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus.» *



FEIRA DO LIVRO, o encanto da leitura

NOVO «ROUND» NO «KENNEDY ROUND»

Genebra acaba de ser teatro de um dos mais duros «rounds» das discussões de desarmamento tarifário entre os «Seis» do Mercado Comum e os Estados Unidos. Na última semana todo o ambicioso sistema arquitetado e proposto pelo presidente Kennedy em 1962 esteve à beira de desmoronar. Vale a pena olhar um pouco para trás, a fim de se compreender o significado destas jornadas de Genebra. Depois da última guerra e em grande parte através do «Plano Marshall», os americanos empreenderam todos os esforços no sentido de imprimir à Europa uma unidade económica que transformasse este continente numa voz audível e capaz de se impor ao Leste. Mas a Europa ia progredir mais depressa do que os Estados Unidos pensavam. Com o aparecimento do Mercado Comum, a América não se apercebeu desde logo dos perigos de concorrência que o novo bloco representava; chegou mesmo a incitar a Inglaterra de Mac Millan a que aderisse aos «Seis». Já pensam porém, de outra forma os conselheiros económicos de Johnson em relação ao recente requerimento formal de adesão apresentado em Bruxelas por Harold Wilson.

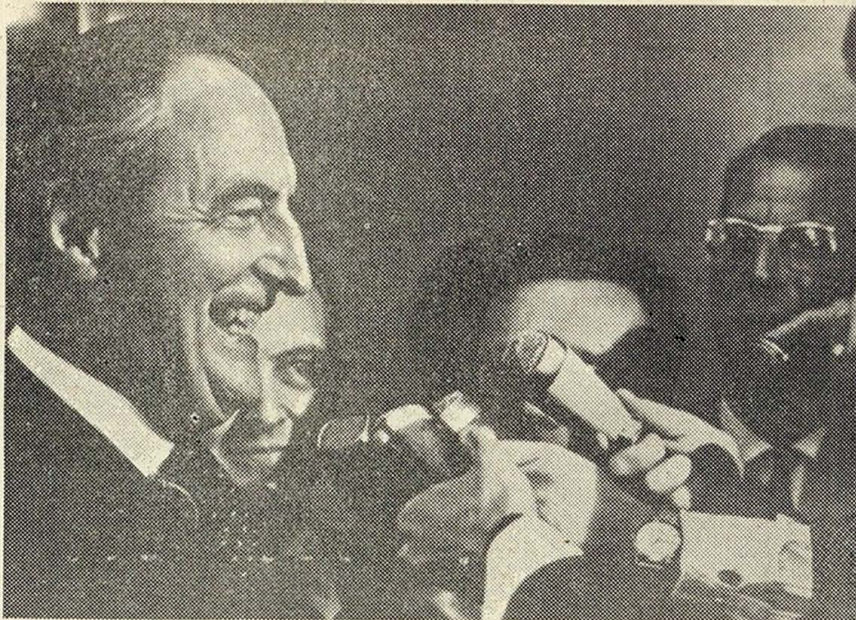
A progressão de uma Europa economicamente forte e aduaneiramente associada em dois importantes blocos (o Mercado Comum e a E. F. T. A.), levou os Estados Unidos e o então presidente Kennedy à apresentação, em 1962, de um projecto que representava uma das mais ambiciosas jogadas de grande estratégia económica, à escala continental. Os «Seis» começavam a tornar-se perigosos concorrentes dos americanos, obrigando a profundas alterações nas cotações das exportações agrícolas e obrigando muitos industriais americanos a instalar as suas fábricas na Europa. Com o «Kennedy Round», assim ficou apelidada a proposta dos Estados Unidos, os países do Mercado comprometiam-se a um esquema de baixa recíproca e substancial de tarifas, na ordem dos 50%, durante um período de cinco anos, que justamente terminava agora. As negociações para tal empreendimento seriam feitas em relação às grandes categorias de produtos e não «artigo por artigo» como nas diligências que têm sido feitas entre os membros do Mercado. A iniciativa de Kennedy foi em grande parte o resultado de fortes pressões da Comissão Económica Mista do Senado e da Câmara que chegava à afirmação, num dos seus relatórios, de que «Os países do Mercado Comum devem ao resto do mundo livre uma redução «unilateral» substancial das

a semana inter nacional

suas tarifas aduaneiras». Participaram nesta «cruzada pelo desarmamento aduaneiro», entre outros, Georges Ball, Douglas Dillon, Luther Hoges, todos acérrimos adversários das medidas proteccionistas. A reacção a este movimento na Europa, pode sintetizar-se pelo comentário de Giscard d'Estaing, num discurso no fim de Março de 62, no American Club de Paris: «O «Kennedy Round» só teria possibilidades de êxito se se instituisse entre os «Seis» e os Estados Unidos um mínimo de organização económica duradoura.» Nem sempre foi fácil a marcha de tão complicada iniciativa. Os seus resultados, por motivos fáceis de compreender, ficaram, de uma maneira geral, aquém do que se preconizava. E assim chegámos, há

dias, ao último «round» do «Kennedy Round», que, durante duas semanas, alvoroçou as reuniões de Genebra. Esteve por um triz a própria tese do falecido presidente, mas os técnicos mais responsáveis salvaram as negociações no meio da mais aguda das crises. Em média, porém, as perspectivas inclinam-se mais para os 30% no capítulo das concessões recíprocas de abaixamento de «direitos». As discussões mais agrestes entre os americanos e os representantes do Mercado Comum, o sr. Jean Rey, foram travadas a propósito do Acordo Mundial sobre a trigo, sendo por fim resolvido que continuasse em vigor. Fundamentalmente, os «Seis» reagiram da forma que era de esperar: os países do Mercado só aceitariam restrições à sua política do trigo, relativamente aos direitos de importação e aos excedentes de produção, se todos os restantes as aceitassem. Quanto aos produtos químicos, também os membros da Comunidade Económica Europeia se recusaram a continuar sujeitos ao desconfortável sistema de imposição pelos americanos dos preços no mercado mundial. Os novos «rounds», a partir de agora, passam a jogar com outras coordenadas e conjunturas. É o caso de vir a concretizar-se a aceitação por parte dos «Seis» da entrada da Inglaterra no Mercado, o que levantará os mais intrincados problemas nomeadamente nos sectores dos aços, da electrónica e dos produtos químicos. *

CANDIDATURA DA GRÃ-BRETANHA



A candidatura da Grã-Bretanha para o Mercado Comum, foi aprovada na Câmara Baixa, por enorme maioria de votos. O respectivo documento, como se vê na foto, foi entregue oficialmente pelo embaixador inglês junto da C. E. E., «sir» James Marjorie Banks, a A. M. van Eiselnde, presidente em exercício do Mercado Comum

DECISÃO ESPECTACULAR

Depois da aprovação maciça da Câmara dos Comuns, o embaixador britânico nas comunidades europeias, «sir» James Marjorie Banks, entregou ao presidente do conselho de ministros da C. E. E., Renaat van Elstade, o pedido oficial de adesão da Grã-Bretanha ao Mercado Comum.

Com excepção de Fred Peart, ministro da Lavoura, os adversários, no gabinete, não se manifestaram durante o debate. Em especial Douglas Jay, ministro do Comércio, absteve-se de pedir a palavra. Nenhum pediu a demissão, mas todos querem estar presentes para observar melhor a tática de Wilson nas próximas negociações, e ter a certeza de que as condições britânicas são efectivamente mantidas. Deste ponto de vista, o mandato dado a Harold Wilson é relativamente claro e a sua margem de manobra, nas conversações com os «Seis», parece mais estreita do que seria de esperar. O primeiro ministro admitiu que a Grã-Bretanha não tinha praticamente qualquer solução sobressalente aplicável no imediato. Estaria disposto, na realidade, a abandonar pelo caminho a maior parte das condições que ele mesmo enumerou. De facto, a entrada no Mercado Comum é, para a Grã-Bretanha, necessidade instantânea. Mas entre as objecções de alguns dos «Seis» e as exigências de muitos dos seus ministros e eleitores, o caminho que escolheu é apertado e cheio de ciladas.

No estado actual da opinião pública, desiludida com dois anos de governo trabalhista, Wilson precisa de importante sucesso político, sobretudo quanto às próximas eleições gerais, provavelmente em 1970. Desejaria que, antes dessa data, a Grã-Bretanha fosse admitida no Mercado Comum, sem que se fizesse sentir ainda os inconvenientes imediatos (aumento do custo dos viveres, nomeadamente).

Wilson insistiu muito na importância política da adesão britânica, atendendo à sua contribuição tecnológica, industrial e comercial. Sem projectar elos orgânicos capazes de levar a uma federação, a Grã-Bretanha pensa que, em si, a expansão possível levará a Europa a desempenhar papel de relevo na política mundial.

Quando o chefe do Foreign Office fala da unidade política europeia, vê-a através da sua unidade económica.

No plano da defesa, a Grã-Bretanha, na prática, já enveredou por um processo de desobrigação relativamente aos Estados Unidos. Quer entre no Mercado Comum ou não, retirará, mais tarde ou mais cedo, as tropas estacionadas para além do Suez. Não assinará novo acordo de Nassau, como o primeiro-ministro britânico afirmou. A sua verdadeira dependência é hoje mais económica e financeira do que militar.

Trata-se da dependência do estéril em relação ao dólar.



Uma imagem de John Steinbeck no Vietnam do Sul, onde passou uma temporada a fim de colher elementos para uma série de artigos

VOLUMOSO AUXÍLIO SOVIÉTICO A HANÓI

O auxílio da U. R. S. S. ao Vietnam do Norte, para o ano de 1968 — auxílio militar, económico e alimentar — atingirá várias centenas de milhões de rublos. Tal teria sido a decisão tomada durante uma viagem, mantida secreta, de Phan Van Dong, primeiro-ministro de Hanói, acompanhado de Dien, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, e do ministro da Defesa, Nguyen Giap, que estiveram na Rússia em fins de Março último. Depois de se ter avistado com os dirigentes soviéticos, a delegação, a bordo dum avião especial, fez uma es-

a semana internacional

cala prolongada em Pequim.

Em Moscovo, os meios oficiais declararam nada saber acerca desta informação, aliás provida duma fonte geralmente bem informada. Recordase que já em 1966 se efectuara um encontro, também mantido secreto e realizado durante o Verão, com o fim de estabelecer as modalidades e o volume do auxílio soviético ao Vietnam para 1967.

A assinatura do acordo para 1968 deverá realizar-se dentro de algumas semanas, por ocasião duma viagem que efectua regularmente aos países do Leste europeu o ministro vietnamês encarregado das questões do auxílio internacional, Li Than Ngui.

Assim se confirmam as palavras pronunciadas pelo marechal Gretchko, durante a revista do 1.º de Maio: «Com todos os outros países socialistas, a U. R. S. S. continuará a prestar ao povo vietnamês um auxílio activo e multiforme...»

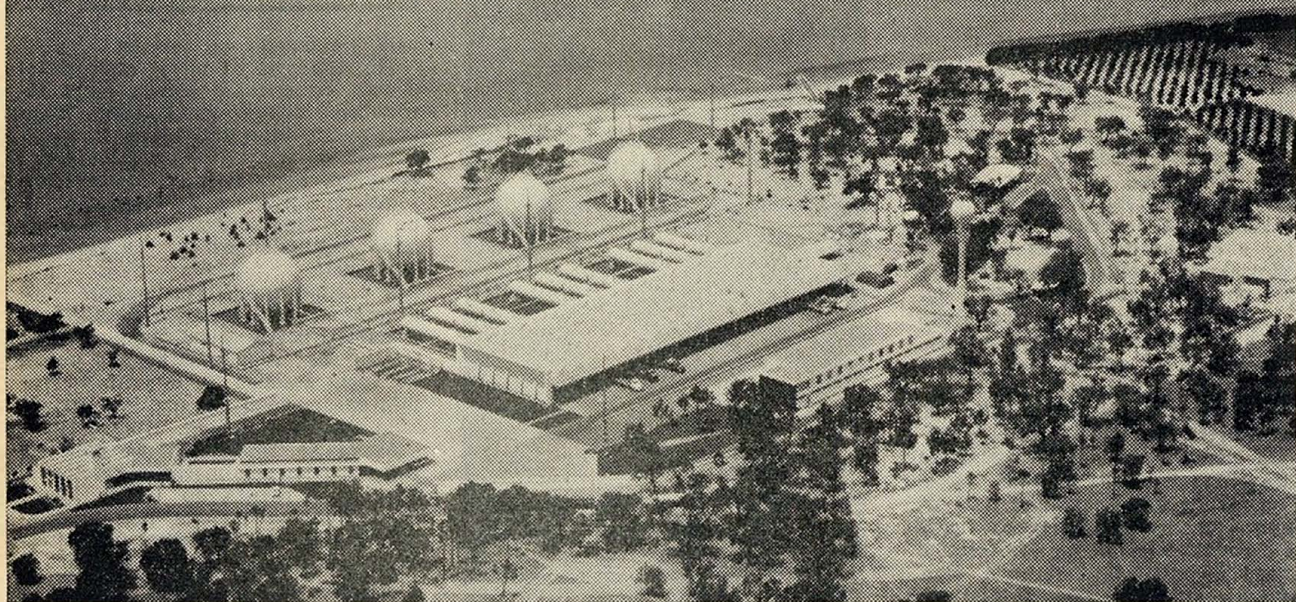
Alemanha Oriental CONVITE A KIESINGER

Em carta ao chanceler Kiesinger, o presidente do Conselho da R. D. A., Willy Stoph, convida o chefe do governo federal para ir ao sector oriental de Berlim. Por outro lado, declara-se pronto a encontrar-se com o chanceler Kiesinger, em Bona. O texto da mensagem, recebido e aceite pelo chefe do governo da Alemanha Federal, foi publicado pela agência noticiosa oficial da R. D. A., a ADN.

Tema das negociações propostas por Stoph: «Normalização das relações entre as duas partes da Alemanha e medidas tendentes a promover o desanuviamento na Europa.» Condição «sine qua non» para estas negociações: «Abandono pela R. F. A. da pretensão a representar, sozinha, a Alemanha.» Além disso, o chefe do governo de Pancov exige um acordo de renúncia à violência entre o governo federal e a R. D. A.

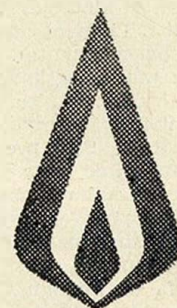
A propósito deste convite, dirigido pelo presidente do Conselho da R. D. A. ao chanceler Kiesinger, lembra-se que não é a primeira vez que um chanceler federal aceita tomar conhecimento de uma carta de um dirigente de Berlim Oriental. Em Dezembro de 1950, o chanceler Adenauer recebeu e leu uma mensagem de Otto

PORTA PARA UM MUNDO NOVO...



PARQUE DO ROSAIRINHO

a maior instalação de armazenagem de gás e enchimento de garrafas até hoje construída no nosso país, cujos estudos e construção foram totalmente realizados por técnicos e operários portugueses.



GAZCIDLA

PROPACIDLA

AO SERVIÇO DOS LARES E DAS INDÚSTRIAS DE PORTUGAL

Grotewohl, ao tempo chefe do governo da R. D. A. O texto foi discutido em conselho de ministros. Grotewohl propunha negociações para a criação de um conselho interalemão, proposta que, finalmente, foi rejeitada. Em 1952, houve uma troca de correspondência entre o antigo presidente do Bundestag, Hermann Ehlers, e o presidente da Câmara do Povo de Berlim Oriental, Johannes Dieckmann. No mesmo ano, Ehlers recebeu, em Bona, cinco deputados da R. D. A. dirigidos por um membro da direcção política do S. E. D. Esta iniciativa provocou imensos protestos, nomeadamente da parte dos social-democráticos. ✪

Birmânia

COMEÇAR PELO PRINCÍPIO

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas satisfará parte do custo de um projecto tailandês para a criação de bases que permitam a industrialização do país. Trata-se, para já, de uma nova oficina de treino para técnicos, dirigida pelo Instituto do Serviço das Pequenas Indústrias. (S. I. S. I.), pertença do governo. Ou seja: começar pelo princípio!

Situada no subúrbio de Pradang, a oficina, segundo se espera, será inaugurada no princípio do próximo ano.

Será equipada com maquinaria e utensílios essenciais às indústrias de manufaturação. Além disso, disporá de uma pequena fundição, um sector de laminação eléctrica e de uma série de aparelhos de medição.

Estes sectores serão utilizados para aumentar a capacidade de trabalho dos técnicos e a sua arte que trabalham nas pequenas indústrias.

A maquinaria será desenvolvida e desenhada pelo Instituto para produzir mercadorias que sirvam as necessidades das indústrias locais.

Entretanto, uma fábrica experimental de algodão e seda, criada para fornecer serviços técnicos à indústria têxtil, foi absorvida pelo Instituto para actuar como um laboratório central de experimentação de têxteis.

O Instituto terá uma divisão de treino, que levará a cabo a especialização através de cursos especiais ou durante o trabalho dentro da indústria e para funcionar como serviço de consulta às fábricas, individualmente.

O fim da guerra mundial encontrou na Tailândia com pouca indústria de manufatura, excepto o artesanato.

Se bem que se tenha registado algum progresso em 1957, a maior parte das fábricas emprega menos de 20 pessoas. Dois terços de todas as indústrias de manufaturação estão em Bangucoque ou nos seus arredores. O Instituto, por consequência, concentrará a sua atenção na região da capital, durante os primeiros anos.



O prof. Walter Hallstein que decidiu retirar a sua candidatura ao cargo de presidente da futura comissão única europeia e que desde 1958 foi presidente da comissão do Mercado Comum

a semana internacional

Dinamarca

A PRINCESA NÃO GOSTA DE POLÍTICA

«Não queremos imiscuir-nos em política», afirmou a princesa herdeira dinamarquesa, Margrethe, numa longa conferência de Imprensa, no palácio real de Fredensborg, a que assistiu o noivo, conde Henri de Laborde de Monpezat.

Em resposta a uma avalanche de perguntas, postas por mais de cem jornalistas dinamarqueses e estrangeiros a princesa Margrethe evidenciou extrema prudência no terreno da política. «Isso relaciona-se com a política».

Estados Unidos

UMA GUERRA RENTÁVEL

Nos Estados Unidos, as encomendas de armamento foram, no ano de 1966, o principal estimulante da actividade económica e serão ainda mais em 1967. É o que afirma uma recente nota do conselho comercial junto da embaixada da França, em Washington — e os factos dão-lhe razão.

Em 1966, o orçamento da Defesa era superior a 20% ao de 1965, um «aumento» de 10 biliões de dólares tinha sido concedido durante uma reunião do Congresso. Do mesmo modo prevê-se que as despesas militares para 1967, que são já superiores às de 1966, serão insuficientes, e que o Congresso deverá conceder créditos suplementares.

É evidente que esta crescente militarização da Economia tem efeitos «benéficos» na conjuntura e as encomendas de armamento chegaram ao ponto de compensar o afrouxamento da actividade em certos sectores, como o do automobilismo.

É tão verdade que se pergunta se o endurecimento da posição do presidente Johnson, no caso do Vietnam, não é, dentro duma certa medida, ditado por um receio de afrouxamento de negócios, que re-

sultaria dum acordo com Ho Chi Minh.

Para o compreender, é preciso referimo-nos, uma vez mais, à nota do conselheiro comercial da França em Washington: disse ele que no decurso dos últimos meses o consumo dos Estados Unidos estagnou. Por outro lado, a produção industrial mantém-se estacionária desde o Outono.

Por último, os «stocks» são enormes, o que trava o conjunto das actividades: no automobilismo, por exemplo, contam-se 1 500 000 veículos por vender, ou seja a produção de dois meses.

As perspectivas económicas americanas são, pois, mediocres. Foi o secretário adjunto do departamento do Comércio de Washington que o declarou. Por isso o Federal Reserve Board decidiu baixar a sua taxa de desconto de 4,5 para 4%, enquanto a Casa Branca renuncia ao projecto de aumento de impostos que tinha no Outono, proposto ao Congresso.

Estas medidas financeiras, juntamente com o aumento do orçamento militar, são destinadas a incentivar as transacções. Mas sem a guerra do Vietnam poder-se-ia perguntar o que seria da economia americana.



a semana inter- nacional

Alemanha Ocidental

REPATRIAMENTO DE FORÇAS

O governo dos Estados Unidos propõe-se repatriar, no decurso do próximo ano, 35 000 dos 200 000 soldados americanos que se encontram estacionados presentemente na Alemanha Ocidental. Por outro lado, regressarão igualmente à Grã-Bretanha 6000 homens dos 50 000 que compõem o exército britânico do Reno.

Tal foi o acordo a que chegaram os negociantes de Bona, Londres e Washington ao cabo de oito meses de negociações, por vezes um tanto acidentadas. Os termos desse acordo terão ainda de ser ratificados pela N. A. T. O.

Deverá ver-se nisso o começo de um descomprometimento americano e inglês, mais vasto, em relação à Alemanha Ocidental? É essa a pergunta feita nos meios governamentais alemães e, nomeadamente, no Ministério da Defesa, onde essa operação é aprovada apenas com certas reservas.

Ficou assente que regressariam, aos Estados Unidos, duas brigadas de cada três da 24.ª Divisão de Infantaria, ou seja um total de 28 000 homens. De dez em dez meses, a brigada estacionada na Alemanha Ocidental será substituída por uma das duas brigadas regressadas aos Estados Unidos. Uma vez por ano, a 24.ª Divisão de Infantaria e as nove esquadrilhas de aviação encontrar-se-ão completas para a realização de manobras. As forças americanas regressadas aos Estados Unidos continuarão à disposição da N. A. T. O.

Os 6000 soldados ingleses que vão

ser repatriados representam uma brigada de infantaria e uma esquadri-
lha.

As negociações tripartidas que acabam de terminar conduziram a um reexame do auxílio em divisas concedido, até agora, pela República Federal, a Washington e a Londres, para a manutenção das forças anglo-saxónicas. Embora o montante exigido pelos americanos seja tão elevado como anteriormente, desta vez os alemães não serão, no entanto, obrigados a comprar armamento aos Estados Unidos. Está estabelecido que, de Julho de 1967 até ao fim de Junho de 1968, o governo federal fará aquisições nos Estados Unidos no valor de 5000 milhões de dólares (15 milhões de contos).

Por outro lado, o governo federal procurará fornecer, à Grã-Bretanha, um auxílio de 550 milhões de marcos (3 960 000 contos) durante o ano fiscal que vai desde 1 de Abril de 1967 até 31 de Março de 1968. Trata-se de pouco mais de metade da verba exigida pelos ingleses. ★

NOVO OLEODUTO NA ÁFRICA ORIENTAL

Começaram os trabalhos de construção do grande «pipe-line» que liga o porto de Dar-es-Salam, na Tanzânia, à cidade de Ndola, na Zâmbia (antiga Rodésia do Norte).

Cinco mil toneladas de material, na sua maioria tubos, foram descarregados naquele porto, do navio italiano «Portovado», enquanto prosseguem os trabalhos de terraplenagem.

O «pipe-line» terá a extensão de 1700 quilómetros e destina-se a fornecer com regularidade os combustíveis de que a Zâmbia precisa para as suas actividades mineiras, sobretudo nas áreas do cobre (região do «Copperbelt»). O país vem recebendo com dificuldades os carburantes de que necessita para as suas indústrias e para o seu parque automóvel através da estrada Zâmbia-Tanzânia, que se encontra em péssimo estado, e por diversas «pontes aéreas», a partir de Dar-es-Salam e até da nova República da Botswana (antiga Bechuanalândia).

A obra que é financiada pelo «Instituto Mobiliare Italiano», grupo «Mediobanca» (com cerca de 15 milhões de dólares) avançará a um ritmo de 8 quilómetros por dia, devendo ser inaugurada no fim do ano.

O governo da Zâmbia construirá uma refinaria na terminal do oleoduto, perto de Ndola (na fronteira do Congo), na aldeia de Bwana Mkulwa. Espera-se que a refinaria esteja pronta em 1971.

Centro ferroviário importante, Ndola passaria a exportar gasolinas e produtos derivados do petróleo para o Cautanga. ●

ca, da qual nada entendo», disse a quem lhe pediu opinião a respeito da situação na Grécia. Como houvessem admitido que «tinha falado algumas vezes pelo telefone», com a rainha Ana Maria da Grécia, casada com o rei Constantino, depois do golpe militar de Atenas, e lhe perguntassem o que pensava a irmã daqueles acontecimentos, a princesa respondeu: «Ana Maria espera um filho para breve. É isso que a preocupa».

Indicou, por outro lado, que não sabia se o rei Constantino assistiria ao seu casamento, em 10 de Junho, ou se a rainha Ana Maria iria sozinha.

A princesa Margrethe explicou que só foram convidados para a boda os chefes de Estado parentes da família real dinamarquesa, além dos presidentes da República da Islândia e da Finlândia, atendendo a que fazem parte do bloco nórdico.

O conde de Monpezat disse, por sua vez, que tenciona trabalhar, depois do casamento. Interrogado acerca do que pensa da monarquia e da república, respondeu que, o que importa, são as relações humanas. «Quando toda a gente se entende, não é grande a diferença entre monarquia e república. Para ele, o regime ideal é o que garante o bem-estar ao maior número possível de pessoas.



O rei Faical da Arábia Saudita, recentemente, em visita oficial a Londres, dirige-se para o Palácio de Buckingham, acompanhado pela rainha Isabel II, após a sua chegada à capital britânica

revista da imprensa mundial

SUHARTO EXPULSA UM MILHÃO E MEIO DE CHINESES

O encarregado de negócios da Indonésia, na China, e o seu adido de Imprensa enfrentaram uma multidão sarcástica de 2000 chineses, no aeroporto de Pequim, antes de poderem largar para Hong-Kong, a caminho do seu país, em obediência a uma ordem sumária de expulsão, dada pelo governo chinês.

Os expulsos partiram após cinco dias de cerco à embaixada indonésia, cerco esse realizado por milhares de estudantes e operários bem ensaiados, protestando contra a «maciça e cruel perseguição movida aos chineses na Indonésia», comparável às violências de Hitler contra os judeus.

Depois de constantes manifestações e contramanifestações, na China e na Indonésia, as relações entre as duas gigantescas repúblicas, cuja agressiva aliança esquerdista ainda há pouco mais de 18 meses ameaçou agarrar nas suas tenazes todo o Sudoeste Asiático, essas relações diziamos, chegaram quase ao ponto de ruptura.

As manifestações de Pequim seguiram de perto os últimos impulsos da violência racial verificada em Djakarta. Essa violência atingiu o auge quando 5000 jovens afluíram à embaixada chinesa, há dias, tentando incendiar o edifício. Repelidos pela tropa, os manifestantes apedrejaram estabelecimentos comerciais, derrubaram carros e agrediram transeuntes chineses com mangueiras de borracha, enquanto os estudantes gritavam: «Ponham-nos fora! São todos iguais!»

Pode ser que este desejo venha a ser satisfeito. Efectivamente, as autoridades militares revelaram que 350 000 chineses de Bornéu (Indonésia), ainda não naturalizados, vão ser concentrados nas cidades, donde seguirão para a China. E, se esta medida for aplicada em todo o país, cerca de milhão e meio de chineses não assimilados (que não adoptaram a cidadania indonésia) terão de voltar para a sua pátria.

O movimento para a expulsão dos chineses e o agravamento das relações diplomáticas sino-indonésias tiveram a sua origem nos aconteci-

mentos críticos do Outono de 1965, quando não só Pequim e a embaixada da China em Djakarta, mas também muitos chineses da cidade estiveram implicados no abortado golpe comunista — quer como organizadores subversivos, quer como fontes de fundos revolucionários da ala esquerda. O eixo Pequim-Djakarta, de Sokarno, desfez-se, a caça aos chineses traidores intensificou-se e, em Abril de 1966, a embaixada chinesa foi parcialmente destruída.

Desde então, o ódio racial teve muito onde se alimentar. Buscas nas habitações de chineses descobriram armas, munições, literatura comunista e bustos de Mao. No começo de Abril, um general indonésio acusou a Rádio de Pequim de «orientar» 100 000 chineses «traidores», na Indonésia e, ainda há dias, o «Diário do Povo» admitia isto, virtualmente, louvando os «patriotas chineses da Indonésia», que combateram «o governo reacccionário daquele país».

QUINTA COLUNA

Entretanto, o repatriamento dos chineses da Indonésia tornou-se um problema, em Agosto do ano findo, quando uns 7000 chineses, expulsos do norte de Sumatra, foram arrebanhados para acampamentos imundos e desconfortáveis instalações, em Medan, além de agredidos pela população e despojados de muitos dos seus haveres. Mas os indonésios recusaram-se a fornecer navios para as deportações, ou a simplificar o método de emigração; de forma que, entre Setembro e Fevereiro, apenas três barcos chegaram a transportar 3000 emigrantes, os quais tinham sido primeiro despojados de quase tudo o que possuíam, deixando-lhes apenas uns 60 escudos, em dinheiro, a cada um.

E provável que, dos dois ministros dos Negócios Estrangeiros em re-

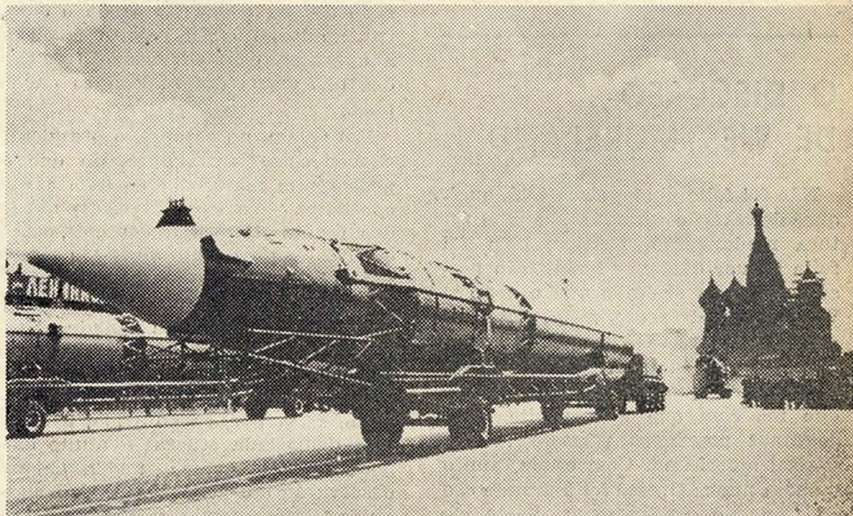
ferência, nem o marechal Chen Yi nem Adam Malik, sejam entusiastas da migração. Ambos declararam há dias que qualquer dos dois países não será o primeiro a recompor as relações diplomáticas. Para Chen Yi, continuas ligações poderão permitir que a embaixada chinesa em Djakarta desenvolva a quinta coluna comunista e, em especial, maneje a economia indonésia, para fins políticos, por intermédio da comunidade chinesa local. Para Malik, a acalmção dos fervores poderá dar à classe comercial chinesa ensejo para desempenhar um papel vital, emperrando a já precária economia nacional.

Isto porque se calcula que quando a Indonésia se tornou independente, há 18 anos, a minoria chinesa, trabalhadora e, às vezes, sem escrúpulos — 3 por cento da população — tinha nas suas mãos 70 por cento de todo o comércio e fontes de abastecimentos, controlando também 90 por cento do movimento comercial no interior, assim como a indústria média e pequena.

Quando, em 1959, o governo de Djakarta contentou o seu povo proibindo aos chineses locais qualquer comércio fora das cidades indonésias, as cooperativas nacionais mostraram-se incapazes de desempenhar o seu papel, a distribuição destruiu-se, e a produção baixou, revelando-se logo em seguida uma acentuada fuga de capitais. Os chineses tiveram de ser autorizados a regressar aos seus armazéns, continuando, depois, as suas, tantas vezes, nefastas manipulações da musculatura económica do país.

BANIDO O COMÉRCIO CHINÊS

Ainda há dias, tumultos antichineses voltaram a suscitar sérios e prementes problemas. Lojas e armazéns fecharam, a vida comercial parou e o preço do arroz teve uma alta de



Diplomatas chineses afastaram-se da Praça Vermelha, em Moscovo, como protesto contra os ataques russos, a propósito da recusa chinesa de aderir a um «programa de frente comum» para ganhar a guerra do Vietnam. O gesto dos diplomatas chineses teve lugar durante o tradicional desfile do 1.º de Maio, de que a gravura reproduz um aspecto

50 por cento. Após repetidos apelos de Malik, que lhes ofereceu guardas armadas, os chineses, finalmente, reabriram o seu negócio.

Os partidos políticos e organismos importantes reclamaram o corte de relações entre Djakarta e Pequim, assim como a expulsão de todos os chineses, ou, pelo menos, a limitação das suas actividades comerciais às cidades provinciais e apenas a mercadorias secundárias.

Essas reclamações não foram inteiramente desatendidas. Em Java, os chineses foram proibidos de comerciar em muitas zonas rurais, ou de se deslocarem para outras áreas, incluindo Djakarta.

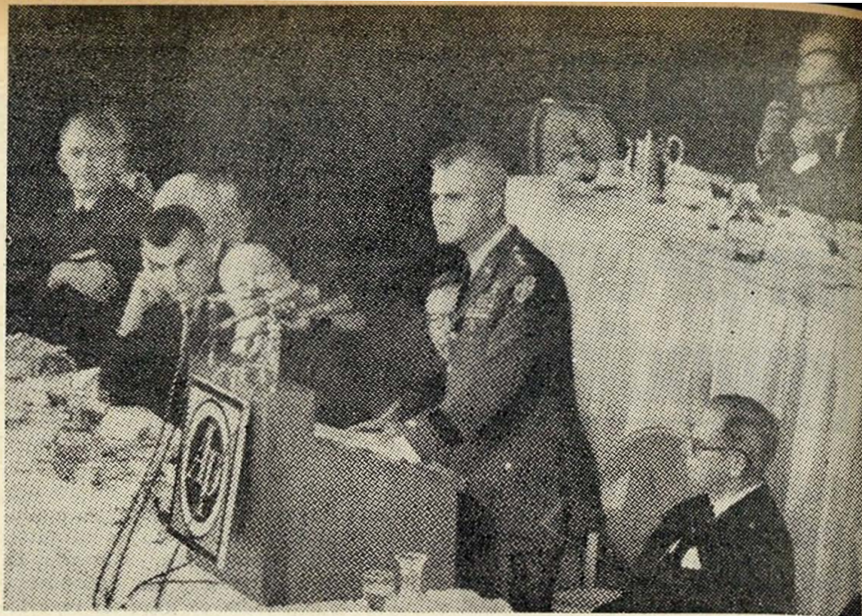
Homens como Malik estão a acentuar enérgicamente que, a despeito das iniquidades «capitalistas» dos chineses «comunistas», estes são ainda necessários para reforçarem uma economia fraca e convalescente da crise provocada por muitos anos do mau governo de Sokarno. Demais, as desordens raciais podem destruir a confiança externa na estabilidade da Indonésia e afastar os investimentos do exterior. Uma comissão especial «ad hoc» foi, portanto, instituída, com vista a encontrar uma solução pacífica para o «problema da China», dentro de um mês.

Porém, o equilíbrio da Indonésia vai depender, mais uma vez, da discutível habilidade dos pragmatistas para dominarem as emoções.

(«The Observer»)

O DISCURSO DE WESTMORELAND

Não foi feita ainda, claro está, qualquer declaração formal sobre uma futura mudança de política, nem foi feita sequer qualquer insinuação nesse sentido no discurso que o general Westmoreland proferiu perante as duas Câmaras do Congresso. Foi, contudo, a natureza do acontecimento em si, mais do que aquilo que foi dito, que fez com que uma súbita vaga de maus presságios varresse toda a capital americana. Com efeito, muito embora nunca tivesse feito grande uso do princípio de «acordos livres, livremente alcançados», o presidente criou, com o rodar dos anos, a sua



O general Westmoreland quando discursava no decurso de um almoço que lhe foi oferecido pela Associated Press

versão pessoal da antiga doutrina de Woodrow Wilson.

Ao convocar o general Westmoreland a vir aos Estados Unidos — e ao atribuir-lhe o papel de herói nacional —, o presidente não obedeceu, de modo algum, a um capricho súbito. A história havia sido já cuidadosamente planeada na conferência de Guam, de Março último. O presidente Johnson não seria aquele político astuto que é se não se tivesse apercebido, há já algum tempo, de que o general Westmoreland poderia muito bem vir a apresentar-se um dia como seu rival e conconcorrente à presidência. Era apenas uma possibilidade vaga — mas o presidente não é homem para deixar qualquer flanco desguarnecido. Inicialmente, parecia encarar, de facto, com uma certa cautela, o homem que comanda, há três anos, as operações no Vietnam — e ter pensado até na conveniência de o substituir antes do seu retrato começar a aparecer, com demasiada frequência, nas capas dos magazines nacionais.

Em Guam, no entanto, o presidente convenceu-se, finalmente, de que o general era merecedor de toda a sua confiança — e isso pela mais sólida das razões. Para seu contentamento e alívio, o presidente verificou que o general Westmoreland partilhava inteiramente da sua convicção de que a batalha política nos Estados Unidos era indivisível da luta militar do Vietnam. Dizer-se que os dois homens estabeleceram um acordo a esse respeito, seria pôr, sem dúvida, a coisa com demasiada cruzeza — muito embora (como alguns maldosamente observaram) o general tivesse conseguido levar avante o ataque, cuja realização há muito reclamava, contra as bases dos Migs, no próprio dia

em que proferiu o seu primeiro discurso público, em território americano, em defesa da política de guerra da Administração.

Quase não houve, por assim dizer, uma frase no discurso que ele proferiu na reunião de senadores e congressistas susceptível de ser utilizada pela mais ardente das «pombas» numa acusação à política da Administração. Mas o seu conteúdo geral sugeriu fortemente que a maneira mais segura de prolongar a guerra seria continuar a permitir-se que Hanói pensasse que havia ainda um cidadão americano contrário a essa política.

Foi esse aspecto das actividades do general Westmoreland que originou uma tão grande apreensão entre a comunidade liberal americana. O temor e o espanto evidenciados por homens como o senador Fulbright, na própria altura em que o general proferia o seu discurso, derivavam de duas causas principais. Há, em primeiro lugar, a compenetração de que o presidente não enveredaria jamais por um caminho tão revolucionário e sem precedentes — não há exemplo de um general ter sido chamado de teatro da guerra para falar no Congresso — se não tivesse decidido, de antemão, fazer uma política de vitória militar.

Em segundo lugar e, para alguns, ainda mais alarmante, há o reconhecimento crescente de que, mesmo que o presidente deseje, um dia, modificar o curso do esforço de guerra da América no Vietnam, ser-lhe-á extremamente fácil fazê-lo: uma vez que aceitou a ajuda dos militares, só muito dificilmente poderá rejeitar, de futuro, os seus pares.

ANTHONY HOWARD

(«The Observer»)

Beba
SKOL
a CERVEJA
Internacional



**SOL e
SKOL!**

revista da imprensa mundial

NÍVEIS DOS EFECTIVOS MILITARES NO VIETNAM

O quantitativo das forças norte-americanas no Vietnam do Sul está, sem dúvida, sujeito a uma contínua revisão, como o declarou o presidente Johnson à Imprensa, ainda há dias. Johnson, porém, escusou-se a confirmar que já haviam sido tomadas decisões com relação a sensíveis alterações a efectuar em data muito próxima. Contudo, quer algo se tenha decidido nesse sentido, quer não, é evidente que, dentro de semanas ou de meses, algumas medidas básicas terão de ser adoptadas, acerca dos efectivos em referência. É de desejar que, quando essas medidas forem tomadas e anunciadas, elas venham a ser devidamente interpretadas pelo povo americano.

Mas a interpretação será errada, no caso de um aumento das forças terrestres ser considerado, por si só, uma escalada da guerra, uma

ampliação do conflito e um acréscimo do compromisso para futuras operações militares. Há uma tendência para repelir e deplorar a ideia dum aumento de forças. Mas um aumento apropriado e conveniente dessas forças bem poderia ser o primeiro passo e o devido preliminar para uma alteração da táctica e da estratégia, que corresponderia ao inverso da «escalada», se é que esta palavra tão gasta tem algum significado...

A actual estratégia militar implica a aplicação de uma pressão continuamente crescente no Vietnam do Norte, com o fim de levar os seus dirigentes a suspenderem os assaltos ao território do Sul.

A única alternativa lógica de uma política de pressão é uma mais passiva e defensiva campanha que mantenha o escudo militar do Sul contra as forças do Vietnam do Norte, promovendo, detrás desse escudo, a pacificação do Sul. É o ingrediente essencial para esse expediente estaria no aumento das forças terrestres — mais forças terrestres, para impedir os movimentos do Norte e fomentarem a pacificação no Sul.

Poderá ser necessário adoptar um desvio mais longo, como sendo, afinal, a solução mais rápida — voltar a uma fase passiva e defensiva, no Norte, e pôr em prática uma política de pacificação, mais lenta e mais extensa, no Sul, tomando e mantendo territórios que nós e os nossos aliados possamos conquistar e ocupar. Isto traduzir-se-ia numa guerra mais longa do que desejariamos, mas talvez não tão prolongada como a que tem sido possível. Necessitaria de maiores efectivos, mas, presumivelmente, se-

riam menos numerosas as baixas. E diminuiria os riscos de propagar a guerra até outras zonas da Ásia, a menos que o inimigo esteja disposto a fazê-lo, pela sua parte — uma hipótese que não se deve pôr de lado...

(«Herald Tribune») ✪

VIRAGEM RACIAL NA ÁFRICA DO SUL EM 1980?

Um perito em sociologia e história política, M. C. O'Dowd, acaba de apresentar uma tese corajosa relativamente à evolução da África do Sul em função do seu desenvolvimento económico.

Segundo O'Dowd, o país seria forçado, pelo próprio ritmo das circunstâncias sociais, a introduzir «reformas constitucionais básicas», por altura de 1980, entrando então numa era de liberalismo que acabaria por resolver as actuais divisões raciais que constituem dos seus mais sérios problemas.

A tese, considerada pelos «afrikanders» mais tradicionais como revolucionária, baseia-se na afirmação de que existe uma correspondência entre as fases de desenvolvimento económico e as de desenvolvimento social, tendo a República da África do Sul acompanhado o quadro normal de evolução, tal como ela também se processou nos países que já atingiram a fase de «nações de alto nível de vida».

Antes que se processe o segundo capítulo do período de industrialização, os grupos populacionais, que segundo a tese do sociólogo O'Dowd, são classificados como «oprimidos», não poderiam deixar de reivindicar para si todos os benefícios das oportunidades económicas. As anteriores experiências naquele continente têm provado que um país pode atingir a fase do «boom» com um contingente substancial de «económicamente débeis», mas que tal não seria possível quando dois terços da população compusessem esse grupo de não privilegiados, como sucede actualmente na África do Sul.

Ao partido Nacionalista pertencer a tarefa da concretização da revolucionária tese, para tanto lhe sendo dado o curto prazo que vai até 1980 e chegando a ser apontados nomes de alguns dos mais jovens ministros do actual governo de Pretória — como J. Haak, da Economia, P. W. Botha, da Defesa e Carel de Wet, das Minas e Planeamento — como capazes de virem a admitir as vantagens que adviriam de uma experiência como a que o historiador político M. C. O'Dowd entregou recentemente à meditação da nova geração de responsáveis pelo país.

J. HARTDEGEN

(«Sunday Times»,
da África do Sul) ✪



O dr. Martin Luther King, no decurso de um sermão na igreja de Atlanta, tem manifestado a sua oposição àquilo que classificou como «a trágica e estouvada aventura no Vietnam» por parte dos Estados Unidos

ONZE ANOS DEPOIS DO CASO DO SUEZ

A mais desventurada palavra de quatro letras da história contemporânea da Grã-Bretanha — Suez — está a causar, de novo, uma dolorosa agitação no Parlamento, por motivo de ter sido formalmente admitido, pela primeira vez, por um antigo membro do Governo, que a Grã-Bretanha estava secretamente conluída com a França e com Israel para atacar o Egipto.

Essa admissão é feita num livro a publicar em breve, «No End of a Lesson», da autoria de Anthony Nutting, o ministro de Estado que se demitiu do Foreign Office em sinal de protesto contra a operação do Suez. É muito provável que a publicação do livro, que deverá verificar-se em Julho, venha a provocar, finalmente, um debate em larga escala, na Câmara dos Comuns, sobre o fiasco de há onze anos.

É possível, no entanto, que o debate tenha também que ver com os juramentos de sigilo que todos os ministros britânicos têm de prestar. O sr. Nutting, que consultou alguns altos funcionários do gabinete antes da publicação, insiste em que nada há no seu livro que represente uma quebra de juramento ou uma infracção

legal. Afirmam outros, altamente preocupados, que o sr. Nutting estabeleceu um precedente capaz de impedir, de futuro, as discussões governamentais secretas.

O livro do sr. Nutting, que o «Times» de Londres tem estado a publicar, confirma aquilo que já se sabia de fontes francesas e canadianas — que a França, Israel e a Grã-Bretanha haviam concordado em agir de colaboração numa reunião secreta realizada em Sèvres, em 23 de Outubro de 1956.

O livro do sr. Nutting contém, no entanto, pormenores novos, tais como: * A Grã-Bretanha foi inicialmente arrastada para o conluio em 14 de Outubro de 1956, dia em que dois emissários franceses foram de avião a Londres a fim de participar numa reunião secreta, em Chequers, com o primeiro-ministro «sir» Anthony Eden e o sr. Nutting. Esses emissários eram Albert Glazier, ao tempo ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, e o general Maurice Challe, chefe adjunto do estado-maior da Força Aérea francesa.

Noutras descrições do caso é erradamente mencionado o dia 2 de Outubro como a data em que a Grã-Bretanha deu a sua adesão ao conluio. Cabe aqui referir que o general Challe teve, mais tarde, um papel preponderante na «conspiração dos generais» da Argélia contra o general De Gaulle.

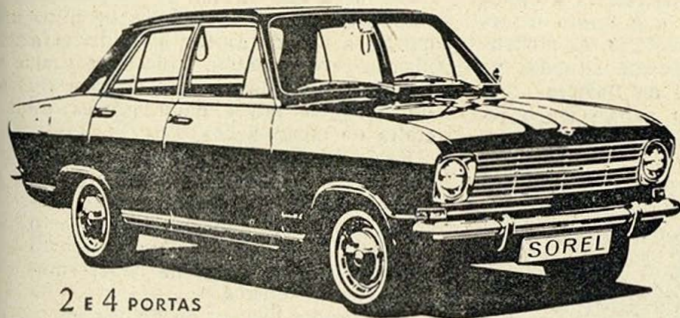
revista da imprensa mundial

* O dirigente que menos sabia do caso era o presidente Eisenhower. O sr. Nutting diz no seu livro: «Ninguém estava em mais completa ignorância do caso do que o presidente dos Estados Unidos. Depois da confissão inicial de «sir» Anthony, de que ele queria a guerra, ter provocado os mais indignados protestos do general Eisenhower, o presidente passou a ser tratado como um aliado pouco digno de confiança...

Quanto mais ele advertia «sir» Anthony de que a opinião americana e a opinião mundial não o apoiariam se ele tentasse obrigar uma nação mais pequena a submeter-se, mais resolvido se mostrava «sir» Anthony a ocultar o seu jogo dos americanos.»

No fim e ao cabo, foi a oposição americana à operação do Suez que teve um papel decisivo no malogro do plano anglo-francês.

* Todo o gabinete britânico aprovou



2 e 4 PORTAS

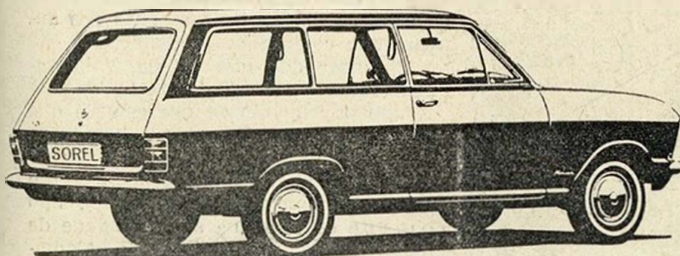
OPEL

Kadett

EM EXPOSIÇÃO

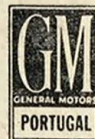
SOREL S. A. R. L.

RUA TOMÁS RIBEIRO, 97-A - TELEF. 5 8111 (6 LINHAS) • RUA FILIPE FOLQUE, 12 - LISBOA



CARAVAN 1100

CONCESSIONÁRIA



revista da imprensa mundial

o plano francês numa reunião de dois dias, em 24 e 25 de Outubro. Pensava-se, até agora, que somente um «círculo interno» do gabinete tinha conhecimento da conjura. No entanto, o sr. Nutting, que não era membro do gabinete, refere uma declaração feita pelo secretário dos Negócios Estrangeiros, Selwyn Lloyd, depois da reunião do gabinete, segundo a qual Israel atacaria o Egipto em 29 de Outubro, e a França e a Inglaterra interviriam depois de lançarem um ultimato — que foi exactamente o que aconteceu.

Segundo diz o sr. Nutting, «sir» Anthony era um homem perturbado e obcecado. Atribui-lhe as palavras seguintes a respeito do presidente do Egipto, Gamal Abdel Nasser: «Eu quero vê-lo destruído, não compreendem? Quero vê-lo destituído e se o senhor e o Foreign Office não concordarem, o melhor é o senhor vir ao gabinete explicar porquê.»

Quando o sr. Nutting lhe disse que não havia qualquer alternativa visível para o sr. Nasser, «sir» Anthony gritou-lhe: «Mas eu não quero uma alternativa. E não me importa de modo algum que o Egipto caia no caos e na anarquia.»

O facto do livro ser publicado tem, em si, muito mais importância do que

tudo quanto o livro possa conter. As discussões do gabinete são consideradas sacrossantas e, ao abrigo da lei dos 30 anos, a publicação das actas da reunião do gabinete sobre o caso do Suez só poderá efectuar-se em 1986.

Foi por isso que o sr. Nutting solicitou o parecer de «sir» Burke Trenil, o secretário do gabinete, antes de publicar o seu livro. «É um processo de consulta, talvez misterioso para os estranhos — disse-nos o sr. Nutting. — Consenti em fazer algumas alterações, mas houve outras que me recusei a fazer. Posso dizer que nada de essencial se perdeu com as alterações que fiz.»

A Lei dos Segredos Oficiais e os juramentos de sigilo que o sr. Nutting, na sua qualidade de membro do Conselho Privado, foi obrigado a prestar, constituem um obstáculo mais. É, no entanto, geralmente aceite que essas disposições sobre o sigilo são de tal forma exageradas que acabam por não ter valor. «Nenhum ministro ou antigo ministro poderia obedecer-lhes

estritamente, a menos que se tornasse um monje trapista» — dizia «The Times», há dias.

Na prática, os antigos primeiros ministros e os generais reformados têm feito uso de segredos oficiais na preparação das suas memórias. O que o sr. Nutting fez foi estabelecer um precedente para outros ministros procederem a indiscrições do mesmo género — e é isso que preocupa alguns ministros em exercício. Não é de prever, apesar de tudo, qualquer procedimento legal contra o sr. Nutting.

Quanto ao caso do Suez, há um epitáfio muito adequado num outro livro publicado na passada semana, «The Suez Affair», da autoria de Hugh Thomas — um jovem historiador que trabalhou, outrora, com o sr. Nutting no Foreign Office. No dizer do sr. Thomas, o Suez foi «a última grande expedição anfíbia da história imperial britânica». A sua recordação mantém-se ainda candente e continua a dividir as opiniões na Grã-Bretanha.

(«Herald Tribune») *

«HERR» STRAUSS ACUSADO

«Herr» Strauss, o discutido antigo ministro de Defesa da Alemanha Federal e seu actual ministro das Finanças foi acusado pela Auditoria Federal de ter feito uso indevido dos fundos públicos. As acusações referem-se à época anterior a 1963, quando «herr» Strauss era ministro da Defesa.

Segundo consta, «herr» Strauss deu instruções para que fosse pago mais dinheiro do que o necessário a certos proprietários rurais que foram expropriados pelo seu Ministério. As propriedades em causa estavam situadas no seu círculo eleitoral da Baviera.

O auditor federal parece ter-se referido no seu relatório anual a quatro

casos em que foram pagas £700 (56 contos) a mais. Segundo consta, estão a ser investigados outros casos do mesmo género.

O ministro das Finanças foi também alvo de severos ataques por causa das censuras que dirigiu ao dr. Nordhoff o director da fábrica de automóveis Volkswagen.

Ao rejeitar um pedido do dr. Nordhoff para que fossem feitas concessões fiscais aos compradores de automóveis a fim de ajudar a indústria a libertar-se da sua má situação actual, «herr» Strauss disse que o director da Volkswagen havia dado provas de «falta de imaginação».

Havia confiado tempo demais no famoso «escaravelho» da Volkswagen, dissera «herr» Strauss, e as suas dificuldades actuais eram devidas ao facto de ele não ter sabido criar um carro moderno em condições de poder competir com os outros.

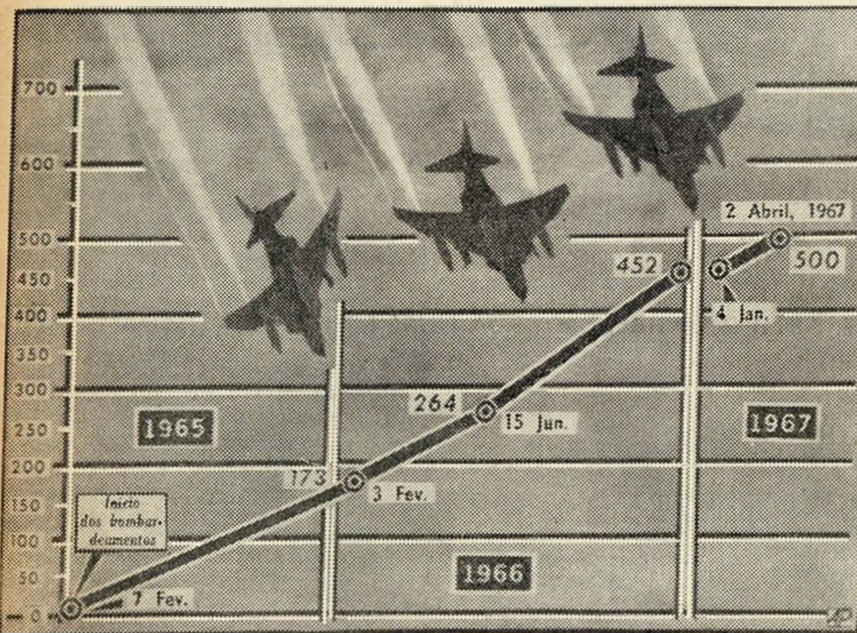
No dizer dos homens da Volkswagen, não foi essa a atitude que «herr» Strauss adoptou, recentemente, quando a Krupp de Essen estava numa situação difícil.

Longe de recusar-se a auxiliá-la, havia-lhe concedido um empréstimo de 27 milhões de libras (2 160 000 contos). E, no entanto, o dr. Nordhoff não havia solicitado qualquer auxílio directo desse género mas apenas uma redução do imposto sobre o pagamento dos automóveis comprados a prestações.

No dizer dos homens da Volkswagen, «herr» Strauss havia aplicado à Krupp o princípio de que «aquilo que era bom para a Krupp era bom para a Alemanha».

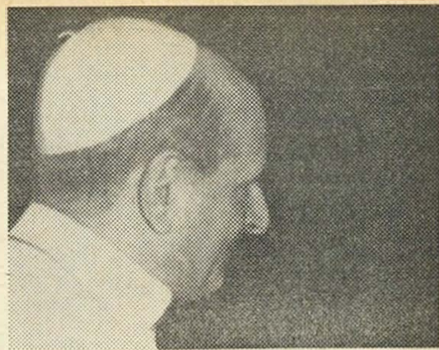
Recusara-se, no entanto, a aplicar o mesmo princípio à Volkswagen, não obstante esta ser, na sua qualidade de maior empresa industrial da Alemanha, um dos principais pilares da economia do país.

(«The Observer») *



Este diagrama fotográfico assinala o índice das perdas de aviões dos Estados Unidos, nas operações de ataque levadas a efeito no Vietnã do Norte, desde o início dos bombardeamentos, em 7 de Fevereiro de 1965, até 2 de Abril de 1967

UM PERFIL E UMA OBRA



PAPA PAULO VI

DOCUMENTO | V.M. |

O Papa Paulo VI, elevado ao solo pontifício em Junho de 1963, era então arcebispo de Milão e gozava de merecida fama no Vaticano onde, antes de assumir aquele cargo, viveu e trabalhou durante cerca de trinta anos. O cardeal Montini apresentou-se como grande favorito no conclave que o escolheu. Natural de Brescia, onde nasceu a 23 de Setembro de 1897, tem actualmente sessenta e nove anos e distinguiu-se sempre por dotes intelectuais invulgares e uma capacidade de trabalho ilimitada que se aliam a uma rara fé apostólica. Descendente de uma família de burgueses fez na sua terra natal os estudos secundários. O seu pai, que possuía avultados bens, destinava-o à Agronomia. O jovem João Bap-

tista preferiu os estudos eclesiásticos e ordenou-se no seminário de Brescia em 29 de Maio de 1920, tinha então vinte e três anos.

Nesse ano entrou na Universidade Pontifícia de Roma e estudou Diplomacia Eclesiástica, Filosofia e Direito Canónico e Civil até 1925, data em que passou a fazer parte dos serviços da secretaria de Estado nela fazendo carreira brilhante e reveladora dos seus dotes para a arte subtil de negociar com políticos e homens de Estado, em nome do representante do maior poder espiritual da Terra. Fora episódicamente capelão nacional da Federação dos Estudantes Católicos, cargo que o popularizou, conquistando entre gente moça a fama



1967 — O Papa dá a bênção «Urbi et Orbi» à multidão aglomerada na praça de S. Pedro



Paulo VI — a cerimónia solene da sua coroação

de sacerdote predestinado para altos destinos. Regeu ainda a cadeira de História da Diplomacia Pontifical na Academia Eclesiástica do Vaticano, quando o chamaram para substituir mons. Tardini, mais tarde, um dos candidatos cotados à sucessão de João XXIII, como substituto da Secretaria de Estado. Nos vinte e oito anos seguintes ali se conservou e alcançou merecida reputação de clarividência e visão política.

O longo pontificado de Pio XII, que o tinha em alto conceito em vida, sobretudo após o desaparecimento do secretário de Estado, Mazella, permitiu-lhe desenvolver uma acção que excedeu a relativa modéstia da sua função. Aquele Pontífice não quis nomear sucessor para Mazzela e ele próprio dirigiu a política da Igreja nas suas relações com os poderes temporais. A Europa atravessava uma fase crítica e Pio XII, voluntarioso e enérgico, entendeu que qualquer delegação em tão delicada emergência acarretaria riscos que não quis correr. Montini foi então o seu mais prestante auxiliar. A complexidade dos assuntos que corriam pela secretaria de Estado, o agravamento da situação internacional, que fazia prever uma guerra próxima contribuíram para dar a medida da sua competência e dotes políticos.

Em Novembro de 1954 recebeu com surpresa a notícia da sua escolha para arcebispo de Milão, onde se conservou oito anos. A vida de Pio XII extinguiu-se e atribuiu-se ao Papa doente o desejo de que Montini lhe sucedesse. A cerimónia da sua sagração na Basílica de S. Pedro presidiu o cardeal Tisserant, actual decano do Sacro Colégio e uma das figuras destacadas da Cúria. Ao dar a bênção apostólica ao novo prelado, Pio XII fez o seu elogio caloroso. Ao novo arcebispo de Milão o Papa ofereceu uma cruz peitoral, símbolo da sua consideração e apreço. Pastor de uma arquidiocese no coração da região industrial do norte da Itália, o seu novo arcebispo granjeou simpatias e recebeu mostras de apreço que o celebrizaram. No domínio da acção social desenvolveu actividade prodigiosa, visitando com frequência hospitais, fábricas, escolas, centros de trabalho, onde aumentou a sua experiência e conheceu de perto as aspirações dos trabalhadores que, em grande número, passaram a ver nele um amigo e um orientador seguro.

Entretanto, o falecimento de Pio XII e a escolha do novo Papa João XXIII inauguraram uma era nova na história milenária da Igreja de Roma. O novo Papa compreendeu que devia imprimir-lhe novo sentido e a sua aspiração ecuménica orientou-se no sentido de preparar o Concílio a que ficou ligado o seu nome. Poucos Pontífices terão alcançado a sua glória e Montini, que fora colaborador dedicado de Pio XII, associou-se sinceramente à tarefa da transformação e adaptação da Igreja na sua nova fase. Quando João XXIII, no final do Concílio já dava sinais de doença que faziam prever a sua morte próxima, o nome de Montini foi apontado como o do seu eventual sucessor. O Conclave que o elegeu foi um

dos mais curtos da História da Igreja e o novo Papa prometeu seguir o caminho traçado pelo seu antecessor. Essa inspiração ajustava-se às necessidades da Igreja e do Mundo que se transformava sob o impulso de novas forças que teve em conta no desempenho da função que fora chamado a desempenhar.

O PAPA DA PAZ

Paulo VI é justamente considerado o Papa da paz. Esta anda, desde que iniciou o seu Pontificado, ligada à sua concepção da defesa da Igreja e da propagação da Fé. Desde as suas primeiras manifestações orais e escritas, as quais coincidiram com a coroação, se mostrou fervoroso paladino de uma missão activa e militante para realizar, não apenas no terreno religioso mas no terreno político, a concórdia entre os homens e os seus dirigentes. Antes, porém, na mensagem de 22 de Junho de 1963, quando foi conhecida a sua escolha, afirmou que o não deteriam barreiras, preconceitos, temores ou precedentes para seguir esse caminho. Disse ele então: «Que em todo o Mundo passe uma grande chama de fé e de amor que abrase todos os homens iluminando os caminhos da colaboração recíproca. No momento de empreender o nosso grave ministério, somos apoiados pela palavra de Jesus prometendo, a Pedro e aos seus sucessores, que ficava com a Igreja até à consumação dos séculos.»

Como a tantos outros, a perspectiva da destruição do Mundo num conflito, em que o recurso às armas nucleares poria termo à civilização cristã e à carreira da Igreja que dirige, transformou-se para Paulo VI numa preocupação dominante do seu alto espírito. Por isso, a sua acção fez-se sentir durante os quase quatro anos que leva no exercício do seu apostolado, aproveitando todas as oportunidades para intervir no sentido de apaziguar os conflitos onde estes surgem, transformando-se em perigosa ameaça. Desvendando o fundo



O Papa Paulo VI e o novo embaixador da Jugoslávia, junto da Santa Sé, Vjekoslav Cvrlic, trocam impressões sobre um alto relevo de madeira, da autoria do escultor jugoslavo Ivan Mestrovic. Foi uma oferta pessoal do presidente Tito da Jugoslávia, no momento em que se reataram as relações diplomáticas entre este país socialista e a Santa Sé.

éxito

**HISTÓRIA
DA
REPÚBLICA**



atitoforista

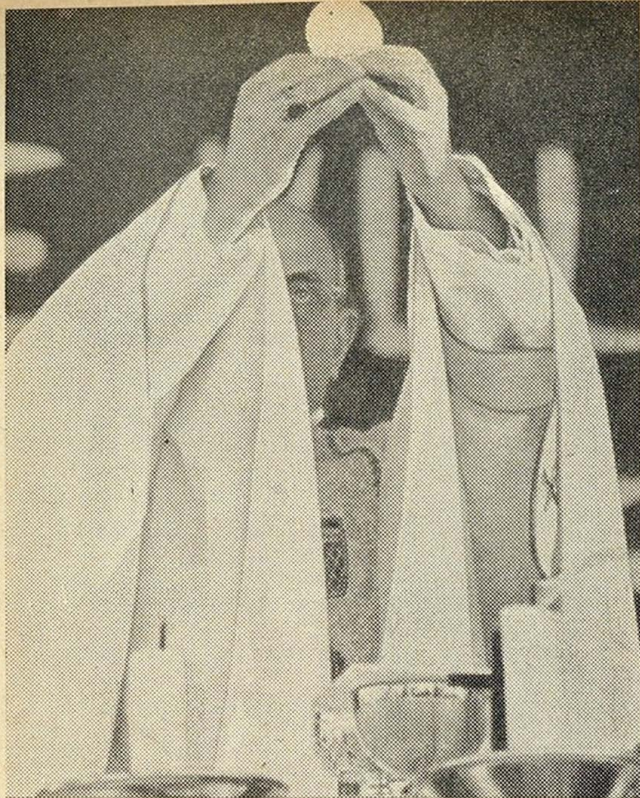
**um preço vulgar para uma obra
de vulto**
AGORA EM
edição popular

VOLUME PROFUSAMENTE ILUSTRADO E ENCADERNADO
EM CAPA COM LOMBADA EM CARNEIRA

facilidades de pagamento

informe-se na EDITORIAL SÉCULO

300\$00



1964 — Papa em Bombaim

do seu pensamento, em 21 de Agosto do ano seguinte, dirigiu um angustiado apelo aos homens responsáveis pela direcção dos povos falando assim a milhares de peregrinos reunidos para o saúdar: «Sabeis que o momento histórico que estamos a viver comporta ameaças e perigos. A paz interessa por isso a todos, não apenas como problema político mas como problema moral. É dever de todos preservá-la, assumindo uma atitude construtiva na vida internacional e social. Esta deve decorrer de forma que se encontrem, para as divergências entre as diversas nações, soluções sem violências e sem mortes.»

No Natal desse ano, ao visitar famílias pobres de Roma, identificou a festa da Natividade com a ideia da paz e repetiu os votos de paz que já anteriormente fizera «a paz que conduza nas relações entre as nações à criação de condições de equilíbrio, ordem e segurança em bases estáveis de coexistência». A sua mensagem natalícia desse ano era impregnada da ansiedade e inquietação que a situação internacional despertavam. «Os povos querem paz — disse então — mas esta paz ainda é frágil e violada nalgumas regiões do Globo. O exame da situação inspira-nos inquietação. Hoje a paz baseia-se mais no medo do que na amizade, é defendida pelo terror de armas mortíferas e não pela confiança entre os povos. Se a paz fosse rota — do que Deus nos livre — sobreviria a ruína para toda a Humanidade.» Esse sentimento voltou a manifestá-lo no Natal de 1964, acrescentando às suas afirmações anteriores os votos «para que todos apoiem e facilitem a missão dos organismos criados para promover a paz.»

VISITAS E ENCONTROS COM POLÍTICOS E HOMENS DE ESTADO

De duas maneiras tem o Papa Paulo VI procurado dar aos seus anseios de paz uma orientação prática e dinâmica. Em Roma, sucedem-se as visitas de personalidades diversas que junto dele procuram apoio para a sua actividade política, no sentido de alcançar a paz e ele próprio, acabando com uma tradição secular, tem viajado quando julga conveniente e oportuno, deslocando-se a locais onde a sua presença e a sua palavra podem contribuir para atenuar a tensão internacional. Os dirigentes italianos compreenderam que, dada a orientação do seu Pontificado, era do maior interesse para o

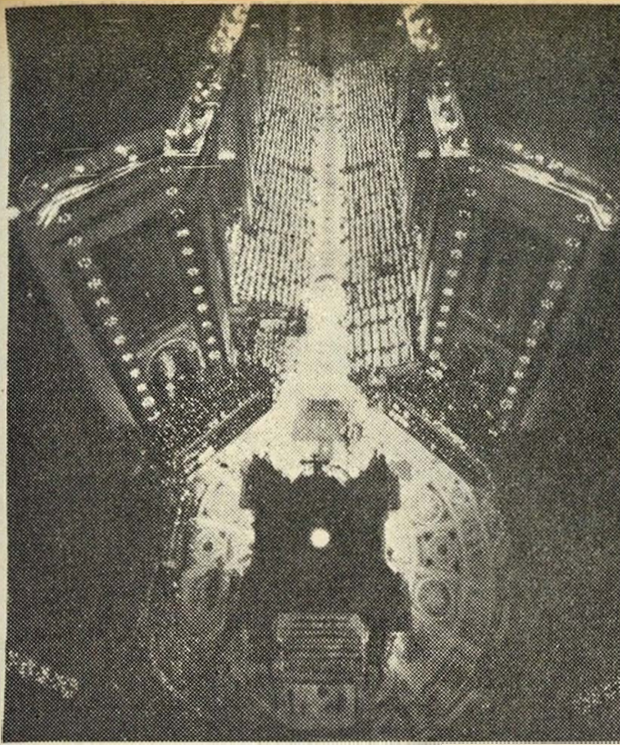
país onde está a sede do Vaticano, colaborar com ele, tarefa facilitada pela visão de alguns, especialmente do actual presidente da República, Saragat, e do seu antecessor Segni. Mal assumiu o encargo de dirigir a Igreja, Paulo VI recebeu a visita oficial do Chefe do Estado italiano, em 24 de Julho de 1963.

António Segni era um dos chefes da democracia cristã, em Itália. Abençoou então o Papa as instituições italianas na pessoa do seu símbolo. Em 12 de Janeiro de 1964, o Pontífice retribuiu aquela visita deslocando-se ao Quirinal. Antes dele, Vítor Manuel III esteve no Palácio Real em 28 de Dezembro de 1929, numa tentativa malograda para evitar a entrada do seu país na guerra, e em 11 de Março de 1963, pouco antes do seu falecimento, João XXIII visitou o presidente Segni. A visita que a este fez Paulo VI precedeu de perto a morte do político italiano que tanto contribuiu para servir a democracia italiana. Em 22 de Março de 1966, Paulo VI visitou o presidente Saragat e agradeceu ao Estado italiano as facilidades dadas para a realização do Concílio Euménico. «O povo italiano — disse então Saragat — não podia ser insensível a um tal acontecimento.» Acontecimento revelante foi igualmente a visita que fez ao Papa em 13 de Abril de 1965, o chefe do partido Socialista Pietro Nenni, conversando os dois mais de uma hora.

Uma das primeiras personalidades políticas a ser recebida por Paulo VI foi o presidente Kennedy, dos Estados Unidos, em seguida à coroação do primeiro. A visita realizou-se em 2 de Julho de 1963 e decorreu num ambiente de grande cordialidade. Na mesma altura o secretário de Estado Dean Rusk, que acompanhara o presidente à Europa, conferenciou com o seu colega o secretário, cardeal Cicognani. Kennedy foi o primeiro presidente dos E. U. que professou a religião católica mas nas palavras que lhe dirigiu, Paulo VI teve o cuidado de não fazer alusão ao facto. Pôs em relevo as qualidades do jovem presidente americano, dizendo-lhe: «Estão sempre presentes nas nossas orações os vossos esforços para garantir a todos os americanos igualdade de direitos de cidadania baseada esta na igualdade de todos os homens e na sua dignidade pessoal e humana. É também muito de louvar a vossa incessante actividade para conseguir a paz.» São inúmeras as visitas de personalidades políticas e soberanos a quem o Papa tem reservado compreensivo acolhimento, como o primeiro-ministro Wilson que o visitou duas vezes, os soberanos de diversos países como a Bélgica, a Dinamarca, a Ho-



O presidente Johnson recebe Paulo VI durante a visita que este efectuou às Nações Unidas em 1965.



Uma imagem da assembleia conciliar — reunida no Vaticano entre Outubro de 1962 e Dezembro de 1965.

landa, etc., Tshombé e o senador Robert Kennedy. Em Outubro de 1965, o presidente Johnson visitou o Papa, sendo no final da visita publicado um apelo a favor da paz.

Os esforços do pontífice e da diplomacia do Vaticano no plano internacional e religioso têm-se feito sentir para melhorar a condição dos católicos nos países comunistas, especialmente na União Soviética e nos países da Europa Oriental. Em Moscovo, revelaram que o Papa enviou um telegrama a Podgorny, presidente do Soviète Supremo, durante a visita que o primeiro fez à Terra Santa, em Janeiro de 1964. Em Março de 1965, em audiência aos representantes da Associação Cristã dos Trabalhadores Italianos, referiu-se em termos calorosos a uma recente proeza de astronautas, dizendo que «eram heróicos os pioneiros e realizadores de tal empreendimento.» Dias depois, em 25, recebeu em audiência um grupo de jornalistas soviéticos em seguida ao encerramento da terceira sessão do concílio. Para essa concessão havia o precedente de João XXIII que recebera o jornalista russo Alexei Adzhubei, genro de Khrushchev, em Março de 1963.

Em Abril de 1966 o Papa recebeu em audiência oficial o ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, André Gromiko, acompanhado de sua mulher, a quem ofereceu preciosos livros antigos.

Em Janeiro do corrente ano, o Papa recebeu o presidente de Soviète Supremo, Podgorny, sendo abordados os problemas do Vietnam e das relações entre os povos.

Em 15 de Setembro de 1965, a Santa Sé realizou um acordo com a Hungria o qual fez entrar numa fase nova as relações das duas partes. Os esforços do Pontífice para conseguir o mesmo resultado com a Polónia não foram, porém, coroados de êxito. Em Fevereiro de 1966, por ocasião das celebrações do milénário da cristianização daquele país, Paulo VI enviou ao seu povo uma expressiva mensagem de saudações e congratulações.

Três viagens de transcendente significado realizou Paulo VI, antes da sua vinda a Portugal: à Palestina, em Janeiro de 1964, à Índia, em Dezembro do mesmo ano, e aos Estados Unidos, em Outubro de 1965, a primeira para significar o seu propósito de unir a cristandade, a segunda para estar presente no encerramento do Congresso Eucarístico, reunido em Bombaim, a última para falar na sede da Organização das Nações Unidas. Todas se revestiram de imponência que fizeram delas actos relevantes na história do seu Pontificado.

Paulo VI esteve na Terra Santa entre 4 e 7 de Janeiro

de 1964, tendo viajado de avião. A viagem foi anunciada um mês antes da sua realização, numa sessão do Concílio, que rompeu em aclamações quando o Pontífice deu conta da sua intenção e «pela primeira vez, depois de Pedro — foi o comentário geral —, o vigário de Cristo percorreu os lugares sagrados da Palestina». «Acontecimento de inesquecível significado para a cristandade, afirmou a Imprensa.» Segundo então se revelou, a viagem foi decidida depois de Paulo VI receber uma carta impressionante que lhe enviou o padre Paul Gauthier, exortando-o a fazer a viagem. Datada de Agosto, a carta dizia: «Nas vésperas da primeira sessão do Concílio, quase imprevisivelmente João XXIII foi em peregrinação a Assis e a Loreto. Porque não vindes vós a Belém e à Nazaré antes da segunda sessão? Convidamos-vos de todo o coração.»

De Roma a Amã, capital da Jordânia, a viagem foi feita de avião e naquela cidade o Papa desceu, sendo aclamadíssimo por milhares de pessoas e solenemente recebido pelo rei Hussein. Acompanhou-o o cardeal Tisserant. De Amã, seguiu de automóvel branco para Jerusalém e conservou-se em demorada meditação nas margens do Jordão, no local onde Cristo foi baptizado. Na Basílica do Santo Sepulcro, proferiu uma alocução depois de ter refeito o caminho da cruz, acompanhado por grande multidão que o aclamava. «Imploremos todos juntos a muito desejada graça da união entre os discípulos do Evangelho», disse. Com esta frase resumiu a intenção da viagem, destinada a facilitar a aproximação entre os diversos ramos do cristianismo que é, com o desejo de paz, o grande objectivo de Paulo VI desde que o elegeram para chefe da Igreja Católica.

Várias cerimónias religiosas assinalaram a presença do Papa em Jerusalém. No segundo dia da visita, os contactos estabelecidos entre o Pontífice e vários chefes de outras comunidades cristãs revelaram-se frutuozos. Depois de visitar a parte árabe da Jerusalém, visitou a parte israelita onde igualmente teve recepção triunfal. Expressivamente ofereceu ao pároco de uma aldeia a sua estola bordada a ouro. Celebrou missa da Anunciação e proferiu um discurso na gruta da Basílica daquele nome e ao deixar Nazaré para visitar diversos locais bíblicos, entre os quais o monte Tabor, foi aclamadíssimo. O seu encontro em Jerusalém com o patriarca de Constantinopla, Athenagoras, foi um grande passo no sentido da unidade das igrejas cristãs do Mundo.

De regresso a Roma teve o Papa acolhimento apoteótico, aproveitando a oportunidade para do Vaticano dirigir 224 mensagens de paz aos governos de todos os países e à O. N. U. Para falar na sede desta organização, visitou os Estados Unidos em Outubro de 1965, chegando a Nova Iorque em 3 e sendo aclamado por uma multidão avaliada em cinco milhões de pessoas. As precauções policiais foram extraordinárias, pois correu o boato de que seria lançada uma bomba contra o cortejo oficial. Na véspera da partida deu uma entrevista em que disse: «O Papa não pode responder ao convite que recebeu, dizendo apenas muito obrigado, mas não tenho tempo. Aproveito esta oportunidade de se encontrarem reunidos todos os chefes políticos de todo o Mundo para fazer ouvir a pala-



1964 — O Papa conversa com Zelman Shazar, presidente de Israel

vra do representante de Cristo. Esta minha viagem era indispensável.»

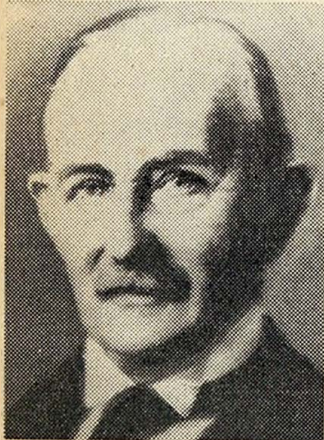
O CONCÍLIO ECUMÉNICO E OS OBJECTIVOS DO PONTÍFICE

A rota traçada pelo Concílio Vaticano II tem sido prosseguida pelo Papa Paulo VI com firmeza e coragem. Um dos aspectos solientes do seu Pontificado é a realização da unidade entre os diversos ramos da cristandade durante séculos separados bem como as frequentes exortações nesse sentido, algumas coroadas de êxito. Com os chefes espirituais das igrejas protestantes e ortodoxa mantém contacto e em visitas e diálogos directos ou pela sua acção conseguiu completar vitoriosamente, nesse domínio, a obra iniciada pelo seu antecessor. Durante a sua visita à Palestina lançou ao mundo cristão apelos correspondidos. Então proclamou: «Torna-se evidente que não podemos iludir o problema da unidade da cristandade.» E acrescentou: «Devemos concluir, o Concílio Ecuménico, devemos assegurar à Igreja uma nova maneira de sentir, de querer e de se comportar, devemos fazer-lhe recuperar a beleza espiritual sob todos os aspectos: no do pensamento e da palavra da oração, dos métodos, da educação da arte e da legislação canónica.» Este programa, audaciosamente traçado, tem sido objecto das suas preocupações e vigílias.

O comunicado conjunto publicado em Jerusalém e assinado por Paulo VI e pelo Patriarca Atenagoras, foi o primeiro documento comprovativo da intenção de praticar o que prometera. O sentido revolucionário do Pontificado de Paulo VI confirma-se quando nas suas alocações e mensagens, indistintamente se referiu a crentes e não crentes para os abranger na mesma devoção e proclamar que uns e outros deviam ser tratados pela Igreja como filhos da comunidade humana e ser objecto do cuidado e desvelo pontifical. Em 30 de Março de 1964, proclamou numa das suas mensagens paissais: «Qualquer que seja a vossa atitude em relação à re-



De visita à igreja de S. António dos portugueses, o Papa foi recebido pelo embaixador português junto do Vaticano, dr. António Faria



Giuseppe Montini e Giditta Montini, pais de Paulo VI



S. E. Cardeal Cento, entrega a Rosa Ouro ao sr. bispo de Beja

ligião, a vós, homens de hoje, vos convidamos a recolher a mensagem de luz que da Ressurreição de Cristo vem ao Mundo!». Antes, em mensagem ao secretário-geral da O. N. U. de 9 de Janeiro daquele ano, dissera: «Convidamos todos os homens a abrir, de par em par, o coração à mensagem de justiça e caridade que Cristo trouxe ao Mundo.» Em 24 de Março de 1966, ao receber no Vaticano o primaz anglicano, dr. Ramsey, proclamou que a reconciliação dos ramos da cristandade a entendia como exemplo a seguir para conseguir a paz entre os homens.»

Em 28 de Setembro de 1963, recomeçou em Roma o Concílio Ecuménico e na sessão inaugural Paulo VI voltou a manifestar esperança de que a unidade de todos os cristãos seria realizada durante o seu pontificado. «Os debates no Concílio para obter a unidade da Igreja Católica serão completamente sinceros e francos». Afirmou a unidade da Igreja Católica, que dirige como fundamento da unidade das Igrejas cristãs, a unidade destas como base da reconciliação entre os homens e prólogo da paz no Mundo, foram apresentadas como programa que a sua tenacidade e inteligência procuram realizar.

Terminou essa sessão do Concílio, em 4 de Dezembro de 1963, reatando os seus trabalhos em 14 de Setembro de 1964, sob a égide de S. Tomás de Aquino. «O nosso pensamento — disse ele — dirige-se ao Mundo que nos rodeia manifestando interesse por nós, ou então indiferença e até hostilidade.» Há, além das afirmações feitas no Concílio, a importância das decisões nele tomadas sobre a vida interna da Igreja Católica, as suas relações com as outras Igrejas e a irradiação que dele emanou para prestígio do primeiro e que assinalam o Pontificado de Paulo VI como um dos mais fecundos da História. Ao encerrar o Concílio o Cardeal Octaviani perguntou: «Porque não havemos de caminhar para uma República mundial?».

Mais de trezentas mil pessoas assistiram à sessão de encerramento do Concílio, um dos mais relevantes acontecimentos da vida da Igreja Católica e do nosso tempo. O fim desse Concílio definiu-o Paulo VI ao encerrar os seus trabalhos dizendo: «A todos os homens, sem distinção, nos dirigimos, para eles que trabalhamos. Como poderia ser de outra maneira? O Concílio definiu-se como Ecuménico, isto é, como universal.» Assim terminou de maneira sensacional, em 8 de Dezembro de 1965, uma das mais fecundas demonstrações da vitalidade e do sentido universalista da Igreja que têm em Papa Paulo VI, um símbolo e um obreiro, pois se tem mostrado infatigável em reali-

zar praticamente os fins então definidos e que não interessam apenas à Igreja Católica, mas ao conjunto das igrejas cristãs, e mesmo da Humanidade que não pratica qualquer religião. É, sobretudo, a essa que o Papa se dirige para expor as suas ideias e aspirações.

ENCÍCLICAS DE PAULO VI E HOMENAGENS A PORTUGAL

Em 9 de Agosto de 1964, Paulo VI assinou o texto latino da sua primeira Encíclica «Ecclesiam Suam». «A Nossa Encíclica — disse ao anunciá-la — ocupa-se da Igreja sob o seu aspecto histórico que não envelhece com os séculos, antes espalha constantemente um fermento de vida entre os homens.

Ocupa-se, também, da Igreja, sob o seu aspecto social, dessa aptidão que possui para unir os homens, respeitá-los na sua personalidade, espalhar entre eles a concórdia, a bondade, a paz e as virtudes do bem e da fraternidade. «Esperamos, por isso, que ela aumente a reflexão e o amor da Igreja.» Em 1966, na Encíclica «Chrsti Matri Rosarii», convidou os homens, especialmente os fiéis, a celebrar em 4 de Outubro, aniversário da sua visita às Nações Unidas, o dia da paz universal. Nesse documento, Paulo VI exprimiu a sua angústia, «pelos males que arriscam perturbar ainda mais gravemente a paz», indicando entre eles a corrida aos armamentos, o nacionalismo, o racismo, os movimentos revolucionários, a separação forçada de populações do mesmo país, os crimes e atentados pessoais. Segundo a sua afirmação «o que mais lhe angustiava a consciência era a guerra do Vietnam». Dirigindo-se aos chefes políticos e homens de Estado, que para esse fim podem contribuir, disse-lhes: «Procurem os meios para negociar lealmente, mesmo à custa de sacrifícios antes que os acontecimentos se precipitem a ponto de impedirem toda e qualquer possibilidade de o fazer.»

A mais famosa e divulgada das suas encíclicas, e também a mais recente, é a «Populorum Progressio» na qual se ocupou de tudo diante da situação dos trabalhadores e da urgência de a melhorar onde eles vivam em dificuldades por vezes insuperáveis. Na continuação da doutrina social da Igreja definida por Leão XII na «Rerum Novarum», e renovada na «Mater et Magistra» de Pio XI, e «Pacem in Terris», de João XXIII, Paulo VI mostra-se um dos mais compreensivos Pontífices e renovador dos grandes princípios definidos pelo primeiro daqueles Papas cujo nome a sua acção imortalizou. O

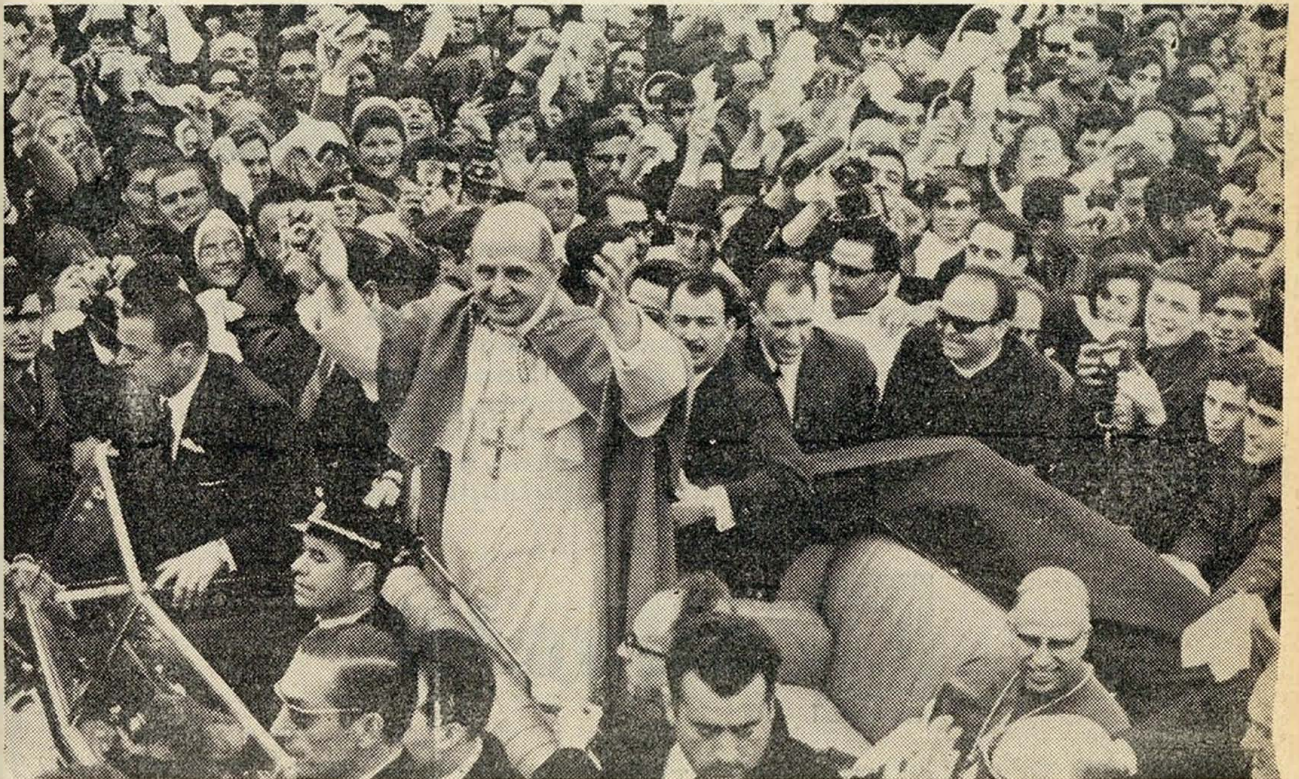
nome do Papa actual enfileira entre os dos maiores, com a sua doutrina contribuindo para o progresso da Humanidade, para a actualização da Igreja Católica de Roma e para a causa da sua difusão.

Antes da sua recente visita a Portugal, Paulo VI prodigalizou ao nosso País provas de deferência e testemunhos de apreço numerosos. Em 18 de Novembro de 1963, visitou expressivamente a igreja de Santo António dos Portugueses em Roma. «Foi com grande júbilo — disse então —, que fizemos esta visita a uma igreja dedicada a um santo tão popular. Respondeu às saudações que lhe dirigiu o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, presente à cerimónia. Na mesma altura e por aquele motivo enviou-lhe o Chefe do Estado uma mensagem de agradecimento.

Em 7 de Junho de 1964, enviou o Papa uma mensagem a Portugal por motivo do encerramento das comemorações centenárias da Senhora do Sameiro. Em audiência concedida a seiscentos peregrinos portugueses, em Roma, a 25 de Agosto do mesmo ano, referiu-se ao nosso País e à nossa História em termos de apreço e reconhecimento. Em 28 de Março de 1965, em cerimónia de grande imponência realizada na capela Matilda, o Papa abençoou a «Rosa de Ouro» que atribuiu ao Santuário de Fátima, na presença de numerosos cardeais e do legado pontifício, cardeal Fernando Cento, a quem foi confiado o encargo de a entregar em Portugal. Falando da janela dos seus aposentos à multidão que o saudava, disse: «Rezamos pelos que trabalham sinceramente em prol da paz. Rezamos também, pelos que a não querem a fim de que o seu sentido das responsabilidades lhes inspire melhores sentimentos.»

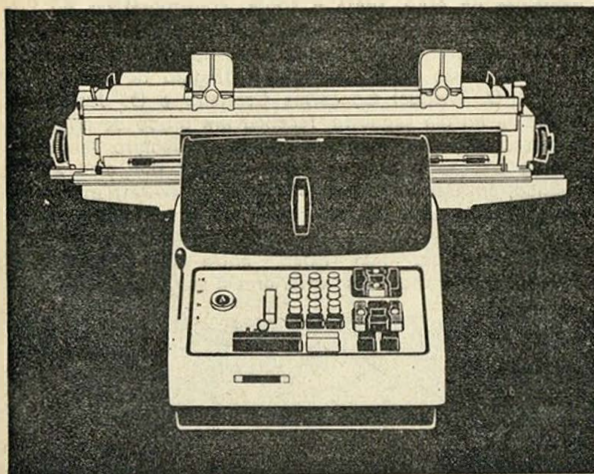
Durante a visita a Portugal, o Cardeal-Legado entregou ao Chefe do Governo um estojo com uma colecção completa de medalhas de ouro, prata e cobre, comemorativas do Pontificado de Paulo VI.

Ao encerrar-se o Concílio Vaticano II, iniciado no pontificado de João XXIII, o Papa distinguiu os cardeais portugueses, D. Manuel Gonçalves Cerejeira e D. José da Costa Nunes, e no dia seguinte, recebeu um grupo de crianças portuguesas. Por ocasião dos temporais de Janeiro de 1966, enviou a bênção a todos os portugueses por eles afectados. Quando, em Dezembro de 1966, o Cardeal-Patriarca de Lisboa pediu a resignação do seu cargo, não foi tal pedido deferido e o Papa aproveitou o ensejo para prestar homenagem à sua obra evangélica. São estas, entre outras, mostras do Pontífice pelo nosso País, anteriores à sua visita a Fátima. ✪

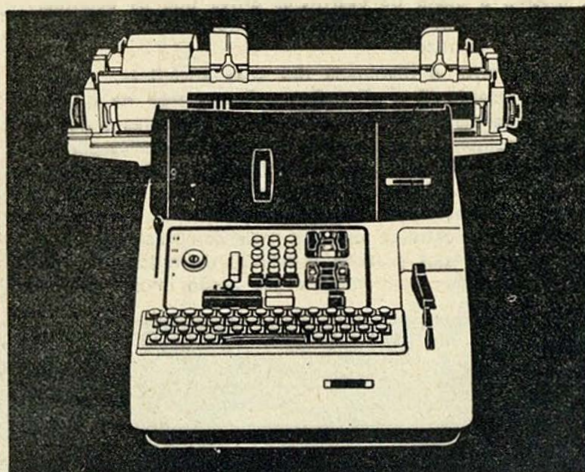


O Papa, em Fátima, rodeado e fervorosamente acarinhado pela imensa multidão

A Olivetti Audit responde a qualquer problema de contabilidade



Audit 413



Audit 513

Riqueza de dados, segurança de informações, possibilidade de verificação; eis o que necessita uma Organização moderna. Mas a informação completa, verificada, exacta, só a pode fornecer, a qualquer momento, a contabilidade mecanizada.

 **olivetti**

OLIVETTI PORTUGUESA S.A.R.L.
LISBOA — Praça Marquês de Pombal. 14-4.º

o estudo da semana

A BANCA EM PORTUGAL—II BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

O Banco Nacional Ultramarino — fundado em 16 de Maio de 1864 — tem uma história íntima e profundamente relacionada com o desenvolvimento das actividades bancárias em Portugal Metropolitano e Ultramarino.

A folha oficial do Governo Português — que se intitulava então «Diário de Lisboa» — inseria na data referida uma «carta de lei» que autorizava a criação de um Banco emissor para o Ultramar português, com o privilégio de emissão e direito a efectuar operações de crédito predial e crédito agrícola e mobiliário. Em face de tão avultadas atribuições, fixava-se o capital inicial do Banco na importante verba — para a época — de 4000 contos de réis, com autorização para o elevar, sem novas exigências legais, até 12 000 contos.

No que se respeitava, propriamente, ao Ultramar, a carta de lei de 16 de Maio de 1864 determinava que o Banco montasse uma sucursal em Luanda, com capital próprio nunca inferior a 400 contos de réis, agências em Cabo Verde, Benguela e Moçâmedes e, pelo menos, uma agência em cada uma das restantes províncias ultramarinas, com excepção de Macau, a isenção de impostos e contribuições de qualquer natureza e a dispensa para o seu pessoal de exercer funções públicas e municipais. A importância que o Estado atribuía à sua actuação confirmava-se, desde o início, na concessão a que se obrigava de um subsídio anual de 30 contos, para prevenir eventuais dificuldades e prejuízos na manutenção da sucursal de Luanda e agências de Cabo Verde, Benguela e Moçâmedes.

A estruturação do organismo bancário efectuou-se rapidamente e, em 12 de Agosto de 1864, foram aprovados os respectivos Estatutos. Entre as suas disposições, determinava-se que o capital fosse fixado em 12 mil contos de réis, divididos em 120 000 acções de cem mil réis ou 133,333 e 1/3 acções de noventa mil réis, vinte libras ou quinhentos francos.

Com o propósito de arquivar nas nossas páginas a documentação necessária sobre as mais importantes actividades económicas do País e do estrangeiro, o estudo sobre a Banca em Portugal, que hoje prossegue, será completado na próxima semana com uma terceira e última parte, a publicar também em caderno destacável.

Este alargamento da matéria a três números da revista, cremos que se encontra justificado pela quantidade de estabelecimentos bancários que existem na nossa capital, em pleno florescimento e de que seria justo salientar a múltipla actividade.



Edifício da sede, em Lisboa

Realizadas as condições básicas para o seu exercício, o Banco iniciou as operações a que se destinava e, em 1865, inaugurou as suas primeiras agências no Porto, Viana do Castelo e Ponta Delgada, bem como a sucursal de Luanda.

A oportunidade e o interesse público das funções do Banco Nacional Ultramarino, tanto no exercício do comércio bancário como na atribuição emissora e no fomento económico, ficaram expressivamente consagrados desde os primeiros anos da

sua actuação. O primeiro relatório do Banco, referido a 1865, surgiu em 1868, datado de 30 de Janeiro e subscrito pelo respectivo governador, Francisco de Oliveira Chamiço.

No primeiro ano da sua existência, o Banco descontara 3684 letras, em Lisboa e nas agências, no valor de 5 717 221\$636, efectuara empréstimos no total de 434 120\$983 e transferências no montante de 2 789 487\$880. Os depósitos à vista e a prazo acusavam, em 30 de Dezembro de 1865, um saldo de 377 658\$609. O exercício fechou com um lucro de 65 425\$903, permitindo o pagamento de um dividendo de 8% e o início da constituição do fundo de reserva para o qual foi atribuída a verba de 5 000\$00. O movimento de 1 357 026\$585, acusado pelo primeiro balanço do Banco, repartia-se deste modo, no que respeita ao activo: dinheiro em caixa, 104 525 mil réis; letras a receber, 854 267 mil réis; empréstimos sobre penhor, 137 295

o estudo das eman a

mil réis; sucursal de Luanda, 100 699 mil réis; agência de Cabo Verde, 27 530 mil réis; acções de bancos e companhias, 73 540 mil réis. Por seu turno, no passivo figuravam, entre outras, as seguintes verbas: capital, 936 870 mil réis; depositantes, 377 658 mil réis; fundo de reserva 5000 mil réis. O primeiro dividendo a pagar limitou-se a 400 mil réis.

A acção da sucursal de Luanda, especialmente, reflectiu-se sem demora na liquidez do mercado financeiro local e na pontualidade do pagamento ao funcionalismo, o mesmo se verificando, logo a seguir, em Cabo Verde. Em 1868 foi constituída a agência de S. Tomé e os agentes locais de Benguela, Moçâmedes, Moçambique e Goa prestaram, desde logo, bons serviços às clientelas das respectivas áreas.

Entretanto, a função emissora era cumprida pela administração do Banco com notável eficiência.

Por outro lado, as intervenções do Banco Nacional Ultramarino, em benefício das actividades económicas das diversas províncias que lhe competia servir, alargaram-se rapidamente. Em 1875, para corresponder a necessidades crescentes, o Banco emitiu 16 000 acções, por forma a aumentar para 3 600 000\$000 o seu capital realizado que, então, já ascendia a 2 160 000\$000 réis. O público acolheu com entusiasmo esta emissão, subcrevendo 140 165 acções — deste modo dando clara prova de confiança no futuro do Banco.

Pouco depois, por lei de 27 de Janeiro de 1876, o Governo português alterou a orgânica do Banco. Foram conservadas as filiais e agências de Luanda, Benguela, Moçâmedes, S. Tomé, Santiago e Goa, e imposta a obrigação de abertura de uma sucursal em Moçambique. O privilégio de emissão de notas foi prorrogado até 13 de Setembro de 1900, e conservado até 1890 o exclusivo da fundação e administração de instituições bancárias do Ultramar.

Em 1877 iniciou as suas actividades a sucursal de Moçambique; e, em 1880, devido às melhorias económicas registadas, pôde o Banco iniciar a amortização dos avultados créditos que mantinha em África.

Ampliando as suas actividades no comércio bancário, o Banco apresentou uma proposta ao Governo, para a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transval, sem outros encargos para a Metrópole além da garantia do juro de 6% para o capital que, sob directa vigilância do Governo, viesse a ser aplicado. Contudo, como pouco depois tivesse sido apresentada uma outra proposta por Marc-Murdo, foi esta aceite com a alegação de não existir garantia alguma do Estado.

Entretanto, já o Banco, no intuito de fomentar a produção das regiões agrícolas do interior de Luanda, mantinha uma carreira de navegação entre o Dondo e aquela cidade de que, mais tarde, resultou a formação da Companhia de Navegação do Cuanza. Associado à Casa Henry Burnay, concedeu à Companhia dos Caminhos de Ferro Através da África um crédito de 1 000 000\$000 réis destinado à conclusão da construção do actual Caminho de Ferro de Luanda.

Por outro lado, e ainda que um pouco fora do âmbito da sua acção, o Banco Nacional Ultramarino sempre se dedicou, em diversos sectores, a uma orientação que teve posteriormente — e até nos nossos dias — uma acção fomentadora de excepcional projecção no Ultramar português.

Entretanto, a partir de 1890, o Banco Nacional Ultramarino acompanha ainda mais estreitamente a evolução dos interesses do País nos sectores de actividade que lhe dizem respeito. Por ocasião da crise financeira registada naquele ano, devido à qual o Governo de Lisboa se viu forçado à inconvertibilidade do papel-moeda metropolitano, o Banco Nacional Ultramarino pôde declinar a oferta de solução idêntica para as suas notas em circulação nas províncias de África.

Ainda em 1890 findavam os privilégios iniciais do Banco, já prorrogados por mais dez anos. Após sucessivas prorrogações em regime transitório, fez-se a renovação oficial dos referidos privilégios, daí resultando a manutenção do exclusivo da emissão de notas em todo o Ultramar, com excepção de Macau, até 1900, e privilégio da fundação e administração de instituições bancárias no Ultramar, excepto Macau e Moçambique.

Poucos anos mais tarde, em 1901, foi decretada uma vasta reforma do regime bancário no Ultramar, devido à qual foram alterados os estatutos e o capital do Banco Nacional Ultramarino. O capital foi elevado a 5 400 000\$000 réis, por emissão de 20 mil acções de 90\$000 réis. Quanto ao êxito da subscrição do novo capital, basta referir que 18 826 acções foram tomadas pelos accionistas, sendo entregues 1174 acções à firma Henry Burnay & C., que garantira a emissão.

Nos termos do novo contrato, o Banco Nacional Ultramarino obrigou-se, no prazo de 90 dias, a estabelecer caixas filiais em Luanda, Benguela, Nova Goa, S. Tomé, Santiago e Lourenço Marques, e agências em S. Vicente, Moçâmedes e Moçambique; no prazo de seis meses, a ter estabelecidas agências na Ilha do Príncipe, Bolama, Cabinda, Inhambane, Quelimane e Macau; e, no prazo de um ano, a ter agência em Dili. Ficava

prevista a instalação de agências em Malange, Sá da Bandeira e outras localidades onde o movimento comercial o justificasse. Acontecia, porém, que, em muitas das localidades referidas já o Banco mantinha sucursais ou agências. O privilégio da emissão de notas com curso nas províncias ultramarinas foi renovado por mais dez anos.

Em 1902, o Banco instalou agências em Quelimane, Inhambane, Macau e Bolama; em 1911, inaugurou a agência privativa de Timor e, dois anos depois, abriu a agência do Rio de Janeiro; em 1914, a do Chinde; em 1915, as de Tete e Novo Redondo; e, em 1916, as do Lobito, Malange e Mormugão e, a título experimental, estabeleceu uma agência na Beira.

Mas foi a partir de 1919 que mais se fez sentir a expansão do Banco Nacional Ultramarino, quer por virtude do aumento de capital, quer por força da absorção do Banco Eborense, do Banco Agrícola, Industrial e Comercial de Vila Real, do Banco do Douro e do Banco de Bragança.

Foram abertas agências em Cabinda, Príncipe e Ibo, criadas representações em Kinshassa (Léopoldville), Bombaim e Hong-Kong, fundada a filial do Funchal e a de Ponta Delgada, e as agências de Beja, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, Guarda, Leiria, Olhão, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Évora, Lamego e Santarém.

No Brasil, foi criada a filial de Paraíba e novas dependências foram fundadas, também em Londres, Paris e Nova Iorque, consagrando o carácter de grande Banco internacional que o B. N. U. assumira.

Em Maio de 1919, passado o período de guerra que viera abalar profundamente toda a estrutura da acção colonizadora portuguesa, foi instituído novo regime bancário para o Ultramar. O capital realizado do Banco Nacional Ultramarino foi fixado no mínimo de 17 000 contos e efectivamente elevado a 24 000; e, em conformidade com a reforma, foi assinado novo contrato com o Estado e aprovados novos Estatutos, que mantinham ao Banco as suas fundamentais atribuições.

Entretanto, a situação económica e monetária originada pela primeira grande guerra, o curso perturbador da inflação, algumas disposições pouco felizes suscitaram, nos anos seguintes, uma crise de que o Banco Nacional Ultramarino se ressentiu seriamente — e de tal modo que, em 1928, concluiu-se pela promulgação de disposições que levaram à perda, por parte do Banco, do privilégio de emissão para Angola, privilégio que foi transferido para o Banco de Angola, pela Convenção de 3 de Agosto de 1926 e pelo Decreto n.º 12 123, de 14 de Agosto do mesmo ano.

Em 3 de Agosto de 1929, foi celebrado novo contrato entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino. O capital do Banco, ao tempo de 50 000

são nacional que lhe cumpre desempenhar.

A obra realizada, com notórios sacrifícios para os accionistas e à custa de um esforço singular, figura justamente entre os capítulos da história da reconstrução financeira portuguesa. E os seus resultados estão patentes na vitalidade e capacidade do Banco Nacional Ultramarino, em face das responsabilidades primaciais que lhe incumbem. De 1931 a 1951, a reserva monetária em relação à circulação existente passará de 1,14 por cento para 116,16 por cento; a carteira comercial e os valores em caixa subiram e os devedores gerais baixaram, como era para desejar. Situação desafogada, grandes reservas, grande liquidez, reserva monetária e crédito harmónicamente distribuído na Metrópole e no Ultramar.

Assim, por exemplo, o fecho do exercício de 1952 exprimiria nitidamente o desafogo e segurança atingidos na situação do Banco Nacional Ultramarino e a amplitude dos seus serviços como instituto emissor, banco comercial e organismo de fomento. O relatório dirigido aos accionistas salienta que, no exercício de 1952, os lucros totais ascenderam a 238 378 406\$76 e os encargos a 209 900 172\$65, sendo, portanto, o líquido de 28 478 234\$41.

Comparando este lucro total de 1952 com o de 1951, verifica-se que acusa uma diferença, para mais, de 17 792 081\$10. O lucro líquido do exercício evidencia uma diferença, para mais, de 13 543 033\$68. Os encargos aumentaram, em relação a 1951, no montante de 4 249 047\$42.

A circulação fiduciária — que era, em 31 de Dezembro de 1951, de 1 095 137 654\$04 — passou, em igual data de 1952, para 1 138 772 367\$84, acusando, portanto, uma diferença de 43 634 713\$80. A reserva que faz face à circulação fiduciária passou de 1 278 290 207\$66, em 1951, para 1 542 032 048\$44, em 1952, o que representa 116% e 135%, respectivamente.

Da proposta de distribuição do saldo de 32 123 347\$70 consta a seguinte aplicação:

Para fundo de reserva permanente, 2 847 823\$00; para fundo de reserva variável, 2 847 823\$00; para dotação à Caixa de reformas e aposentações, 569 564\$70; para dividendo de 10%, 4 000 000\$00; para títulos de trabalho, 40 000\$00; para o Conselho Fiscal, 545 190\$70; para obras nos edifícios do Banco, 15 000 000\$00; e para Conta Nova, 6 272 946\$30.

Restituído o Banco Nacional Ultramarino ao regime normal de administração, iniciaram-se pouco mais tarde as negociações para a celebração de novo contrato com o Estado, que as circunstâncias e a previsão do futuro aconselhavam. Já em 1949 tinham sido iniciados os estudos para

este efeito, sucedendo-se vários projectos, um dos quais aprovado pelo Conselho do Império. Todos eles acompanhados de doutos relatórios de ilustres professores e economistas, trouxeram valiosos elementos, que esclareceram o Governo e lhe permitiram elaborar o que em definitivo foi negociado com o Conselho Geral do Banco.

O novo contrato, aprovado pela Assembleia Geral do Banco no dia 30 de Maio de 1953, mantém a tradição das soluções nacionais em matéria bancária. O período da sua vigência, fixado em trinta anos, corresponde de facto a cerca de 24 anos de prorrogação de exclusivo emissor, estando assim de harmonia com as regras seguidas, em casos semelhantes, com o Banco de Portugal — trinta anos — e o Banco de Angola — vinte e cinco anos.

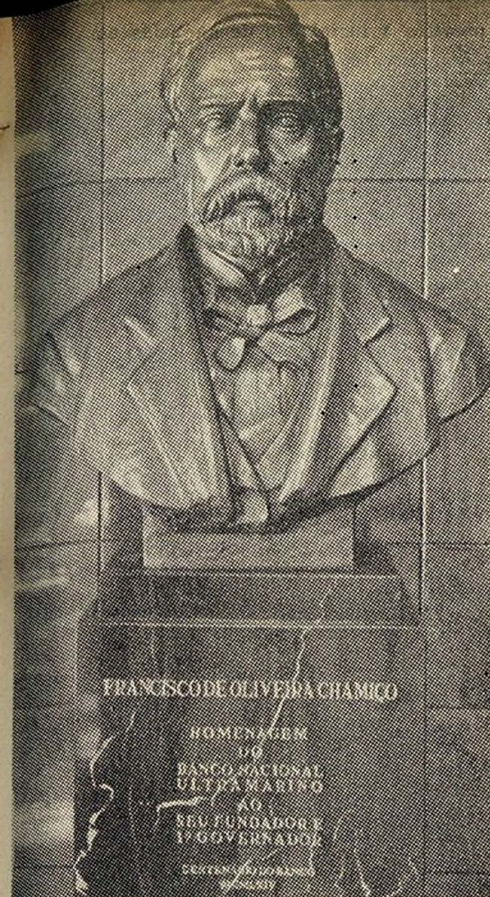
Ficou estabelecido que, além da emissão de notas, o Banco prossegue-se no exercício de outras actividades bancárias no Ultramar, sobretudo como Banco central, de crédito e comercial, uma vez que a função de crédito de fomento passara a competir ao Banco de Fomento anunciado. Além disso, continuará a ser um grande Banco comercial na Metrópole.

O capital foi elevado para 150 000 contos, continuando o Banco a gozar de regalias que as emissões de notas oferecem; e, em troca, obriga-se a pagar uma renda às províncias ultramarinas, a conceder-lhes empréstimos gratuitos avaliados no máximo do quarto do duodécimo da receita ordinária de cada ano, a gratuitamente exercer as funções de Caixa do Tesouro e a fazer as transferências de fundos do Estado.

Por sua vez, as garantias e cautelas expressas no antigo contrato, quanto à circulação fiduciária e respectivas reservas, foram mantidas e reforçadas no actual, com novas disposições para defesa da estabilidade do valor da moeda, essencial ao progresso económico das províncias ultramarinas.

O desejo de simplificar a administração do Banco levava já à transformação das antigas dependências de Londres e Paris em Bancos autónomos — o «Anglo-Portuguese Colonial and Overseas Bank», inglês, e a «Banque Franco-Portugais D'Outre-mer», francês — ambos fortemente apoiados no Banco Nacional Ultramarino, mas com destinos e responsabilidades separados.

O projecto do decreto sobre o novo contrato reconhece expressamente «a alta importância nacional» do Banco Nacional Ultramarino, conferindo-lhe, em conformidade, os recursos, atribuições indispensáveis ao pleno desempenho dessa missão relevante. ★



Busto de Francisco de Oliveira Chamico inaugurado em 16-5-1964

contos, foi reputado insuficiente para o exercício das funções de Banco emissor, comercial e de participação no crédito do fomento colonial, e elevado para soma não inferior a 135 000 nem superior a 200 000 contos. Por outro lado, o privilégio e o exclusivo de emissões de notas em todo o Ultramar português — excepto Angola e territórios administrados por Companhias que, ao tempo, tinham concessões especiais sobre indústria bancária, foi prolongado por mais 30 anos, a contar de 5 de Agosto de 1929. Foi extinto, porém, o privilégio de emissão de obrigações prediais.

Precisamente em 1929, nova crise de grandes proporções — e ao nível mundial — veio afectar a situação do Banco Nacional Ultramarino, sendo os efeitos da conjuntura tão profundos que, em Fevereiro de 1931, os componentes do Conselho de Administração então em exercício entregaram ao Governo o seu mandato, constituindo-se uma comissão administrativa sob a égide do Poder Público.

Nesse mesmo ano, inicia-se nova e decisiva fase da história do Banco Nacional Ultramarino. Sob o regime de emergência que as circunstâncias determinaram empreendeu-se uma obra de reconstrução e saneamento que — ao fim de longo esforço, a que ficou ligado o nome do eng. Santos Viegas, presidente do Conselho de Administração nomeado pelo Governo — restituiu o Banco à situação normal, com renovado prestígio e mais ampla capacidade para a grande mis-

o estudo da semana

BANCO BORGES & IRMÃO

O Banco Borges & Irmão, uma das mais antigas instituições de crédito portuguesas, tem a sua origem na casa bancária António Nunes Borges & Irmão, fundada no Porto em 27 de Fevereiro de 1884.

Na forma que inicialmente lhe deu o nome António Nunes Borges (1858-1939) e seu irmão Francisco António Borges (1861-1939), tratava-se de uma sociedade em nome colectivo, com sede na Rua do Bonjardim, 57, cujo capital era de 6 contos e que se destinava ao exercício da actividade bancária e ao comércio de vinhos, os de há muito afeiçoados vinhos Borges.

O desenvolvimento que a nova instituição de crédito registou está bem patente no facto de, em 1910, ter já uma filial em Lisboa (no Largo do Município, n.º 1), e haver ascendido a 200 contos o seu capital, e de, nove anos depois, estar já representada no Rio de Janeiro e possuir dois novos sócios.

Foi igualmente o crescimento regular e constante da mesma casa bancária que levou à sua transformação, em 21 de Agosto de 1937, em sociedade anónima, o actual Banco Borges & Irmão, sem que, no entanto, perdesse o seu carácter de instituição familiar que desde o início a singularizava.

Nos 30 anos que decorreram desde então, o crescimento do Banco não sofreu quebras, ao mesmo tempo que o seu prestígio se consolidou e alargou, não só no plano nacional, como ainda no estrangeiro, em especial no Brasil, onde, em 1938, se constituiu autónoma-

mente o Banco Borges, S. A. de que a instituição bancária portuguesa era, naturalmente, o principal accionista.

Por outro lado, a sua rede de agências foi-se alargando, de modo a cobrir todo o espaço metropolitano, ao mesmo tempo que, por sua iniciativa, se constituía o Banco de Crédito Comercial e Industrial, que, desde há um ano e meio, exerce a sua actividade em Angola e Moçambique.

Deste modo, através das 11 dependências urbanas do Porto e das 8 de Lisboa, das 30 agências distribuídas pelo continente e ilhas adjacentes, e da sua projecção nas duas grandes províncias africanas e no Brasil, o Banco Borges & Irmão tem vindo a executar uma política destinada a realizar uma cobertura creditícia de todo o espaço de língua portuguesa, contribuindo assim para um reforço dos laços que unem as várias parcelas dispersas do mundo lusitana.

É evidente, no entanto, que tal só tem sido possível através de uma gestão criteriosa e prudente, caracterizada pela continuidade e pela fidelidade a princípios de rígida ortodoxia, cujos bons resultados estão aliás bem patentes não só na expansão territorial conseguida como ainda e principalmente pelo seguro e sólido crescimento financeiro da própria instituição.

Uma breve análise da evolução dos elementos principais do balanço do Banco e do aumento constante e regular do número das suas agências e dependências confirmará plenamente o que acaba de afirmar-se.

Assim, o valor da carteira comercial, que, em 1937, era de 105 285 470\$34, eleva-se já, dez anos depois, a 350 271 063\$32, registando a seguinte progressão no último decénio:

1957	988 329 790\$25
1958	1 186 674 588\$32
1959	1 366 799 588\$07
1960	1 639 460 314\$84
1961	1 590 251 488\$53
1962	1 965 039 343\$81
1963	2 473 913 280\$21
1964	3 109 416 307\$14
1965	3 802 181 263\$90
1966	4 130 874 329\$84

Por sua vez, o volume dos depósitos, que, no ano seguinte à primeira guerra mundial, era de 13 387 630\$46, atingia já 97 508 328\$74, em 1925, 190 570 976\$00, em 1935 (isto é, duplicou em dez anos), 876 824 108\$70, em 1945 (o que equivale a um aumento de cerca de 460%) e 1 090 086 394\$81, em 1955. Nos últimos

dez anos, os depósitos cresceram a um ritmo médio de cerca de 20% ao ano, como se evidencia no quadro seguinte:

1957	1 515 132 293\$35
1958	1 809 764 626\$88
1959	2 160 723 661\$49
1960	2 595 116 363\$07
1961	2 570 335 363\$41
1962	3 086 315 045\$91
1963	3 707 374 265\$38
1964	4 716 728 286\$40
1965	5 792 171 015\$45
1966	6 545 566 217\$47

Quando ao somatório do capital e reservas, ascendeu de 15 000 contos, em 1937, a 52 550 em 1947 e a 119 000, em 1957, sendo actualmente de 300 000.

Nota-se, deste modo, que, no último decénio, o seu valor registou um aumento de mais de duas vezes e meia.

Se se considerar agora a evolução dos lucros obtidos pelo Banco Borges & Irmão, verifica-se que passaram de 2 901 780\$00 em 1938 (primeiro ano em que funcionou inteiramente como sociedade anónima, pois a sua transformação se efectuou em 21 de Agosto de 1937) para 8 225 647\$14, em 1948, e 14 128 045\$70 em 1958, havendo atingido 45 384 508\$27 na última grênciã.

Finalmente, o desenvolvimento do Banco Borges & Irmão está também patente no aumento do número das suas agências. Quando da sua transformação em sociedade anónima, em 1937, possuía, além da filial de Lisboa e de dois estabelecimentos no Porto, apenas três agências, em Braga, Ovar e Matosinhos. Hoje, trinta anos volvidos, o número de dependências urbanas e de agências através das quais o Banco Borges & Irmão está presente nas diversas regiões do país em que a sua colaboração é exigida atinge já meia centena. ★

BANCO «CRÉDIT FRANCO-PORTUGAIS»

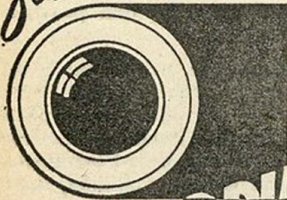
Desde os fins do século XIX que se encontra representado em Portugal um dos mais importantes bancos do Mundo

Fundado pelo Crédit Lyonnais, o Crédit Franco-Portugais instalou-se em Lisboa em 1895 e abriu, dois anos mais tarde, uma agência na cidade do Porto; actualmente dispõe ainda de dependências em Matosinhos e em Lisboa (Areeiro e Restelo).

As suas íntimas relações com o grande banco francês por quem foi fundado e, bem assim, a técnica aperfeiçoada que desde início colocou à disposição dos seus clientes, tornaram-no rapidamente conhecido e estimado nos meios financeiros, industriais e comerciais de Lisboa e Porto.

Pareceu-nos por isso de interesse apresentar aqui uma rápida síntese da história e da posição actual do pode-

espre e fica pronto!



FOTOCOPIA EXACTA

RAPIDEZ • PERFEIÇÃO DISCRIÇÃO

SUCURSAL DE «O SEculo» ROSSIO. 23

roso conjunto em que o Crédit Franco-Portugais se integra.

O Crédit Lyonnais foi criado em 1863 na cidade de Lyon por Henri GERMAIN que, inspirado na estrutura dos Joint-Stock Banks ingleses, foi um dos primeiros banqueiros do continente a conceber a função de um banco de depósitos como a de intermediário entre os detentores de fundos sem aplicação momentânea e as empresas cujo funcionamento e desenvolvimento exigem o recurso ao crédito.

Desde o início, o Crédit Lyonnais orientou a sua acção em três direcções:

- pôr à disposição do público um serviço de caixa que facilitasse consideravelmente as operações, graças aos pagamentos por cheque e por transferência;
- distribuir crédito a curto prazo, nomeadamente sob a forma de desconto e de crédito de campanha;
- colocar junto do público obrigações e acções, de modo a dar às empresas a possibilidade de realizar os seus investimentos.

Em 1914 o Crédit Lyonnais possui já 415 Agências; a sede central foi entretanto transferida para Paris, permanecendo Lyon como sede social; o total do seu balanço situa-o então como o maior banco do Mundo. A sua actividade estende-se ao Norte de África (abertura das Agências de Alger, Oran e Tunis) e ao estrangeiro (abertura de Agências em Inglaterra, na Suíça, em Espanha e na Bélgica; em Portugal, fundação do Crédit Franco-Portugais).

Graças a uma gestão prudente, o Crédit Lyonnais atravessa, sem que o seu crédito seja de algum modo afectado, o difícil período da 1.ª Grande Guerra e uma das maiores crises bancárias de sempre (1930-1932).

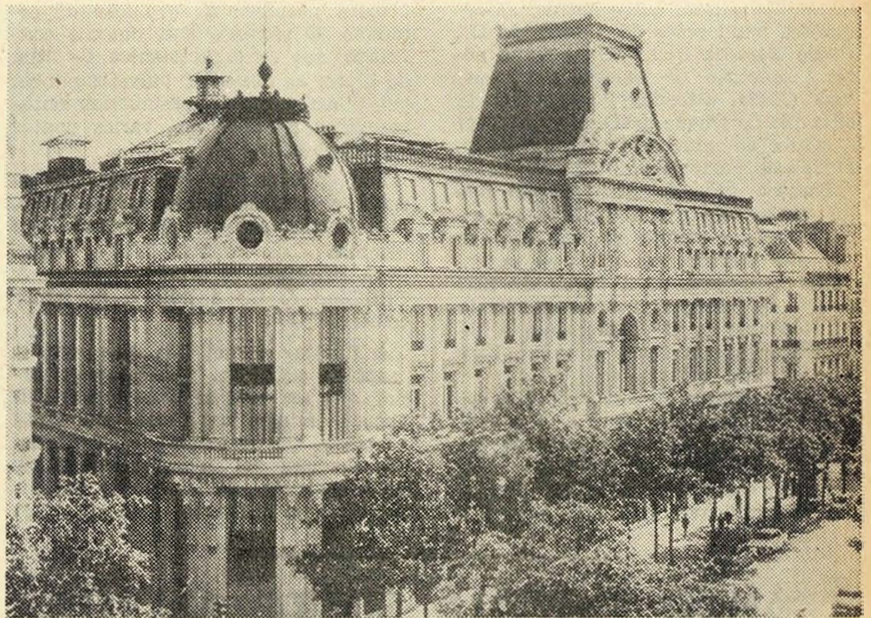
A partir de 1944, e com o objectivo de reatár e intensificar as relações comerciais entre a França e o resto do Mundo, o Crédit Lyonnais instala-se no Próximo Oriente (Libano, Irão), na República do Sudão, na América Latina (Brasil, Perú, Venezuela) e na África negra. Instala também representações na Alemanha, na Argentina, na Itália e nos Estados Unidos.

A partir de 1961, e no intuito de se manter presente nos Estados africanos que recentemente se tornaram independentes, o Crédit Lyonnais decidiu participar, sob os auspícios dos governos desses países, na criação de bancos que lhe estão associados.

Nos últimos anos, o Crédit Lyonnais esteve intimamente ligado ao financiamento das grandes realizações económicas da nossa época, no campo das explorações petrolíferas, siderúrgicas, de gás natural, etc... e contribuiu de forma eficaz para facilitar a participação francesa na construção de importantes conjuntos industriais no estrangeiro.

O Crédit Lyonnais possui uma clientela muito diversificada, que compreende simultaneamente empresas in-

o estudo da semana



Sede do «Crédit Lyonnais» em Paris

dustriais e comerciais de pequena, média e grande dimensão, agricultores, membros de profissões liberais, funcionários e um grande número de particulares. Este banco nunca deixou de desempenhar um papel de relevo no que respeita ao desenvolvimento das técnicas financeiras: para só falar de um passado recente foi ele, em França, o primeiro a aperfeiçoar uma modalidade prática de crédito pessoal, bem como o primeiro a lançar as sociedades de investimento em valores mobiliários. O Crédit Lyonnais dispõe actualmente de mais de 1800 Agências em França, de 200 filiais ou bancos associados no estrangeiro e de uma larguíssima rede de correspondentes. Os seus clientes — em número superior

a dois milhões — confiam-lhe depósitos num valor total que ultrapassa os vinte biliões de francos, assegurando-lhe a posição de 13.º banco do Mundo.

Embora haja sido nacionalizado no após guerra, continua a obedecer a regras de gestão privada e, por consequência, aos imperativos da livre concorrência. Com a sua longa experiência e a sua estrutura descentralizada que lhe permite aliar a maleabilidade de um banco regional ao poder de uma instituição de renome mundial, o Crédit Lyonnais tem vindo a melhorar constantemente a eficácia da sua organização e, deste modo, a assegurar à sua clientela serviços perfeitamente adaptados às exigências da vida moderna. ★

ALMEIDA, BASTO & PIOMBINO & C.ª

A Casa Bancária Almeida, Basto & Piombino & C.ª constituiu-se em 1941, por fusão da firma Almeida, Lda., e da Casa Bancária Basto & Piombino.

A firma Almeida, Lda., fundada em 1931, tinha a sua Sede no edifício onde se encontram actualmente instalados os banqueiros Almeida, Basto & Piombino & C.ª, e dedicava-se ao comércio de câmbios e de numismática em cujas actividades ocupava uma posição destacada na praça de Lisboa.

Depois de operada a fusão com Basto & Piombino, conceituada Casa Bancária, fundada em 1881, em sucessão da firma Piombino & Filhos, o novo estabelecimento de crédito, embora mantendo o movimento bancário que lhe havia sido transmitido por Basto & Piombino, continuou a de-

dicar as suas energias a consolidar e desenvolver a posição de primazia que havia conquistado no domínio do comércio de câmbios.

Também no seguimento de uma tradição que encontra a sua origem muito antes da constituição de Almeida, Basto & Piombino & C.ª manteve e desenvolveu, alargando-o ao âmbito internacional, o comércio de moedas antigas, sector em que ocupa hoje uma posição de relevo no País.

Nesta modalidade, tem tido ocasiões de participar em várias exposições, nomeadamente a Exposição do Ouro a bordo da «Nau Portugal», em 1940 e a Exposição de Ourivesaria Portuguesa, em 1948.

Também o departamento de numismática de Almeida, Basto & Piombino

o estudo da semana

no & C.^a editou, entre outras, as seguintes publicações da autoria do Dr. Pedro Batalha Reis: «Guia duma notável colecção de Moedas Portuguesas» (1947), «Moedas Portuguesas da colecção do Duque de Galliera» (1949) e «Guia de uma notável colecção de Medalhas Portuguesas» (1959).

Embora gozando do prestígio que lhe conferiram a sua tradição e competência e o volume de negócios que por eles transitavam nas suas actividades principais, só a partir de 1957 é que os banqueiros Almeida, Basto & Piombino & C.^a começaram a intensificar a sua actuação como banco comercial propriamente dito.

Esta mudança de rumo ficou a dever-se fundamentalmente a dois factores. Por um lado, o desejo de expansão de uma actividade que o crescimento económico nacional amplamente justificava. Por outro ângulo, a

própria natureza da evolução do comércio de câmbios que, outrora confinado aos estabelecimentos da Rua do Ouro, se deslocou, pulverizando-se, pelas agências dos estabelecimentos bancários situadas nos vários pontos da cidade e do País.

Em consequência desta mudança de rumo e embora permanecendo tradicionalmente activos no domínio dos câmbios e da numismática, a actividade principal de Almeida, Basto & Piombino & C.^a é hoje a de banco comercial.

A ilustrar o que fica dito, vem a propósito notar que a carteira comercial, que em 1957 se situava nos 8000 contos, atinge hoje mais de 60 000 contos e que o volume de depósitos que em 1963 era da ordem dos 65 000 contos ultrapassou em 31 de Dezembro de 1966 os 140 000 contos.

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

O Balanço e Contas do Banco Pinto & Sotto Mayor, referente à gerência de 1966, é precedido de lúcido e expressivo estudo das conjunturas mundial e nacional, nele se enquadrando as actividades daquela prestigiosa instituição bancária no referido ano.

A ECONOMIA MUNDIAL EM 1966

Começa esse estudo por apresentar um panorama geral da «Economia Mundial de 1966», nele se salientando o facto de os Estados Unidos terem atingido «em 1966 o sexto ano consecutivo de expansão económica, que além disso, se tem processado em ritmo apreciável (por exemplo, em 1965, o produto nacional bruto aumentou de 5,5 %, taxa muito considerável para um país tão avançado como este)». Deve notar-se, contudo, que a continuação deste progresso não foi conseguida sem a adopção pela Administração de medidas de reactivação da economia — principalmente as tomadas em meados de 1965 (de que se salientam a redução de impostos indirectos e a elevação de encargos com a segurança social). Para ela veio também a contribuir o acréscimo apreciável das despesas públicas consequente à «escalada» no Vietnam. Após pormenorizar — alicerçando-se em factos, números e percentagens — os motivos das afirmações feitas, salienta-se que «quanto à balança de pagamentos dos Estados Unidos, tem continuado a evoluir desfavoravelmente do lado das transacções correntes, em virtude da

forte expansão da procura interna. Será, porém, de esperar que venha a melhorar sensivelmente a balança de capitais, como consequência das medidas para o efeito estabelecidas pela administração. Com efeito, depois da taxa de perequação de juros ter determinado uma substancial redução de emissão de títulos estrangeiros no mercado de Nova Iorque, foi pedido às empresas que melhorassem a situação dos seus pagamentos exteriores e estabilizassem os seus investimentos directos fora do país.»

E prossegue o estudo, referindo-se

aos países da Comunidade Económica: «a procura global continua a atravessar um período de expansão considerável», salientando-se que «a esta evolução favorável da procura global contrapõe-se uma expansão do produto bruto que para o conjunto da Comunidade terá sido em 1966 da ordem do 4,5 %, sendo de 6 % a 6,5 % o desenvolvimento de produção industrial (excluindo a construção e as indústrias da alimentação, das bebidas e do tabaco)». Depois de analisar, nas linhas gerais e sob a perspectiva de mais interesse, a evolução registada em cada um dos países da C. E. E., com especial referência à política agrícola comum, passa o estudo a dedicar-se à situação da Associação Europeia de Comércio Livre, salientando a propósito: «Nos países membros da Associação Europeia de Comércio Livre as actividades produtivas têm ultimamente evoluído de forma não muito satisfatória, devido à escassez pronunciada de mão-de-obra (Suécia e Suíça), a incisiva política deflacionária (Finlândia) e as restrições no crédito (Áustria e Dinamarca). De todos os países do grupo, apenas a Áustria não está neste momento a braços com tendências inflacionárias (o seu índice de preços no consumidor apresentava em Setembro passado 6 % acima do que se tinha registado um ano antes). Dos países da área, é o Reino Unido aquele cuja economia tem inspirado mais cuidados. O país tem vivido crónicamente para lá dos seus meios, dependendo cada vez mais das importações.» E, mais adiante: «Quanto ao processo de cooperação em curso entre os países da Associação Europeia de Comércio Livre, continua a dar-se sem grandes incidentes. Assim, no final de 1966, terminaram os direitos aduaneiros sobre produtos industriais, excepto no que se refere a mercadorias a importar pela Finlândia e às abrangidas pelo Anexo G (relativo a Portugal)

INDICES DO DESENVOLVIMENTO (EM CONTOS)

Anos	Capital e Reservas	Depósitos	Letras descontadas e outras modalidades de crédito (ao longo dos anos)	Lucros ilíquidos	Lucros líquidos	Activo
1956	75 000	867 705	2 690 782	41 962	12 014	1 737 054
1957	90 000	888 164	2 786 149	46 195	13 059	1 889 111
1958	95 000	1 064 444	3 100 146	49 148	14 056	1 984 758
1959	110 000	1 100 715	3 693 624	55 244	14 501	2 144 275
1960	120 000	1 819 543	4 485 489	64 838	16 543	3 179 364
1961	175 000	1 848 912	6 130 262	88 256	17 476	4 228 347
1962	190 000	2 741 667	8 565 755	128 700	23 978	7 683 503
1963	265 000	4 215 763	11 026 849	185 999	35 868	12 265 936
1964	313 000	5 655 791	14 509 913	252 442	51 817	16 371 897
1965	413 000	7 200 701	17 155 636	320 466	52 353	19 848 215
1966	600 000	9 190 015	19 049 117	392 345	56 129	24 378 823

• Depois da aprovação dos Relatórios dos exercícios.

da Convenção de Estocolmo. Atingiu-se desse modo, em essência, a zona de comércio livre prevista pela Convenção.»

Prossegue o estudo: «O ano de 1966 não ficou assinalado por qualquer espectacular êxito no campo da cooperação económica a nível mundial», salientando, mais adiante, haver «um prudente optimismo quanto à apreensão na reunião do Fundo Monetário Internacional de 1967 de um plano concreto de criação de reservas. Aliás, mesmo que isso aconteça, calcula-se que levaria pelo menos um ano a obter-se o número suficiente de adesões. Como, além disso, se pensa que só seria realmente viável a execução de tal plano depois de os grandes países de moeda-reserva — Estados Unidos e Reino Unido — terem atingido

um razoável equilíbrio das suas balanças de pagamentos, não se espera que a criação de novas reservas venha a ocorrer antes do fim da actual década.»

A ECONOMIA NACIONAL EM 1966

Entra, em seguida, o estudo numa análise da «Economia Nacional em 1966», começando por afirmar: «É de supor que a procura global da metrópole portuguesa tenha continuado a aumentar em 1966 a ritmo relativamente rápido. Na verdade, o seu principal componente — o consumo privado nacional — não deverá ter perdido naquele ano o movimento de aceleração que ultimamente pareceu caracterizar a sua evolução a avaliar pelos acréscimos de 3 % e 7 % registados, respectivamente, em 1964 e 1965, que, no entanto, conterão provavelmente uma apreciável margem de erro, dada a forma dificiente como entre nós é estimada esta grandeza global. A conclusão acima apresentada baseia-se fundamentalmente no conhecimento da evolução recente dos salários reais (terão experimentado em 1966 uma subida não muito afastada de 10 %). Os outros componentes da procura global terão, porém, tido um comportamento menos favorável.» Salienta-se, em seguida, que os gastos públicos «ter-se-ão expandido em 1966 à taxa um pouco inferior a dos últimos anos», e que a formação bruta de capital fixo «parece ter-se desenvolvido em 1966 a ritmo ainda menos vivo que nos anos imediatamente anteriores»; por último «a procura externa de bens e serviços da metrópole terá tido em 1966 uma expansão sensivelmente da ordem da registada nos últimos tempos».

Quanto à produção interna, «terá evoluído em 1966 menos rápida do que a procura global. Na verdade, segundo

uma estimativa ainda muito preliminar, o produto interno bruto ao custo dos factores e a preços constantes terá registado nesse ano uma taxa de crescimento sensivelmente menor que a verificada em 1965 (7 %). Aponta-se, em seguida, as razões da quebra do ritmo de expansão do produto: andamento menos favorável não só da agricultura mas também da indústria, analisando-se mais pormenorizadamente as baixas do produto em relação aos diversos sectores.

No que diz respeito à oferta externa de bens — importação — «terá em 1966 aumentado mais do que a interna. Na verdade, os números relativos aos primeiros dez meses do ano revelam um acréscimo de quase 11 % em relação a igual período de 1965, aumento que, contudo, foi bastante inferior ao verificado na comparação de intervalos homólogos de 1964 e 1965 (18 %)».

Assim, prossegue o estudo «Ter-se-á alargado em 1966 o afastamento entre a oferta e a procura globais da economia da metrópole, em particular no campo dos produtos agrícolas. Em resultado deste avolumar da tensão sobre os recursos nacionais, não terá sido de estranhar o agravamento da tendência ascensional dos preços, em especial dos produtos da terra.»

Mais adiante, salienta-se: «O desenvolvimento das actividades nacionais e o aumento da emigração, que nos últimos anos se tem acentuado, terão contribuído fortemente para que tenha continuado em 1966 o sensível aumento ascensional dos salários que desde há anos se nota», chamando, depois, a atenção para um aspecto da maior acuidade: «Importa observar que a subida dos salários está, necessariamente, a ter reflexos nos preços dos produtos, uma vez que os progressos da produtividade não poderão, em geral, acompanhar a alta dos salários pagos pelas empresas (calcula-se que a pro-



Um aspecto da sala do Banco Pinto & Sotto Mayor depois da recente remodelação

atividade esteja, em média, a crescer entre nós à razão de 3,7% por ano.»

Quanto às exportações e importações da metrópole, nos primeiros dez meses de 1966, tiveram evoluções muito dispare: assim — refere-se no estudo que temos vindo a sintetizar —, «quanto as primeiras aumentaram de 450 milhares de contos (tinham subido de 1,4 milhão de contos entre Janeiro-Outubro de 1964 e intervalo homólogo do ano seguinte), as últimas sofreram um agravamento de mais de 2,2 milhões de contos (haviam crescido de mais de 2,8 milhões de contos entre Janeiro-Outubro de 1964 e período idêntico do ano imediato), ou seja, uma diferença de mais de 1,7 milhão de contos (1,4 milhão entre Janeiro-Outubro de 1965). Essa margem veio pesar sensivelmente no tradicional saldo negativo da balança comercial da metrópole, fazendo-o passar de 6,5 para 8,5 milhões de contos. Por outro lado, a cobertura das importações pelas exportações teve mais uma quebra (de 64% para 62%)». E, mais adiante: «O agravamento do défice comercial da metrópole durante os primeiros dez meses de 1966 veio a resultar da evolução menos favorável praticamente em todos os movimentos comerciais. Assim as transações com o Ultramar viram baixar de 257 milhares de contos (em relação a igual período de 1965) o seu tradicional saldo positivo, ao mesmo tempo que as operações com o estrangeiro registavam um mais forte saldo negativo (mais 1510 milhares de contos). Por outro lado, será de notar que para o alargamento do défice com o estrangeiro contribuíram tanto o aumento do saldo passivo com os países membros da Comunidade Económica Europeia, como o alargamento dos défices com os Estados Unidos e sobretudo com os outros membros da Associação Europeia de Comércio Livre.»

No que diz respeito à economia ultramarina, salienta-se no estudo que «a agricultura nas províncias de alémar parece ter evoluído em 1966 de uma forma em geral mais favorável do que no ano anterior» (mais de 200 000 toneladas de café em Angola; aumentos de produção de açúcar, chá, oleaginosas, feijão e frutas; subida de cotação do cacau em S. Tomé e Príncipe; quebras sensíveis para o milho e o sisal). «Quanto à pesca, terá em 1966 evoluído de uma forma relativamente favorável» em Angola e Macau, agravando-se o movimento descendente em Moçambique.

Por sua vez o ritmo de expansão na indústria extractiva abrandou sensivelmente em Angola, enquanto em Moçambique a actividade se encontra em fase francamente mais florecente. Contudo, «no conjunto das províncias ultramarinas, pode dizer-se que o sector que atravessa maior desenvolvimento é a indústria transformadora.»

«Finalmente — conclui-se na análise a este sector —, em relação ao comér-

cio externo do conjunto das províncias ultramarinas, parece poder concluir-se que terá tido em 1966 um andamento menos favorável que em anos anteriores. Efectivamente, não só se agravaram um pouco os tradicionais défices de Moçambique e Macau, como baixou sensivelmente o normal saldo positivo de Angola.»

Entretanto, e em referência à balança de pagamentos da zona escudo «e de supor que se tenha saldado positivamente em 1966, apesar de menor volume de entradas de capitais do sector público (as saídas terão, pelo contrário, tendência a subir, em virtude dos reembolsos de financiamento externos em curso e a contrair)».

OS MERCADOS MONETÁRIO E FINANCEIRO EM 1966

O esclarecido estudo inserto no relatório do Banco Pinto & Sotto Mayor referente às actividades daquela instituição bancária em 1966 prossegue, com a lucidez que o caracteriza:

«O mercado do dinheiro na metrópole portuguesa terá experimentado em 1966 uma evolução sensivelmente diversa da verificada em anos anteriores. Na verdade, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, pode concluir-se que, no final de Setembro daquele ano, o montante dos meios totais de pagamento (moeda legal e depósitos) excede de 12% o atingido num ano antes, ao passo que entre 30 de Setembro de 1964 e igual data de 1965 o aumento tinha sido de 13% (por sua vez inferior ao que se dera no período de 12 meses anterior a este: 17%). E acrescenta-se: «Acentuou-se em 1966 a quebra do ritmo de expansão dos meios imediatos de pagamento (moeda legal em circulação e depósitos à ordem, excluindo os depósitos das instituições de crédito umas nas outras e os depósitos obrigatórios, do Tesouro e da Junta de Crédito Público)». E, mais adiante: «Em contrapartida, voltou a acelerar-se a subida dos meios quase imediatos de pagamento (depósitos a prazo e com pré-aviso)», esclarecendo, depois: «Sabese, contudo, que para a forte expansão dos depósitos a prazo registada ultimamente — em especial em 1965 — terá contribuído bastante uma alteração introduzida no tratamento de depósitos em consequência de novas disposições legais relativas à actividade das instituições financeiras.»

Após esclarecer os motivos destas observações, o estudo salienta: «Uma vez que a actividade das instituições financeiras está bastante dependente da evolução dos depósitos, compreende-se que o volume de operações activas daquelas se tenha expandido em 1966 sensivelmente menos do que no ano precedente.

«Efectivamente, entre o final de Se-



Auto-Banco, na Avenida da Liberdade

tembro de 1965 e igual momento de 1966 os bancos comerciais e casas bancárias, caixas económicas e o Banco de Fomento Nacional, em conjunto, alargaram o crédito concedido de apenas 5,5 milhões de contos (9% do montante do crédito vigente na primeira daquelas datas), contra 8,4 milhões de contos durante o período de doze meses que antecedeu o referido (16% do quantitativo do crédito vigente em 30 de Setembro de 1964). O aumento do crédito concedido pelas mesmas instituições, em 1966, é, contudo, consideravelmente superior ao verificado em 1964: 2,7 milhões de contos entre o termo de Setembro de 1963 e época homóloga de 1964 (6% do montante do crédito vigente na primeira daquelas datas).»

Mais adiante, sublinha-se: «Em correspondência com a menor expansão do crédito concedido pelos bancos comerciais e casas bancárias, caixas económicas e Banco de Fomento Nacional em conjunto, nos últimos meses, o banco central da Metrópole aumentou mais lentamente o crédito concedido, que, como se sabe, beneficia essencialmente as outras instituições financeiras. Assim, entre o final de Setembro de 1965 e idêntico momento de 1966, o Banco de Portugal alargou apenas de 0,4 milhões de contos (8% em relação ao montante atingido na primeira das datas indicadas) o crédito concedido (mais de 13% de redecuento e menos 25% de empréstimos caucionados). Por outro lado, os bancos comerciais, casas bancárias e caixas económicas, em 1966, alargaram sensivelmente o montante global das suas disponibilidades (dinheiro em cofre, depósitos no Banco de Portugal e prêmios de fomento nacional), o que não tinha acontecido no ano ante-

tivamente moderada, provavelmente mais em consonância com o aumento da actividade económica.

«Para as tensões que se notaram em tal mercado terá contribuído substancialmente a atitude de maior prudência da parte das instituições financeiras na concessão de crédito. Mas não terá sido também estranha a tal situação a falta de incentivo que os detentores nacionais de poupança sentem em certas aplicações de fundos, sobretudo tomando em conta os possíveis rendimentos de dinheiros investidos no exterior. A luz deste condicionalismo e em face da tradicional política do dinheiro barato entre nós seguida, são bem compreensíveis as recentes medidas tomadas no sentido de travar as saídas de capitais.»

ACTIVIDADE DO BANCO EM 1966

Entrando propriamente no Balanço e Contas da gerência de 1966, prossegue o relatório do Banco Pinto & Sotto Mayor: «Em 1966, o nosso Banco, apesar da moderada tensão que ultimamente se tem notado no mercado do dinheiro do País, pôde praticamente conservar o excelente ritmo de desenvolvimento da sua actividade que vem registando em anos recentes.

«Efectivamente, durante esse ano, o crédito distribuído pela Instituição elevou-se a 19 milhões de contos, contra 17,2 milhões em 1965 (aumento de 11%) e 14,5 milhões em 1964. Nos últimos dez anos, o crédito outorgado expandiu-se quase sete vezes.

«A análise de vários componentes do crédito distribuído (quer por empréstimos em conta corrente e aberturas de créditos, quer por aceites bancários e de descontos sobre o País e o estrangeiro) revela que, embora as operações de crédito interno tenham tido expansões mais pronunciadas, não tem o Banco deixado de intervir activamente nas operações relacionadas com os movimentos externos. Embora, como reflexo das limitações impostas aos bancos comerciais nas operações a médio prazo, não atinja montante relevante, será de referir a subida registada em 1966 nos empréstimos a mais de um ano que, no final daquele exercício, apresentavam o saldo global de 223 milhares de contos, ao passo que em igual momento de 1965 mostravam um saldo de apenas 110 milhares de contos.

«Quanto ao auxílio às actividades económicas sob a forma de garantias e avales prestados pelo nosso Banco, veio a estabilizar em 1966 (ascendia a 1,8 milhão de contos no tempo do ano) depois de um acréscimo muito vivo a partir de 1959 (decuplicação até 1965).»

E prossegue: «As aplicações de fundos em títulos continuaram em 1966 a expandir-se moderadamente (atingiram no termo deste ano 237 milhares de contos, contra 220 milhares em 31 de Dezembro de 1965).

«Por seu lado, as participações financeiras não experimentaram qualquer variação, mantendo-se no nível dos 2139 contos.

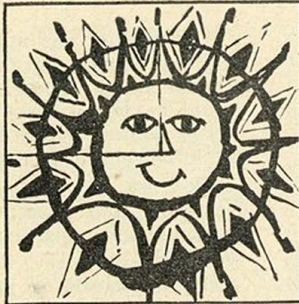
«Pelo contrário, as imobilizações não financeiras (Imóveis), que até 1965 tinham crescido com relativa lentidão (entre o final de 1956 e momento homólogo de 1965) somente haviam aumentado de 171% sofreram considerável alargamento em 1966 (passaram de 47 para 130 milhares de contos), em virtude dos investimentos que houve que realizar não só com vista ao futuro, como ainda para conveniente instalação dos estabelecimentos que o Banco tem vindo a abrir pelo País fora.»

E, mais adiantar: «A manutenção da expressiva cadência da expansão das operações activas da Instituição tem sido possível graças essencialmente à ampliação do volume de fundos alheios que é possível movimentar

«Na verdade, os depósitos feitos no Banco experimentaram em 1966 o quantioso incremento de cerca de dois milhões de contos (contra 1,5 milhão de contos em 1965), elevando-se no termo daquele ano à considerável cifra de 9,2 milhões de contos. Nos últimos dez anos — com acentuado relevo a partir de 1959 — o volume desses meios financeiros em poder da Instituição veio, deste modo, a mais que decuplicar.»

«Mas também os fundos próprios envolvidos nas operações do Banco têm registado alargamento de assinalar, o que em parte se deve ao desenvolvimento das receitas apuradas e principalmente à aplicação de resultados líquidos no reforço de reservas. As receitas, com efeito, atingiram no exercício de 1966 um nível (392 milhares de contos) que é mais de 9 vezes o de há 10 anos. Quanto ao capital e reservas, passarão em conjunto a ser, desde que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração, de 600 000 contos, contra 413 000 um ano antes, 120 000 em 1960 e apenas 75 000 contos após o exercício de 1956. O capital propriamente dito é presentemente de 500 000 contos, pois foi recentemente duplicado por incorporação de reservas (125 000 contos) e por entrada de numerário (125 000 contos), o que faz subir para 260 000 contos o total de novos meios financeiros que os accionistas puseram à disposição da Instituição a partir de 1961.»

Afirma-se, em seguida: «A manutenção do ritmo acelerado que o Banco tem imprimido às suas operações activas não tem sido conseguido à custa



A QUALQUER
HORA
DO
DIA

A QUALQUER
HORA
DA
NOITE



marque o seu lugar na **TAP**
pelo telefone
53 88 51

ESCRITÓRIO NA PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL. 3

**ABERTO TAMBÉM AOS
DOMINGOS E FERIADOS**

TAP

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

Impar

de qualquer sacrificio da conveniente liquidez que a Instituição deve procurar conservar, pois os meios financeiros disponíveis têm experimentado evolução igualmente viva.

«Na verdade, tais meios ascendiam a 2,7 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1966 isto é, 0,6 milhões (28 %) acima do nível registado em idêntico momento do ano precedente. Ao longo de 1965 a expansão tinha sido de 0,5 milhões de contos (32 % em relação ao montante atingido no final de 1964). Desde o termo de 1956, o aumento verificado foi quase de 700 %.

«O exame de decomposição por rubricas do total das disponibilidades de caixa em 31 de Dezembro de 1956, 1965 e 1966.

	1956	1965	1966
Caixa e depósitos no Banco de Portugal	80 %	77 %	81 %
Depósitos noutras instituições de crédito	20 %	14 %	11 %
Promissórias de fomento nacional ...	— %	9 %	8 %

Mostra uma crescente relevância da caixa e dos depósitos no Banco Central, em contrapartida de baixa da posição dos depósitos noutras instituições de crédito.»

Sublinha-se, depois: «Encarando agora o andamento dos lucros do Banco, observa-se uma nova subida em 1966, pois eles ascenderam a 56 milhares de contos, contra pouco mais de 52 milhares no ano anterior (aumento de 7 %) e montante não muito inferior a este em 1964. Recorde-se que em 1956 os resultados ainda tinham sido apenas de 12 e em 1959 de 14,5 milhares de contos.»

A terminar: «Como comentário de síntese da actividade da Instituição em 1966, pode afirmar-se que prosseguiu o ritmo bastante pronunciado das suas operações activas, sem perturbação da indispensável harmonia entre os diversos elementos dos dois membros do balanço. Refira-se, a propósito, que os totais destes ultrapassaram no termo de 1966 o quantitativo de 24 milhões de contos, quando em 31 de Dezembro do ano precedente não haviam chegado a 20 milhões e no final de 1964 pouco tinham passado de 16 milhões, para não mencionar já os modestos valores de 1,7 milhão de contos que registavam ainda há apenas dez anos, ou de 2,1 milhões em 1959.»

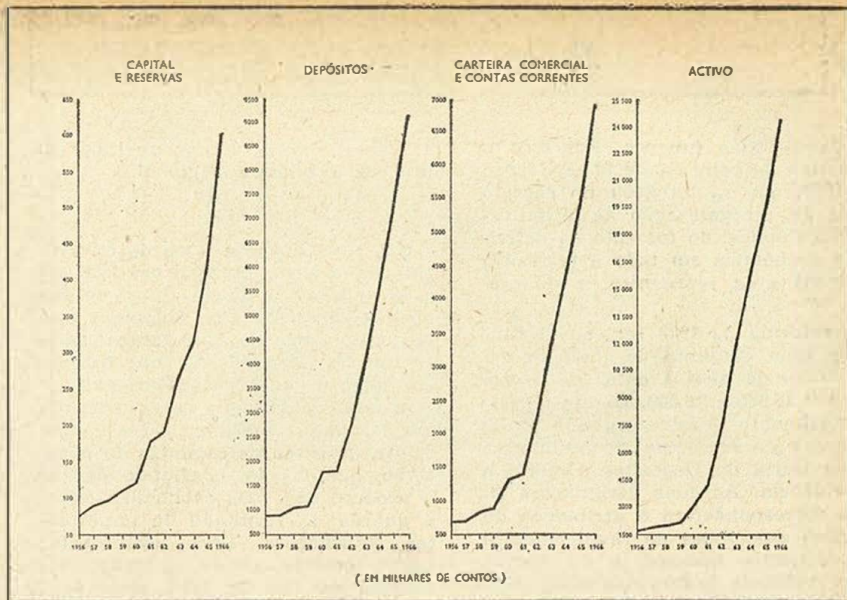
*

No final de 1966, o Banco Pinto & Sotto Mayor procedeu à elevação do Capital Social de 250 000 para 500 000 contos, que se encontra realizado — e os Capitais Próprios do Banco (Capital Social e Reservas) atingiram 700 000 contos. Por outro lado, os Capitais Alheios — depósitos — atingiram a verba de Esc. 9 190 615 385\$92, número bem expressivo da confiança e do prestígio de que o Banco desfruta. Acentue-se, também, que, entre 21

de Março e 20 de Dezembro de 1966, o Banco Pinto & Sotto Mayor abriu, no Corrente, 14 Agências na Província e uma Dependência Urbana (Auto Banco) em Lisboa; na Província de Moçambique, inaugurou a filial de Lourenço Marques, a Dependência de Malhangalene (na mesma cidade) — uma Agência na Beira.

Entretanto a conta de Resultados depois de amortizações e provisões feitas com o já habitual critério de conservação, prudência e segurança, acusou em 1966, o saldo líquido de Esc 56 129 888\$62, para parte do qual se destinou a seguinte aplicação:

Para dividendo às acções numeradas de 1 a 127 000, incluindo o já distribuído por conta Legal	12 500 000\$00
Para Fundo de Reserva Legal	6 000 000\$00
Para outros Fundos de Reserva	29 000 000\$00



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA

Fundada nos princípios do último quartel do século passado, a instituição actualmente designada por Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência tem exercido profunda influência na vida do País, através de um período articularmente fecundo da história económica portuguesa, que coincide também com importantes acontecimentos da vida internacional.

Quando da sua fundação em 1876, a missão da Caixa Geral de Depósitos consistia fundamentalmente em centralizar os depósitos, determinados pelos Tribunais e outros serviços do Estado, embora ficasse desde logo autorizada a receber depósitos voluntários.

O diploma inicial — Carta de Lei de 10 de Abril de 1876 — determinou que transitassem para a Caixa os valores arrecadados nas «Arcas dos Orfãos» junto dos recebedores de comarca, que continham principalmente espólios de portugueses falecidos no estrangeiro ou no ultramar. Do mesmo modo, a Caixa receberia os depósitos destinados a servir de caução do exercício de qualquer emprego público, e a habilitar concorrentes nas licitações, em hasta pública, sobre quaisquer obras públicas, empresas ou fornecimentos ao Estado.

A citada Carta de Lei autorizava também a Caixa a receber depósitos voluntários em numerário ou em papéis de crédito, quer emitidos pelo Estado quer por empresas privadas, estabelecia que o montante máximo da conta de cada depositante seria de 500\$00 e fixava em 2% ao ano o juro para os depósitos em numerário.

A missão da Caixa Geral de Depó-

sitos foi alargada em 1885, ao ser-lhe confiada a administração da Caixa Económica Portuguesa, cuja criação remonta a 1880

O diploma legal que dera origem a esta instituição — Lei de 26 de Abril de 1880 — assinalava-lhe, como finalidade, «difundir, promover e incitar nas classes menos abastadas o espírito de economia, facultando-lhes meios seguros de tornar frutífera a acumulação de quantias que, pela sua pequenez, dificilmente poderiam encontrar outra aplicação produtiva». Tratava-se, portanto, de uma instituição especialmente destinada a incentivar o aforro, à escala da generalidade da população.

A Caixa Económica Portuguesa foi criada junto da Caixa Geral de Depósitos, mas com património separado. Foi com o fim de aumentar a vitalidade da Caixa Económica Portuguesa, que a princípio não teve o êxito esperado, que a Carta de Lei de 15 de Julho de 1885 determinou a sua incorporação na Caixa Geral de Depósitos. Daí em diante os fundos de ambas as instituições não seriam geridos em separado. Ao mesmo tempo, introduziam-se alterações na orgânica da Caixa e alargava-se a rede de colheita de depósitos, passando as estações telégrafo-postais a funcionar como agências da Caixa Económica Portuguesa.

A instituição foi posteriormente reorganizada pela Lei de 21 de Maio de 1896, que alargou o âmbito das suas funções e lhe acrescentou à sua denominação «e Instituições de Previdência», por lhe atribuir a administração de dois novos organismos: a Caixa de Aposentações e Trabalho-

res Assalariados e o Monte de Piedade Nacional.

O primeiro organismo tinha por fim criar pensões para os trabalhadores que se inscrevessem voluntariamente como pensionistas, mediante o pagamento de uma quota mensal.

O segundo foi constituído para combater a usura, consistindo as suas funções na realização de empréstimos a juro módico, sob caução de objectos depositados, com excepção de papéis de crédito.

Em 1918 foi promulgada nova reforma, cujas bases traçaram um quadro muito vasto de operações que poderiam ser executadas pelo Estabelecimento: todas as de natureza bancária, ou outras que os conselhos de administração e fiscal conjuntamente entendessem conveniente, exceptuadas as operações de desconto. Mas estipularam que a Caixa poderia descontar «warrants» agrícolas ou industriais, cooperar financeiramente na construção de casas económicas para habitação das classes menos abastadas, realizar operações de crédito agrícola ou hipotecário, bem como operações de redesconto, e ampliaram as suas funções no campo da prestação de serviços. Ficaram assentes as bases para a Caixa Geral de Depósitos se transformar na primeira Instituição de crédito do País e vir a influir decisivamente no fomento da actividade económica em todo o território nacional.

As múltiplas intervenções da Caixa e especialmente a sua crescente participação no financiamento da agricultura e da indústria, possibilitada por uma recolha progressiva de depósitos, acabaram por impor a necessidade de uma estrutura mais ade-

quada às suas funções. Foi esse o objectivo da reforma de 27 de Março de 1929, que se integrou no sentido geral da reorganização da Administração Pública, do fomento da actividade económica em todo o território nacional e da reorganização do crédito.

A reforma de 1929 foi consubstanciada num conjunto de cinco decretos, todos da mesma data: os Decretos n.ºs 16 665 a 16 669. Deram ao Estabelecimento estrutura que ainda conserva e a sua actual denominação: Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. As duas designações finais corresponderam à atribuição de funções específicas no financiamento da economia nacional e no campo da previdência do funcionalismo, através da criação de duas instituições: a Caixa Nacional de Crédito e a Caixa Nacional de Previdência. A Caixa Nacional de Previdência compreendeu logo a Caixa Geral de Aposentações e, posteriormente, o Montepio dos Servidores do Estado.

Pode chegar-se à conclusão que o caminho escolhido na estruturação do Estabelecimento em 1929 apresenta semelhança com os critérios de prudência seguidos nos primeiros anos após a criação da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Económica Portuguesa e, mais tarde, com as Instituições de Previdência que lhe foram anexadas, as quais, como já se referiu, deixaram de existir.

A Caixa Nacional de Crédito foi criada como Instituição anexa, destinada pela especialização das suas funções,

a intensificar os financiamentos em prol da economia nacional.

★

Nos seus noventa anos de existência, desde a sua criação em 1876 até à actualidade, a Caixa Geral de Depósitos percorreu uma complexa evolução, ao longo da qual foram sucessivamente alargadas as suas funções por meio de determinações legais.

A sua solidez e a sua criteriosa administração mereceram-lhe a confiança de extensas camadas da população, que lhe foi confiando não só o produto das suas economias, como a guarda do resultado de importantes transacções. Basta acrescentar que o total dos depósitos voluntários atingia, no fim de 1966, mais de 9 milhões de contos, dos quais cerca de 90 por cento dizem respeito a depósitos à ordem de particulares, em contas constituídas na Caixa Económica Portuguesa.

Por sua vez, o volume dos depósitos de natureza obrigatória tem continuado sempre a elevar-se, devido ao crescimento das funções do Estado e ao aperfeiçoamento da Administração Pública. Cabe também à Caixa um papel de relevo na recolha das contribuições da Previdência Social. O total dos depósitos necessários na data acima referida elevava-se a 7,5 milhões de contos, que somados aos depósitos voluntários atingiam a elevada cifra de 16,6 milhões, pela qual se pode aferir da dimensão atingida por este estabelecimento de crédito.

A distribuição do crédito tem obedecido também ao alargamento sucessivo das suas funções, consignadas nos diferentes regulamentos. Entre elas tem sido uma constante o financiamento do sector público e em especial dos Corpos Administrativos, tendo sido a Caixa, quase desde o início, o Banco da administração local. Neste aspecto, ela tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população em todas as regiões do País. O saldo total das operações em vigor com os corpos administrativos atingia 1424 milhares de contos ao findar o ano de 1966.

Sobretudo a partir da reforma de 1929, a Caixa tem distribuído predominantemente o crédito a favor do sector privado, financiando os diferentes sectores com prioridade da agricultura e da indústria, através da Caixa Nacional de Crédito. Conforme se acentuava no relatório de 1965 «o sector privado beneficiava (no fim daquele ano) do metade do apoio financeiro total prestado pelo Estabelecimento; aos sectores público, de coordenação económica e corporativo destinou-se um volume de recursos praticamente igual àquele». A propósito, não deixará de se sublinhar também que as operações a favor dos organismos de coordenação económica muito têm auxiliado a comercial-

zação dos produtos agrícolas e a própria actividade produtiva que lhes corresponde.

A Caixa auxiliou a debelar a crise económica de 1929 e dos anos seguintes e contribuiu para o gradual e persistente abaixamento da taxa de juro. A Caixa Nacional de Crédito, que iniciara a sua actividade com taxas de 9% em operações de longo prazo, tinha-as progressivamente reduzido para metade em menos de dez anos. Pelas suas taxas de juro a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência continua a exercer actualmente uma acção moderadora em todo o País. Por isso, o recurso à Caixa para o financiamento da economia nacional tem sempre aumentado.

Do quadro extremamente vasto e complexo das actividades da Caixa, de que aliás só é possível deixar apontados alguns traços indispensáveis a uma rápida caracterização do organismo e das funções que desempenha, cabe destacar, pela sua relativa juventude, uma actividade de índole diferente das anteriormente citadas: referimo-nos à construção de habitações para funcionários do Estado e dos corpos administrativos. A realização dos diversos programas de construção, incluindo alguns de vulto, como os que foram levados a efeito em Lisboa, na zona dos Olivais, traduz-se num número total de fogos da ordem dos 1900, implicando o investimento aproximado de 280 milhares de contos.

★

Pelo volume dos capitais que distribui através do crédito, a Caixa Geral de Depósitos influencia as flutuações da conjuntura, as quais ela tem tentado limitar na medida das suas possibilidades. A sua acção neste campo encontra-se, aliás, expressa na própria legislação, ao dispor-se que a Caixa e o Banco de Portugal colaboram com o Ministro das Finanças na acção orientadora da mobilização da poupança e da distribuição do crédito, quer global quer sectorial, bem como na sua coordenação com o ritmo da actividade económica.

Mas não é apenas no sentido da manutenção do equilíbrio que a acção da Caixa se faz sentir. A sua participação nos programas de desenvolvimento confere-lhe papel importantíssimo na alteração da estrutura económica do País, base de um desenvolvimento mais acentuado. Para o II Plano de Fomento fora previsto um total de 1679 milhares de contos de financiamentos a efectuar pela Caixa, mas na realização do Plano viria a ser ultrapassado o dobro daquela cifra. Do mesmo modo, na execução do Plano Intercalar, para 1965-1967, e nas previsões que estão a ser elaboradas para o III Plano de Fomento, que se lhe há-de seguir, o contributo da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência continua a contar como uma das mais importantes fontes nacionais de investimentos orientados predominantemente para o desenvolvimento económico nacional. ★

ECZEMAS (húmido e seco). Herpes, Urticária. Úlceras crónicas. Feridas. Usagre, erupções na barba, COMICHÃO, Dermatoses, chagas, mordeduras de insectos, espínhas, numa palavra: PARA AS DOENÇAS DA PELLE, têm no acreditado e famoso

«HERPETOL»

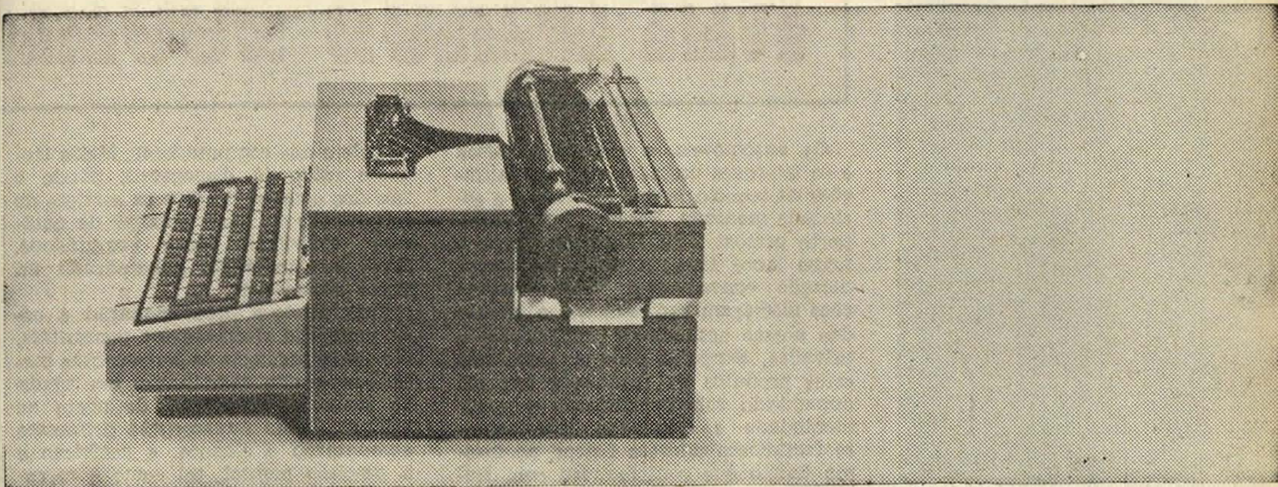
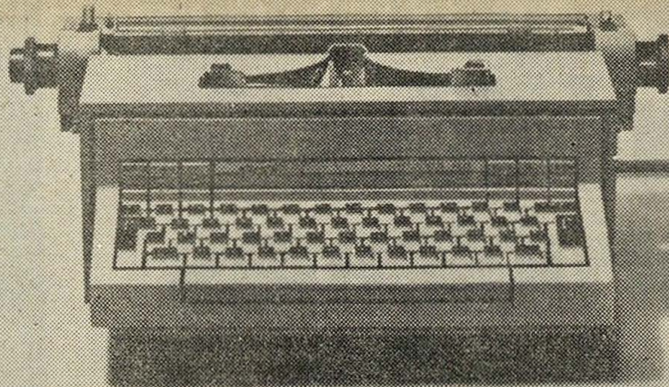
O seu remédio certo

ATE HOJE AINDA NAO APARECEU COISA MELHOR

A venda em todas as farmácias e nos depósitos: Rua da Prata, 237, 1.º — LISBOA — Rua das Flores, 153 — PORTO

ESTE SEMANARIO E TRANSPORTADO PARA TODO O PAIS NOS COMBOIOS DA





Todas as vantagens da escrita eléctrica
reunidas numa nova dimensão: assim se pode definir a

OLIVETTI PRAXIS 48

Pela conveniência de preço e simplicidade de emprego,
ela é especialmente destinada a casas, escritórios,
ou sectores de actividade onde não haja muito serviço,
e onde não seja necessário um grande número de cópias.

Olivetti Portuguesa S.a.r.l.
LISBOA — Praça Marquês de Pombal, 14, 4.º

testemunhos opiniões problemas soluções ...

DO NOSSO TEMPO

REFLEXOS SOCIAIS DOS COMPUTADORES

Por E. E. DAVID
JOR. e R. M. FANO

Os automóveis, a energia eléctrica e os telefones destacam-se nas realizações da tecnologia que moldaram a sociedade moderna. Fornecem-nos transporte pessoal, com facilidades para o nosso labor físico e meios de comunicação convenientes. Estas realizações alteraram radicalmente o padrão das nossas actividades profissionais e privadas. Ninguém poderia negar que estes produtos da tecnologia tenham aumentado substancialmente a nossa mobilidade e eliminado grandemente fastidiosos esforços físicos, ao mesmo tempo que contribuíram com elementos vitais para o contexto da sociedade em geral e do comércio em especial.

Contudo, esses produtos também trouxeram à nossa sociedade alguns males, impedimentos e problemas, poucos dos quais parecem em declínio. A fuga para os subúrbios, em busca de mais espaço, deixou nas cidades uma fracção desproporcionada de famílias económicas e culturalmente desapaoadas. A mesma tecnologia que nos deu novas dimensões nas comunicações foi utilizada para fortalecer os recursos da indiscricção. As mesmas ferramentas e máquinas que estão na base da indústria actual causaram grande desarranjo àqueles cujos métodos obsoletos eram a sua única fonte de recursos e o seu orgulho como membros da sociedade. Finalmente, os automóveis e a moderna mecanização afectam a nossa resistência física, expondo-nos mais às doenças.

A plena influência dos produtos da tecnologia só se sentiu naquela altura em que eles se tornaram acessíveis a um largo sector da população. Estamos agora nessa fase pelo que

se refere aos computadores. Meios técnicos estão já disponíveis, pondo o uso dos computadores e os serviços de informação ao fácil alcance de qualquer indivíduo numa comunidade. Qual será o efeito generalizado na nossa sociedade?

Tais serviços proporcionarão a cada indivíduo «ferramentas pensantes», um tanto análogas às ferramentas mecânicas, e que constituirão boa ajuda ao trabalho intelectual de quem as utilizar. Essas ferramentas pensantes aumentarão o alcance, a perfeição e a precisão mental, tal como a mecanização já exerce idênticos efeitos nos músculos. Ao mesmo tempo, porém, os benefícios trazidos à sociedade acarretarão fatalmente uma nova dose de problemas e insucessos.

As observações que se seguem não podem deixar de ser superficiais, dada a grande complexidade dos casos considerados. Não só um, mas vários documentos seriam necessários para analisar esses casos com a profundidade requerida. Assim, o que se segue tem por fim primacial estimular a discussão e provocar novos raciocínios.

UMA VISÃO DE COMPLEXIDADE

A crescente esfera de influência de todos os passos e decisões do homem é uma das características do sociedade actual. Qualquer alteração ou perturbação no «statu quo» provoca reverberações que muitas vezes vão reflectir-se em inesperados sectores. A crescente complexidade das provisões contidas nas nossas leis, regulamentos e processos de actuação comercial significa que o indivíduo tem de enfrentar, cada vez mais, situações que ele não

pode pessoalmente dominar. Frustrações e perdas de tempo contam-se entre as consequências menos penosas.

As leis fiscais constituem um bom exemplo, de considerável importância para todos nós. De facto, a situação fiscal de qualquer indivíduo ou sociedade é, em geral, bastante positiva. A dificuldade está em aplicar ao caso específico de cada um as leis e regulamentos gerais. Estes têm de ser aplicados a uma grande variedade de situações e a sua complexidade é talvez inevitável. Exemplos que pretendem ilustrar a aplicação a casos comuns, raras vezes são úteis, porque diferem em pequenos pormenores do assunto em causa. O ponto crucial é que o número de situações especiais, divergentes em pormenor, é tão grande que seria impossível explicar para cada um deles as implicações das leis

em termos de aspectos importantes e menos importantes e menos útil aspecto do programa. Tal programa não estaria atido a um dicionário de situações específicas, mas poderia facultar as consequências lógicas das leis e regulamentos, em cada caso particular. Onde pudesse haver opções, um indivíduo poderia analisar as implicações do seu caso especial e seguir o curso de acção mais vantajoso para si. Pode bem compreender-se também a hipótese de ser o programa aprovado pelo serviço de Rendimentos Internos, de forma a não deixar dúvidas sobre a correcta interpretação da lei. Mais ainda: podemos visionar a hipótese de as leis e regulamentos do imposto de rendimento serem inicialmente preparados sob a forma de programa de computação, de maneira que os legisladores e as au-

toridades dos Rendimentos Internos pudessem explorar mais rigorosa e eficientemente as consequências. As especulações acerca destes assuntos constituem apenas um divertido passatempo e, desta vez, somos levados a inventar apenas o equivalente a um carro sem cavalos, em vez dum moderno automóvel...

toridades dos Rendimentos Internos pudessem explorar mais rigorosa e eficientemente as consequências. As especulações acerca destes assuntos constituem apenas um divertido passatempo e, desta vez, somos levados a inventar apenas o equivalente a um carro sem cavalos, em vez dum moderno automóvel...

Pode-se pensar em muitos outros casos da nossa sociedade, em que um serviço acessível de computação pudesse ajudar toda a gente a tratar, com mais êxito e menos reveses, as complexidades do Mundo actual: desde o pagamento de letras e o encerramento dum contrato bancário, até à minuta dum testamento; desde a dis-

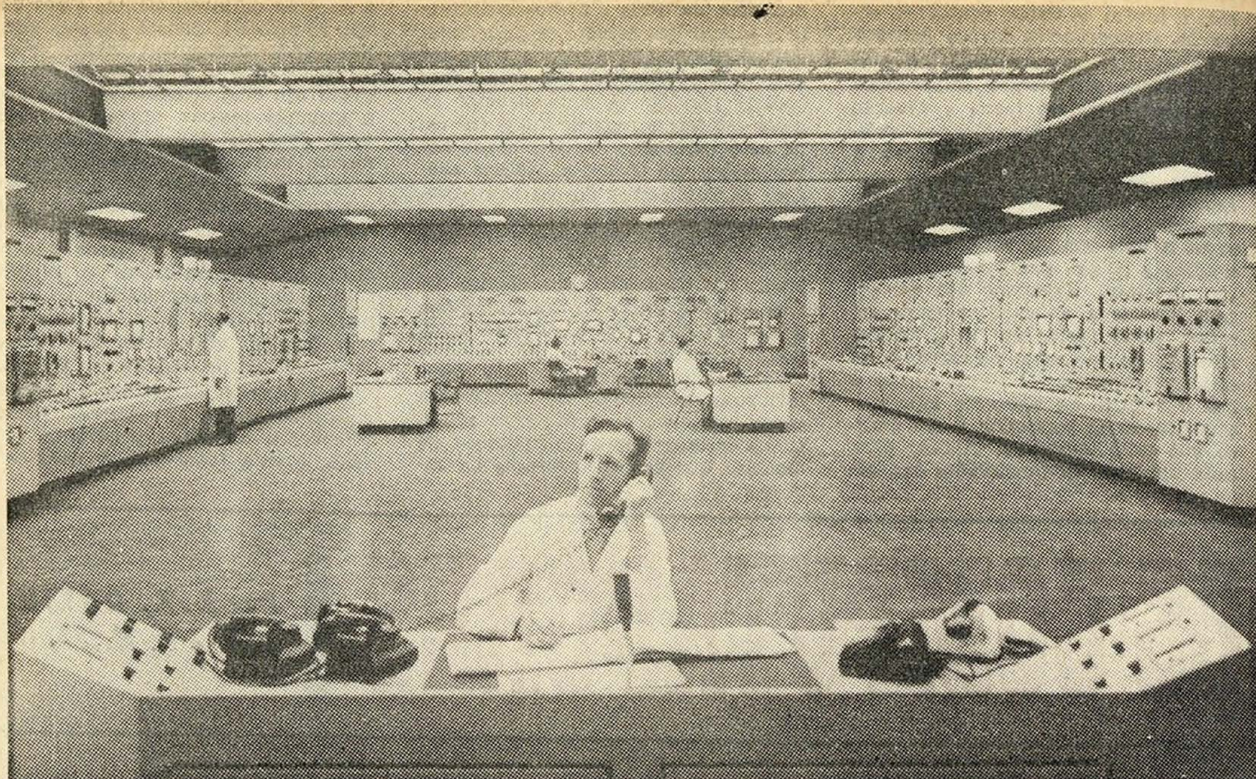
ciência na busca e no uso da informação deixa ainda muito a desejar. A informação tem o infeliz hábito de, muitas vezes, ser antiquada, difícil de localizar e de arquivar de maneira útil.

Se tal serviço estivesse mais espalhado, a informação poderia ser adquirida e digerida em muito menos tempo e automaticamente registada na memória maciça do sistema de computação. Assim, toda a espécie de elementos estaria disponível em bases diferentes. O custo do registo da informação na memória do sistema é ainda elevado: 10 céntimos mensais, para uma página de texto, depositada no arquivo de discos do actual sistema computador U. A. C. Não vemos a razão por que este processo de registo não possa competir com outros meios. Com todos os actos apreciáveis registados, mediante um sistema computador, o conteúdo da memória global poderia dar uma representação actualizada da posição da comunidade servida. Não faltam meios técnicos para proteger a informação privada contra o acesso desautorizado, ao mesmo tempo que ela se mantenha acessível para propósitos legítimos.

Uma vez automaticamente disponíveis os necessários dados básicos, num sistema computador, encaramos agora a criação de programas para a satisfação de inquéritos bem definidos, mesmo os não especificamente previstos pelos autores dos programas. Embora não saibamos a forma de os preparar, não vemos qualquer obstáculo nesse caminho. Somos optimistas no que respeita ao progresso tecnológico e antevemos sistemas de computação que permitam a comunicação (de voz ou



Um computador I. B. M. 1620 em operação



Esta empresa fabrica papel de seda (um quadragésimo de milímetro de espessura e mais 3,5 m de largura), a uma velocidade superior a 900 metros por minuto. Durante todas as operações, temperaturas e pressões são controladas automaticamente

outras), misturadas com o processamento de dados. Um tal sistema facilitaria a capacidade das pessoas para intervirem e cooperarem umas com as outras, de maneira conveniente e significativa para cada um dos interessados.

AMEAÇA A RESERVA

O próprio alcance dos aperfeiçoados sistemas computadores transforma-os numa séria ameaça à reserva individual. Se qualquer acto significativo for registado na memória global de um sistema computador e se os programas estiverem disponíveis para análise, as actividades de cada indivíduo estarão expostas a serem avasadas.

Embora haja meios técnicos para impedir buscas ilegais, como poderá a Sociedade traçar a linha divisória entre o legal e o ilegal? Poderão os guardas do sistema resistir às pressões de agências oficiais, grupos de interesses especiais e poderosas entidades individuais? E que dizer dos próprios guardas? Poderá a Sociedade confiar-lhes tantos poderes?

Realmente, são muitas as dificuldades. Para vários efeitos, a informação poderá ser despersonalizada, antes de entrar no arquivo central. Haverá meios de obter para as informações Privadas um equivalente das caixas-fortes de depósitos. Um arquivo de sistema hierárquico, pessoal e modular nas altas camadas, é outra pos-

sibilidade. O processamento e o acesso por estranhos, (outros que não o directamente interessado) deveriam ser reservados às altas camadas. Em qualquer caso, a reserva pode ser mantida, se as camadas mais baixas ficarem descentralizadas.

O CULTO DA IMPESSOALIDADE

O uso de números de identificação e a concessão de instruções e respostas autorizadas e autoritárias estão associados aos computadores, na mente do público. É claro que tal associação resulta das tentativas, para fins de eficiência, de identificação do público com as capacidades e as idiosincrasias dos computadores. A tentativa de pôr estes ao fácil alcance de toda a gente é um objectivo oposto. Os nomes próprios e outros meios de identificação individual e de endereços, são tão compreensíveis para os computadores como os números de identificação, sendo, porém, muito mais agradáveis para o público em geral. Os programas de computadores podem fazer perguntas e responder-lhes de maneira atenciosa, podendo mesmo chegar a tagarelar com tanto realismo que iludam as pessoas num curto espaço. Os programas de computadores não necessitam de ser autoritários e podem ser dispostos para funcionarem despreziosamente, poderão fazer sugestões que deixem tempo para a escolha, avisar simplesmente a pessoa, de que o seu procedimento po-

derá ser mal avisado e ainda deixá-la prosseguir.

Não vemos no uso dos computadores nada que possa despersonalizar, institucionalizar ou automatizar o nosso procedimento. O perigo está em nós próprios. Por preguiça mental, ou receio de assumir responsabilidades, ou apenas por simples negligência, poderemos delegar nos computadores prerrogativas que deveríamos conservar nas nossas mãos. Os computadores padecem de sujeição à letra, como não se cansava de afirmar o falecido Nobert Wiener. Não terão em conta nenhuma premissa ou limitação ou facto que lhes não tenham sido facultados. Nunca deveremos delegar neles nem a formulação dos nossos problemas, nem as decisões, quanto à propriedade das soluções por eles dadas.

As nossas instituições estão continuamente a mudar e algumas mudanças podem parecer impessoais, simplesmente por estarem em conflito com os hábitos que adquirimos na mocidade. Essas mudanças não serão requeridas pelo uso dos computadores, mas sim pelas necessidades das próprias instituições. Um exemplo que podemos citar, refere-se a transacções financeiras.

Há anos, o dinheiro consistia em moedas de ouro e prata, cujo valor intrínseco era idêntico no valor nominal indicado em cada uma delas. Com o crescente número de transacções, as moedas de ouro revelaram-se demasiado pesadas, pelo que

recolheram às casas-fortes, dos bancos e aos cofres dos particulares. Entraram em circulação as notas e, com elas, uma separação da evidência da riqueza e a da própria abastança. Eventualmente, o papel-moeda, tornou-se inadequado, surgindo então o uso de cheques, que são ainda uma prova tangível de riqueza.

Estamos agora no limiar de um novo passo, que nos afastará da expressão tangível de riqueza, nas nossas transacções financeiras. Com o mesmo sistema de computadores que serve os bancos, os estabelecimentos comerciais e as entidades particulares, teremos disponível uma forma mais conveniente de apoiar operações financeiras. Nunca mais será preciso expedir letras ou devolver cheques. No entanto, toda a gente poderá ter uma conta corrente dos seus negócios financeiros e autorizar pagamentos, pelo simples rodar de um botão. Mas, estará toda a gente disposta a receber como prova dos seus haveres a resposta de um sistema comutador? Esperamos que assim seja, com o tempo. Mas não perdemos de vista o facto de que, à volta do Mundo, há muita gente que não aceita de bom grado cheques bancários; muitos que não confiam nos bancos e escondem o dinheiro em casa; e, finalmente, os que não aceitam em pagamento senão moedas de ouro ou de prata.

DESEMPREGO

Muito se tem escrito acerca do desemprego causado pelo automatismo computador e a causar ainda no futuro. Uma resposta frequente é que esse automatismo criará mais empregos do que desempregados. Também se argumenta que um homem válido encontrará sempre ocupação e que, de toda a maneira, a Sociedade próspera certamente proverá à manutenção suficiente dos desempregados. Entendemos que tais argumentos eram o alvo. Os aspectos económicos do desemprego constituem apenas uma face do problema. O trabalho não é apenas um meio de ganhar a vida; é também o canal por onde o cidadão contribui para a família e para a Sociedade que o acolhe. Sem ocupação, o indivíduo perde o respeito de si mesmo e o dos que o cercam. Isto é especialmente expressivo, quando o emprego se perde, devido a um máquina. Na Sociedade actual, não só cada um tem de trabalhar para ser feliz, como também necessita da consciência de estar a dar o seu contributo social pelo esforço da capacidade própria. O mais desolador aspecto do desemprego é o da forçada reforma do homem ainda válido, física e mentalmente. Sentir-se inútil numa Sociedade activa, é realmente uma triste situação.

Talvez possamos encontrar novas formas de educar o povo para corresponder às exigências de um Mundo em evolução, levando-o a adquirir novas capacidades em substituição

das que tornaram obsoletas. Talvez a nossa Sociedade mude algumas das suas atitudes. Mas nenhuma destas hipóteses parece poder resolver inteiramente o problema. As mulheres têm-se encontrado, desde há muito, com uma «reforma precoce», voltando às ocupações domésticas; algumas concorrem com os homens em várias ocupações. É possível que os homens venham a passar pelos mesmos transe, quando os computadores vierem a desempenhar mais tarefas de rotina e não rotina.

O declínio nos empregos fabris iniciou-se em 1953, mas não produziu os efeitos que se esperavam, dado que tal declínio coincidiu com um explosivo aumento de empregos públicos. Foi um acidente esperançoso, mas é necessário algum esforço para tornar socialmente aceitável uma maior série desses empregos.

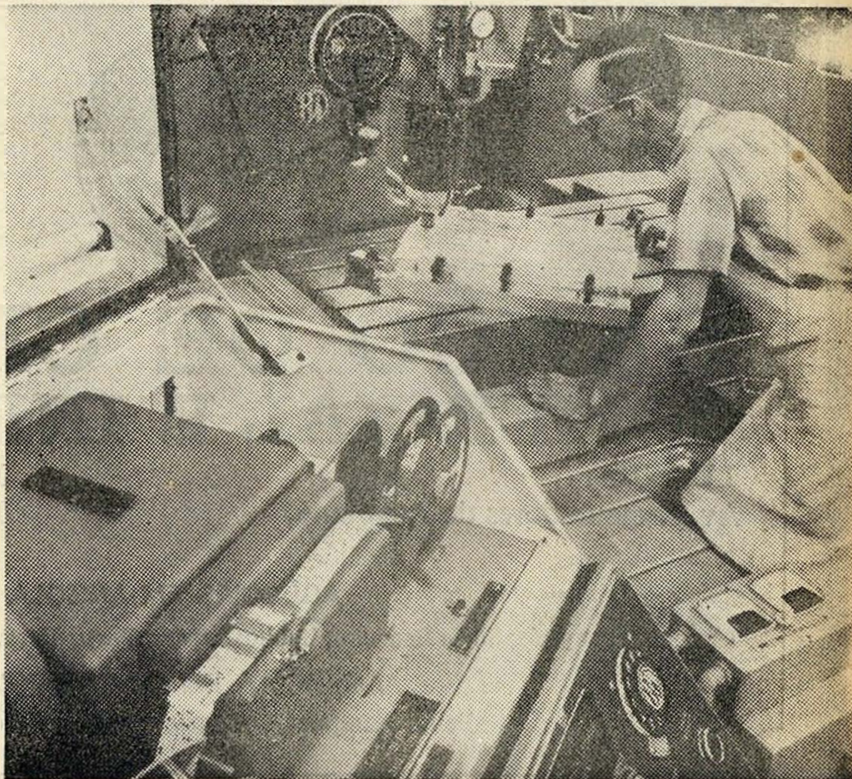
Tem-se dito frequentemente que uma maioria de gente na Sociedade americana é inadaptável a qualquer trabalho que não seja de rotina. Repugna-nos aceitar esta afirmação, como princípio. A experiência mostra que os americanos dispõem de vastas capacidades, intelectuais e outras, que podem ser aproveitadas por meios apropriados. Partilhamos o entusiasmo do dr. George Gallup, acerca das faculdades, ainda inaproveitadas do povo dos Estados Unidos. As limitações que hoje se observam na parte cristalizada da população americana são talvez mais resultantes da sua passada experiência do que da actual capacidade básica. As inspecções escolares têm verificado que as crianças americanas estão a receber

ensino de numerosas matérias, que anteriormente só se ensinavam em graus mais avançados da instrução. As limitações partem dos professores, que têm dificuldade em fugir às tendências do passado. O notável progresso realizado no ensino secundário obteve-se pelo grande esforço aplicado aos métodos pedagógicos.

Esforços semelhantes continuam a fazer-se na sequência da instrução e na reforma dos programas. Estes são vitais para resolver os problemas das gentes e das máquinas.

CONCLUSÃO

Não pretendemos ter respostas para muitas interrogações contidas nesta análise. Embora tenhamos opiniões que tendem para o optimismo, damos como certo que os novos recursos, entre eles os computadores, virão a ser usados e abusados. Creemos, contudo, que os abusos (designadamente aqueles usos que nos roubam a oportunidade e a individualidade), serão reconhecidos como tais, pois os computadores podem afectar a nossa ética, credos ou padrões, apenas em ritmo lento, em comparação com o da evolução tecnológica. A conservação destes valores como sempre, dependerá da acção racional e consciente dos indivíduos e das instituições. No fim de tudo, a exploração dos computadores, em benefício da Sociedade gira em torno de dois eixos: a educação e a actuação responsável e bem pensada daqueles elementos da comunidade técnica considerados aptos para exercer alguma influência. ★



Uma perfuradora móvel, comandada por bandas perfuradas, fabrica automaticamente uma casa destinada a um agente de exploração espacial



BANCO BORGES & IRMÃO

PORTO: — Rua de Sá da Bandeira, 20 LISBOA: — Largo de S. Julião, 1-2

DEPENDÊNCIAS URBANAS

LISBOA — Álvares Cabral (Rato); Cais do Sodré; Estados Unidos; Estefânia; Estrela; Fontes Pereira de Melo; Olivais Sul; Restauradores.

PORTO — Boa Vista; Casa Antiga; Campanhã; Carlos Alberto; Carvalhido; Costa Cabral (Marquês); Costa Cabral (Areosa); Foz do Douro; Infante; Monte dos Burgos (à Circunvalação).

AGÊNCIAS EM

Abrantes; Albergaria-a-Velha; Almada; Amarante; Arrifana; Beja; Braga; Cantanhede; Cascais; Faro; Funchal (Posto Cambial); Gondomar; Guimarães; Leiria; Lourosa; Matosinhos; Mur-tosa-Pardelhas (Aveiro); Oliveira do Hospital; Ovar; Pinhão; S. Mamede de Infesta; Santarém; Setúbal; Torres Vedras; Valença; Vila do Conde; Vilar Formoso (Postos Cambiais); Vila Franca de Xira; Vila Nova de Gaia.

SERVINDO A ECONOMIA NACIONAL



BANCO DE CRÉDITO COMERCIAL E INDUSTRIAL

LUANDA:

Av. Restauradores de Angola, 67

LOURENÇO MARQUES:

Praça 7 de Maio, 45

AGÊNCIAS EM ANGOLA

Carmona; Benguela; Sá da Bandeira; Lobito; Negage; Porto Alexandre; Moçamedes; Nova Lisboa.

AGÊNCIAS EM MOÇAMBIQUE

Beira; Nampula; Quelimane; Vila Trigo de Morais.

BERTRAND RUSSELL

PEREGRINO DA LUCIDEZ

Aos 96 anos, Bertrand Russell continua a ser a antítese do «monstro sagrado», pode inspirar toda a gama de sentimentos que vão desde a admiração apaixonada até à antipatia mais cordial, mas ninguém poderá sentir veneração ou indulgência por ele. Esse homenzinho frágil, com lábios pendentes e olhos penetrantes, que analisa as ideias e os móveis desta segunda metade do século XX como analisava, há quase cem anos, as dos seus avós «ultravitorianos», foi até já classificado de «vergonha nacional» por um crítico (não sem uma ponta, mas nada mais do que uma ponta, de humor).

Matemático, filósofo, sociólogo, historiador e ensaísta, Bertrand Russell, terceiro conde do título, é, ao mesmo tempo e no grau máximo, um intelectual e um aristocrata, uma aliança pouco vulgar e susceptível de causar inquietação, sobretudo na Inglaterra.

Nascido a 18 de Maio de 1872, perdeu os pais muito cedo e foi educado pelo avô paterno, «lord» John Russell, e pela avó, descendente da ilustre e muito antiga família dos condes de Derby.

Aos onze anos, descobriu a matemática: foi esse um dos grandes acontecimentos da sua vida, «tão deslumbrante como um primeiro amor», escreve ele. «A partir desse momento e até chegar aos 38 anos, a matemática foi o meu interesse primordial, a minha maior fonte de felicidade.» Viria, contudo, a encontrar outras: depois de uma infância puritana e de estudos extremamente brilhantes em Cambridge, casou-se aos 22 anos e travou, pouco tempo depois, relações apaixonadas com «lady» Ottoline Morrell, a qual mantinha o «salon» mais intelectual da época, o que não o impediu de fazer outras conquistas que ele descreve na sua autobiografia, num estilo vivo e sem sombra de sentimentalismo. Surpreso mas ávido de curiosidade, o público vê hoje, com um atraso de 60 anos, delinear-se um fauno sob as feições austeras desse velho ilustre. Ao mesmo tempo, ia escrevendo a obra que viria a marcar o ponto culminante da sua carreira de matemático, «Principia Mathematica», publicada em 1910.

Bertrand Russell viria a casar-se quatro vezes — a última em 1952, com 80 anos — e o seu amor exclusivo pela matemática viria a alargar-se, com o passar das décadas, à filosofia e à sociologia, para acabar na luta política.

Durante a primeira guerra mundial, Bertrand Russell, pacifista, mostrou-se impugnador por consciência. Foi na prisão que ele escreveu a «Introdução à Filosofia Matemática», uma das suas obras mais importantes, visto ter exposto nela os fundamentos de uma lógica onde o raciocínio matemático substitui o silogismo aristotélico.

No fim da guerra, filiou-se no partido Trabalhista e partiu para a União Soviética, tendo publicado no seu regresso um livro sobre o bolchevismo. Visitou em seguida a China, tendo entrevisto o papel que ela seria chamada a desempenhar, no decorrer do século, no plano mundial. Escreveu livros sobre a relatividade e a física nuclear, mas o seu principal interesse era a filosofia, e a sua principal obra desse período é «The Outline of Philosophy», publicada em 1927.

Todavia, a sociologia e a educação atraíam-no cada vez mais. Juntamente com a sua segunda mulher, Dore Winifred, fundou uma escola acessível a ambos os sexos e com uma disciplina muito liberal para a época, e escreveu obras muito discutidas, entre outras «O Casamento e a Moralidade».

Pouco antes da segunda guerra mundial, partiu para os Estados Unidos. Os universitários americanos não lhe perdoavam as suas ideias «avançadas», e Russell não conseguiu obter uma cátedra. Pela primeira vez, desde que começara a escrever, esteve seis anos seguidos sem produzir coisa alguma.

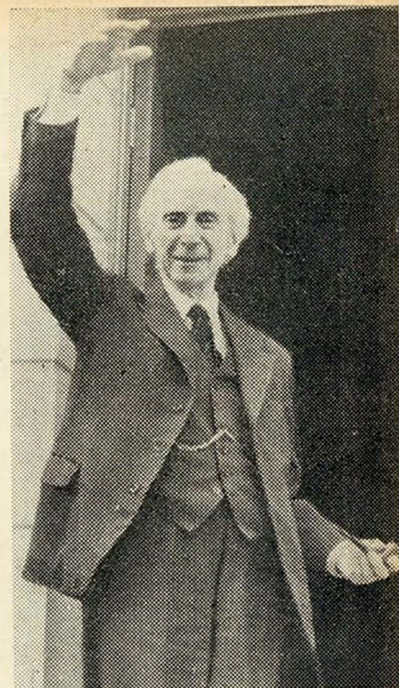
Em 1944, foi o regresso à Europa, e, em 1946, a publicação da «História da Filosofia Ocidental», um êxito imediato e retumbante.

Quatro anos depois (em 1950), Bertrand Russell tornava-se Prémio Nobel da Literatura com 78 anos, depois de ter publicado mais de 40 livros. Cambridge havia reaberto já, há muito, as suas portas a esse filho pródigo, que se dedicava agora, repousadamente, a assuntos biográficos e históricos, enveredando até pela ficção, e que parecia votado a uma velhice gloriosa e inofensiva.

Seria necessário, contudo, conhecer muito mal Russell, para se pensar que ele iria descansar, finalmente, à sombra dos loiros. O desenvolvimento das armas nucleares fez surgir, com mais força do que nunca, a chama política que parecia prestes a extinguir-se. Em 1958, escreveu «O Senso Comum e a Guerra Nuclear», seguindo-se-lhe outras publicações, uma das quais tem como título esta pergunta angustiada: «Terá o Homem um Futuro?» Em 1963, criou a Fundação Bertrand Russell para a Paz.

A guerra do Vietnam acabou de fazer de «lord» Russell um militante inflamado: a sua Fundação organizou, sob a sua influência, o «tribunal para os crimes de guerra no Vietnam», ao qual preside Jean-Paul Sartre e que se propõe submeter a um julgamento moral, perante a opinião pública mundial, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson.

Militante inflamado, é certo, mas



Bertrand Russell

céptico até ao fim, e cuja semelhança com Voltaire não é fortuita!

«Lord» Russell não escreveu a sua autobiografia para se glorificar mas, pura e simplesmente, para legar qualquer coisa aos seus netos, visto ele não possuir fortuna

Não se debruça ali sobre o seu próprio génio, nem sobre a exegese das suas obras mais importantes, sabendo perfeitamente que a matemática interessa apenas aos matemáticos. Apreta-se ali, sem complacências nem fingimentos, como uma mistura de sensualidade e austeridade intelectual, de altruísmo e frio egoísmo, durante a sua longa e acidentada vida. Não se desvia, contudo, um momento só da sua lucidez, e somos forçados a ver nele um homem que não enganou jamais quem quer que fosse, nem sequer a si próprio.

JACQUELINE D'ETCHEVERS

(Exclusivo France Press —
«Vida Mundial») ✪



Elegância e distinção

ATKINSONS

OF LONDON



ÁGUAS DE COLÓNIA



GOLD MEDAL
ENGLISH LAVENDER
MIRAGE

OS NEGROS AMERICANOS NO VIETNAM

Serão os negros os principais sacrificados na guerra do Vietnam? Pode supor-se que assim seja, tendo em vista os números citados pelo próprio Pentágono: os negros, cujo número não excede 10 por cento da população americana e não constituem mais de 9,5 por cento do total das forças armadas dos Estados Unidos, representam, de 1961 a 1965, 12 por cento dos combatentes americanos no Vietnam e 18,6 por cento dos mortos — ou seja uma taxa de mortalidade 55 por cento mais elevada para os seus efectivos em relação ao total das forças americanas. Verificou-se a mesma percentagem em 1966, em que 11 por cento dos combatentes e 17,8 por cento dos mortos foram constituídos por soldados negros. Não é conhecida a percentagem dos negros feridos em combate em virtude dos médicos não mencionarem a raça dos seus doentes nos respectivos relatórios.

As estatísticas mais recentes quanto ao número de negros que se encontram, presentemente, no Vietnam, datam de Outubro de 1966. Havia ali, nessa ocasião, 40 063 negros, 938 dos quais eram oficiais. A sua proporção nas diferentes armas e o número das perdas negras para esse ano dividiam-se da maneira seguinte:

Exército: 24 868 negros, ou seja 14 por cento. Número de mortos: 576, ou seja 22,4 por cento.

Marinha: 5459 negros, ou seja 6 por cento. Não houve mortos.

Fuzileiros navais (marines): 4340 negros, ou seja 7,5 por cento. Número de mortos: 161, ou seja 10,7 por cento.

Aviação: 4448 negros, ou seja 11,3 por cento. Três mortos, ou seja 1,14 por cento.

Entre os oficiais mortos, não se contaram mais de 2 negros, contra 470 entre os brancos. Os oficiais negros não representam, contudo, mais de 2,5 por cento do total de oficiais no Vietnam.

Porque são os negros tão numerosos no Vietnam e porque constituem eles uma percentagem tão elevada das perdas americanas?

O exército é, por assim dizer, o único lugar onde os negros não são vítimas — ou relativamente pouco — de medidas de segregação racial. Em 1948, o presidente Truman ordenou às forças armadas que cessassem toda e qualquer segregação (anteriormente os negros serviam em unidades especiais). Essa medida foi aplicada tanto aos próprios soldados como às famílias destes instaladas na vizinhança das bases. Por outro lado, mercê da disciplina militar, das condições de vida, do facto de cada homem ser considerado de igual maneira e de cada um ter de contar com os outros em combate, a harmonia racial reina, pode dizer-se, no seio do exército. Citam-se muito poucos incidentes fomentados por racistas brancos



a cumprir o seu serviço militar. Essa integração atrai, como é natural, numerosos negros, que se sentem escarncidos e oprimidos no seu meio, para as fileiras do exército.

Finalmente, os negros recebem, as mais das vezes, uma educação de segunda ordem, a maior parte das escolas negras estão mal equipadas e superlotadas, não dispoem de professores competentes. Abandonam frequentemente a escola sem terem completado os seus estudos. Vêm-se assim mal preparados, sem especialização, numa sociedade que pratica, além disso, a discriminação nos empregos. O seu único recurso para viverem decentemente é alistarem-se, visto o exército oferecer-lhes possibilidades de preparação técnica e um vencimento relativamente vantajoso.

«A PRIMEIRA GUERRA TOTALMENTE INTEGRADA DOS ESTADOS UNIDOS»

É por isso que os negros constituem 25 por cento dos alistados voluntários, alistando-se numa proporção três vezes superior à dos brancos. Pensa-se que, em certas unidades, haverá, dentro em breve, 25 a 30 por cento de negros.

É igualmente por causa da discriminação racial inerente à vida americana que os negros são as principais vítimas da guerra do Vietnam.

A sua falta de instrução limita a categoria das missões que eles podem desempenhar. Que fazer de soldados sem habilitações especiais? Lançá-los

nas unidades combatentes, fazer deles carne de canhão visto que para nada mais podem servir. É por essa razão que a maioria dos negros servem na arma de infantaria (mais de 20 por cento).

Constituindo o exército de terra o mais forte contingente das forças armadas no Vietnam, encontra-se, por consequência, uma muito grande percentagem de negros entre os soldados americanos que se batem nas florestas e nos arrozais do Vietnam.

A maior parte dos negros não se dão conta de que são eles os principais sacrificados nessa guerra. Felicitam-se, pelo contrário, por combater na «primeira guerra totalmente integrada dos Estados Unidos». Os jornais negros publicam artigos tais como: «A Integração no estilo militar», «Os Negros no Vietnam», «Nós também somos americanos», «O Soldado integrado». «Resistamos às alegações de fraternidade dos homens de cor do Vietcong», etc.

As organizações negras ocupam-se, em geral, de problemas tais como treinar um maior número de oficiais negros, como ajudar os antigos combatentes no seu regresso, como explicar aos jovens negros as vantagens de uma carreira no exército, etc.

Entretanto, algumas organizações negras, consideradas extremistas, tais como o C. O. R. E. (Congresso para a Igualdade Racial) e o S. N. I. C. K. (Comité de Coordenação dos Estudantes não Violentos), bem como personalidades tais como o representante de Harlem, o sr. Adam Clayton Powell, denunciam a circunstância dos negros serem utilizados como mercenários que participam numa guerra travada pelos brancos contra os seus irmãos de cor». Advertem os negros de que irá acontecer-lhes o mesmo que lhes aconteceu em 1945: depois de terem sido tratados como iguais enquanto tinham necessidade deles para combater, viram-se relegados para a categoria de cidadãos de segunda classe logo que deixaram de precisar deles. Vão até ao ponto de afirmar que os chamam em massa às fileiras e que os enviam para a morte no Vietnam distante para se desembaraçarem deles, para resolverem por eliminação pura e simples o problema negro nos Estados Unidos, que eles são as vítimas complacentes dos racistas, e que devem reagir, recusar-se a ir combater e denunciar essa «guerra suja».

Até agora, porém, esse movimento é muito limitado e a oposição à guerra no Vietnam não parte, realmente, dos negros, muito embora alguns deles militem nas fileiras dos pacifistas. Os negros, desunidos e sem orientação ideológica, continuam a ser enviados, em número cada vez mais importante, para o Vietnam.

MARIE PIERRE LARRIVE — Nova Iorque

(Exclusivo France Presse — «Vida Mundial»)

UM DOCUMENTO HISTÓRICO DE PIERRE RONDIERE



22 DE JUNHO DE 1941 HITLER ATACA A LESTE



II—«É INÚTIL TENTAR SEMEAR O PÂNICO»

—DECLARA ESTALINE AO MARECHAL TIMOCHENKO

A 19 de Dezembro de 1940, pois, a directiva ultra-secreta n.º 21, do quartel-general do Fuhrer, intitulada operação «Barbaroxa», veio à luz do dia, numa tiragem apenas de nove exemplares.

Quatro dias mais tarde, esse documento chegou ao gabinete monacal onde Estaline trabalhava no Kremjím — entre panejamentos pesados, uma luz cinzenta e algumas cadeiras e cadeirões.

Era uma das proezas da guerra secreta de que ainda hoje pouco se sabe. De uma dúzia de oficiais alemães, todos membros do Grande Quartel-General (um deles mesmo ligado à secção da contra-espionagem), em desacordo com Hitler, decidiu divulgar todos os movimentos. Transmitem, assim, todos os dias, informações secretas da mais alta importância. Para cúmulo da audácia e da ironia — expedem as informações pelo posto emissor do G. Q. G. e, na onda de comunicações que dali partem, diariamente, para a Wehrmacht e seus agentes, quem poderia delas suspeitar e, depois, localizá-las?

O DUO ROESSLER—RADO ALERTA MOSCOVO, INÚTILMENTE

Roessler, um suíço, recebe as emissões, decifra-as e transmite-as aos aliados (1), entre outros a Rado, agente soviético local, que as traduz em código, para retransmissão a Moscovo. Assim, Estaline é informado dia a dia... como o são Churchill e Roosevelt. O sistema durará até 1943, até ao momento em que a contra-espionagem S. S. tentará assassinar Roessler e Rado, que ela sabe serem agentes de transmissão, embora sem ter conseguido descobrir a fonte na Alemanha. As autoridades helvéticas encarceraram ambos, para os subtrair a uma morte certa.

Estaline perturba-se?

No princípio de Janeiro de 1941, Summer Wells, subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Washington, convoca Constantin Oumansky, embaixador da U. R. S. S. Por decisão pessoal de Roosevelt, reeleito para a presidência, meses antes, aquele comunica-lhe solenemente as informações em seu poder: Hitler en-

cetou o processo de ataque à U. R. S. S. Estaline comove-se?

De Bruxelas, dentro em breve, é a «orquestra negra», um centro de informações apenas dependente de Moscovo e dirigido por Victor Sokolov, aliás Kent, que avisa por seu turno: elementos concordantes anunciam, para os meses próximos, um ataque alemão (2).

Em 15 de Março de 1941, o duo Roessler—Rado reincide e transmite: «650 000 homens estão concentrados junto à Ucrânia.» Moscovo responde, sem comentários: «Provocação.»

Enfim, Estaline reagiu: não acredita, recusa-se a acreditar.

Em 3 de Abril de 1941, é Churchill que promove o envio dum aviso detalhado: «Movimentos de tropas convergindo para as fronteiras soviéticas.»

Nos meados de Abril, em agente checo, um certo Schkvor, previne de que exércitos alemães começam a concentrar-se junto às fronteiras soviéticas. Segundo uma testemunha, Estaline escreveu na margem deste relatório: «Esta informação é uma provocação inglesa. Procurar o autor, para o punir.» E Estaline velará para que um



Ribbentrop



Kesselring



Rudel



Von Manstein



Von Rundstedt



Goering

homem seja enviado, a coberto duma missão comercial, para castigar o culpado!

Toda a gente acredita... menos Estaline.

Estaline caiu na armadilha de Hitler. Ele não crê no ataque alemão antes da queda da Inglaterra. A directiva «Barbarossa», que previa «uma cortina de fumo» na Noruega, na Holanda e no norte da França, para o reforçar, nessa convicção, deu bom resultado: tudo isso — pensa ele — não passa do estratagemma inglês, para o impelir à guerra, a fim de aliviar a Grã-Bretanha. Para não voltar a ser importunado, uma vez convencido, ele resolveu a morte dum informador. Quem ousará agora continuar a arrelia-lo com essa pretensa ofensiva alemã, visto constituir risco de vida o preveni-lo? Ninguém. E, no entanto, a informação já está na praça pública.

O adido naval à embaixada alemã em Moscovo que, por segurança, de nada foi avisado, como aliás todos os membros da embaixada e o próprio embaixador, telegrafa, no fim de Abril, ao estado-maior da Kriegsmarine: «O embaixador da Grã-Bretanha («sir» Stafford Cripps) prediz para 22 de Junho a abertura das hostilidades com a U. R. S. S.» E acrescenta: «O que é manifestamente absurdo.»

Em 2 de Maio de 1941, o embaixador da Alemanha em Moscovo, Schulemburg, a quem foi dada ordem para desmentir qualquer preparação dum conflito, responde a Berlim: «Saiba que os nossos desmentidos serão ineficazes, enquanto cada viajante alemão que passa por Moscovo, não só confirmar esses boatos, mas também vos asseverar por factos controláveis.»

Mas Estaline impôs silêncio à sua volta, sob pena de um castigo exemplar. Toda essa celeuma não é mais do que uma provocação inglesa. Ele, que não hesitou em mandar fuzilar o marechal Tukhachevsky e em dismantelar o seu Grande Estado-Maior sobre a fé de documentos, de resto falsos e comunicados pelos serviços alemães de informações — ele obstina-se, desta vez, em não ouvir seja o que for.

UM MONTE DE PROVAS

Na Suíça, Rado já não ousa transmitir, desde 15 de Março, as informações, cada vez mais graves, que Roessler lhe comunica, providas do O. K. W.

Sorge, o inverosímil, extraordinário dr Sorge, o mais fantástico agente de informações da segunda guerra mundial, tornado confidente e conselheiro do embaixador da Alemanha em Toquio, ao mesmo tempo que chefe do escritório de informações do Reich no Japão, leva, em 12 de Maio, um grupo de amigos a uma partida de pesca no seu barco. Aparelhou-o para o alto mar e desculpou-se de não abrir a cabina de bordo, que, disse, fora pintada há pouco, estando a tinta ainda fresca. No interior, o seu operador Max telegrafa a Moscovo, em cifra. «170 divisões alemãs, concentradas na fronteira soviética, atacarão, em toda a fronteira, em 22 de Junho ponto Direcção esforço principal Moscovo.»

Sorge que, desde 1930, operou na China e no Japão; Sorge, que está acima de qualquer suspeita, que, desde há quinze anos, transmite, várias vezes por semana, um maço de informações, sempre verificadas, Sorge será ouvido?

Não o foi mais do que os outros. Não o foi mais do que o agente Léopold Trepper, aliás Gilbert, chamado também «o Grande Chefe», que percorre a Alemanha e comunica montes de factos precisos; não mais do que o Departamento de Estado de Washington, que fez chegar, na primeira semana de Junho, dois relatórios provindos de Estocolmo e de Bucareste, anunciando um ataque contra a U. R. S. S., «nos próximos 15 dias»; não mais do que Rado que, perante a gravidade das informações, que Roessler lhe transmite, originárias de Berlim, vai além do risco pessoal que corre, para telegrafar em 11, 14, 16, 17 e 18 de Junho todas as informações acumuladas há várias semanas e que ele não tinha ousado expedir (3); não mais do que os refugiados polacos, que passam a fronteira, para anunciarem uma agressão iminente; não mais do que o capitão Billotte, hoje ministro, o qual, evadido dum «oflag», remete à sua chegada à Rússia, um relatório completo sobre o que viu: as tropas alemãs dispostas para a batalha, no bivaque e não no acantonamento, os grupos já escolhidos e prontos e 150 000 prisioneiros franceses utilizados para completarem as obras preparatórias da agressão: aeródromos e estradas; não mais do que este grupo de prisioneiros franceses, evadidos dum campo da Prússia Oriental, para atingirem a Lituânia Soviética, e que transpõem o Niemen de barco, embrenham-se vá-

rios quilómetros na Rússia, antes de chegarem a uma cabana, cujos habitantes se empenham em prevenir o primeiro posto de guarda. Estes prisioneiros franceses contam que trabalhavam em obras promovidas pelos alemães, na proximidade imediata da fronteira; os alemães procuravam dissimulá-las aos russos, ocultando-as com paliçadas; os russos, por sua vez, erguiam miradouros e a sua vista mergulhava para além das paliçadas, que os alemães acrescentavam.

UM COMUNICADO PASMOSO

Mas, então, se Estaline se recusava a dar ouvidos, outros. Pela sua parte, sabiam o que se passava?

Sim, entre outros, o general Fedyuninsky — que devia ilustrar-se, mais tarde, sobretudo quebrando o cerco de Leninegrado — nomeado, em Abril de 1941, comandante do 15.º Corpo de Infantaria do Exército Vermelho, distrito de Kiev. Ele instalou o seu quartel-general em Kovel na Ucrânia Ocidental, a 45 quilómetros da fronteira, na estrada de Kiev. É ele que conta: «No momento em que cheguei a Kovel, a situação na fronteira tornava-se cada vez mais tensa. Por múltiplas fontes e segundo os reconhecimentos feitos pelas nossas tropas, sabíamos que os alemães concentravam as suas forças... as violações aéreas tinham-se multiplicado nos últimos meses... Nessa época, não sabíamos ainda que Estaline desprezava os relatórios dos nossos serviços de informações e as directrizes dos nossos serviços fronteiriços...»

E o general fica pasmado ao ler o comunicado difundido em 14 de Junho pela agência Tass, que afirma serem «sem fundamento os rumores acerca das intenções agressivas da Alemanha». Ele comenta: «Podíamos observar exactamente o contrário, nas zonas da fronteira.» Mas, que pode ele fazer? Estaline é o senhor supremo. So ele decide...

Em 18 de Junho, conta Fedyuninsky, um desertor alemão apresenta-se aos russos. Embriagado, agredira um oficial e temia o tribunal marcial e o pelotão de execução. Afirma que o exército alemão invadirá a Rússia, em 22 de Junho, às 4 horas «Telefonei imediatamente ao meu superior, o general do exército Potapov, que me respondeu: «É uma provoca-



Roessler



Stafford Cripps



Churchill



Mussolini



Giano



Khrushchev

OS GRANDES EXCLUSIVOS **VM**

ção; não vale a pena perder a cabeça por um tal absurdo.»

Que mais podia ele fazer? Estaline, que acreditava na «provocação» inglesa, a despeito de todas as provas e, talvez, por causa da sua abundância, que ele considera suspeita, Estaline está convencido de que, se a batalha com Hitler é inevitável, ela não terá lugar antes da queda britânica. Proibe mesmo ao general Karabitchev, inspetor das tropas da engenharia, que inspecione, no começo de Junho, as fortificações avançadas da fronteira. Estaline não quer, por um lado, que alaste uma psicose de guerra entre os seus soldados e, por outro lado, pretende demonstrar a Hitler a sua confiança no pacto de não agressão, impedindo-lhe, ao mesmo tempo, qualquer pretexto de intervenção.

Contra a cegueira de Estaline, que pediam o general Freyuninsky, os relatórios dos postos das fronteiras, as informações do duo Rado-Roessler, as advertências de Sorge?

O EMBAIXADOR DO REICH AVISTA-SE COM MOLOTOV

Na noite desse 21 de Junho, às 20 horas, enquanto o ajudante-chefe Krempf, assim como os 5,6 milhões de soldados da Wermacht, mastiga, sem entusiasmo, a sua refeição fria e toma conhecimento de que a concentração está marcada para as 22 horas; enquanto, também, o tenente Kataiev afivela as suas malas, antes de partir para férias, e deixa brincar o filho,

com o urso de pelúcia, que será a última coisa a emalar, Estaline telefona ao general do exército Teleniev, que comanda a região de Moscovo. Sem mais comentários, dá-lhe ordem para «Pôr em estado de alerta a 75 por cento» a D. C. A. da sua zona. O general Teleniev fica perplexo: que significam aqueles 75 por cento? Por precaução, é o dispositivo de alerta total que ele manda pôr a postos.

Pouco tempo depois, Estaline recebe o marechal Timochenko, comissário da Defesa. Este enumera-lhe todos os sintomas anunciadores da guerra e reclama medidas de urgência. Estaline mostra-se glacial: «É em vão que o senhor tenta semear o pânico!» — responde-lhe com toda a brutalidade.

As 21 e 30, Molotov, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, recebe Schulemburg, embaixador alemão em Moscovo, no seu vasto gabinete atravessado por uma grande mesa de conferências. Moscovo está calma, nesse momento, meio adormecida; apenas alguns carros quebram o silêncio, a espaços. Molotov, que marcara uma entrevista com o embaixador, refere-lhe, com a impassibilidade habitual e sem azedume, um pouco como quem repreende uma criança, que a Luftwaffe, mais uma vez, precisamente nessa tarde de 21 de Junho, violara o espaço aéreo soviético. Recorda-lhe a última nota do seu governo, a tal respeito: «As tropas soviéticas alinhadas na fronteira foram proibidas de alvejar os aviões alemães sobrevoando o território russo,

sob a reserva de esses voos não serem frequentes.» E Molotov não insiste; o fim da entrevista não é esse. Trata-se duma «sondagem», em estilo diplomático, a que ele passa imediatamente: «Circulam boatos de guerra germano-soviética. Tem o governo alemão quaisquer agravos do governo russo? Em Moscovo, não se chega a compreender a atitude do Reich. Poderá sua excelência ter a gentileza de me esclarecer?»

Schulemburg parece sinceramente admirado. Promete informar-se. As 22 horas retira-se (4).

A ORDEM DO DIA DO FUHRER

Nesse mesmo momento, o ajudante-chefe Krempf está em posição de alerta, no meio da floresta, assim como toda a 4.ª companhia do 3.º grupo do 39.º regimento de carros, concentrado, calçado e com os seus capacetes. O capitão, sem transições, anuncia: «4.ª companhia! Vou-lhe ler uma ordem do dia do Fuhrer» — e começa lentamente a leitura, à luz duma lâmpada eléctrica, que lhe ilumina vagamente o queixo e o rebordo do capacete de aço: «Soldados da frente do Leste...»

Frente do Leste? Frente do Leste? Então, é a guerra! E as tropas, surpreendidas, ouvem que «desde há meses, os russos violam continuamente as fronteiras; que patrulhas tentaram penetrar em território alemão e só foram repelidas depois de longa luta. Da Noruega, em ligação com as tropas finlandesas, até ao mar Negro, com os nossos aliados romenos, este conjunto de exércitos, o maior da história do Mundo, vai passar agora ao ataque... O futuro do Reich alemão e a existência do nosso povo passam a estar nas vossas mãos. Que Deus nos ampare a todos, nestes combates!»

Um sussurro e exclamações foram interrompidos pela distribuição de 30 cigarros por cabeça e duma garrafa de «Schnaps», aguardente, para quatro homens. Depois, veio a ordem de desmontar as tendas e preparar os carros.

HITLER ESFREGA AS MÃOS

Hitler desceu do seu comboio especial e tomou posse do «covil do lobo», na Prússia Oriental. Está satisfeito com o seu novo quartel-general, bem camuflado — até com arbustos plantados no tecto. Keitel, que o sobrevoará todas as semanas, durante três anos, nunca o descobrirá antes de aterrar. Satisfeito, também, com as triplices barreiras de protecção, guardadas pelos seus S. S., e com a proximidade dos estados-maiores do exército e da

Empresa Industrial de Tintas, Limitada

Rua da Cascalheira, 33 — ALCÂNTARA

Telef. 63 80 08

L I S B O A

FABRICA DE TINTAS DE IMPRESSÃO TIPO LITOGRAFICAS
VERNIZES E MASSAS PARA ROLOS

ASSISTENCIA TÉCNICA E MATERIAS-PRIMAS DA IMPORTANTE
FABRICA ESCOCESA DA ESPECIALIDADE

A. B. FLEMING & C.ª, LDA

Edinburg-Scotland

FUNDADA EM 1852

Lurtwaffe. Mas protesta contra os mosquitos e moscardos, que vêm dos pequenos lagos vizinhos e se tornam incomodativos. Ordena, desabridamente: «Ponham mosquiteiros, mesmo por pouco tempo. Não posso suportar esta praga!»

As 23 e 30, apagaram-se as últimas luzes da fortaleza de Brest-Litovsk — as do sector em que habitam os oficiais com as suas famílias.

Todas as unidades alemãs estacionadas entre 10 e 20 quilómetros da fronteira puseram-se em movimento. Tudo está nos seus lugares, à beira da linha a atravessar.

A meia-noite, o cabo Ernst Busch do corpo de transmissões da Wer-macht, que fala correntemente o russo, recebe a missão de escutar as emissões de rádio do Exército Vermelho. Não capta nada: os russos estão a dormir.

Às 0 horas, todas as noites, desde o começo da guerra alemã, há três anos, Hitler escuta o pequeno relatório. O grande ouve-o todos dias, das 12 às 13

horas. Confirmam-lhe: as tropas alemãs estão nos seus postos, Hitler esfrega as mãos e ri-se, de contente.

Assim começou o dia 22 de Junho de 1941, o segundo do Verão, 129 anos após a passagem do Niémen, por Napoleão, em 1812, e um ano, dia por dia, depois da capitulação da França, em Compiègne.

Cinco milhões e seiscentos mil pares de olhos espreitam na sombra e no silêncio da fronteira soviética.

(1) Do princípio de 1940 até ao fim de 1943, em quatro anos, os oficiais do O. K. W. (estado-maior geral da Wer-macht) transmitiram 12 000 páginas dactilografadas de informações aos aliados — o equivalente a 40 libras!

(2) Sokolov-Kent, descoberto, refugiou-se em Marselha, onde foi detido pela policia alemã.

(3) Na verdade, a despeito de Estaline, os serviços soviéticos de informação

ligaram grande importância às comunicações de Roessler e transmitiram-nas, sem demora, aos principais chefes do Exército Vermelho, alguns dos quais afirmaram que era preciso estar doido para não lhes atribuir a importância que essas informações mereciam. Com efeito, durante cinco dias, Rado transmite tudo com extraordinária precisão: posições dos exércitos, direcções dos ataques, efectivos empregados, armamento das diversas unidades, etc. Em 10 de Agosto de 1941, os alemães descobriram a traição, sem poderem localizá-la, pondo a mão sobre um cofre-forte intacto duma divisão do 16.º Exército Vermelho, a Leste de Smolensk. Encontraram ali, em russo, a maior parte das informações transmitidas por Roessler

(4) Participante na conspiração de Julho de 1944, contra Hitler, Schuilemburg foi executado pela Gestapo, em Novembro desse mesmo ano.

Bertrand (Irmãos), Lda.

Officinas gráficas

Travessa da

Condessa do Rio, 7

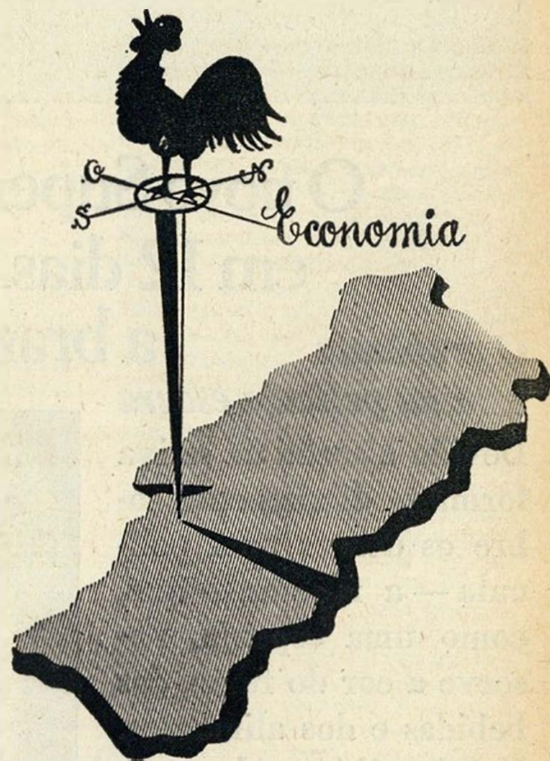
Tel. 30054-321227-321368

Lisboa




TIPOGRAFIA/OFFSET/ROTOGRAVURA

ORIENTE AS SUAS FÉRIAS NA
DIRECÇÃO MAIS ACONSELHADA:



APROVEITE OS PREÇOS REDUZIDOS
QUE LHE OFERECEM OS BILHETES
ESPECIAIS DA C. P.
INFORME-SE NAS ESTAÇÕES

 SERVIÇO COMERCIAL E DO TRÁFEGO



Fumar, beber e comer escurecem os dentes.



O novo Super Pepsodent com PL3 em 12 dias restitui aos dentes a brancura natural

LEVER 65-PP-29

O problema

está na película escura

Devido à acção da saliva forma-se diàriamente sobre os dentes uma película — a mucina — que, como uma esponja, absorve a cor do fumo, das bebidas e dos alimentos. Um dentífrico vulgar não retira esta película escura e ela vai-se acumulando até esconder totalmente o branco dos dentes.



Super Pepsodent com PL3 é a solução!

Super Pepsodent é o único dentífrico que combate eficazmente o escurecimento dos dentes.

Super Pepsodent contém agora a combinação de PL3 + laurisulfato de sódio que dissolve a mucina deixando o esmalte dos dentes limpo e brilhante. Olhe para o espelho passados 12 dias e verifique o resultado.

Super Pepsodent restitui aos dentes a brancura natural

livros

«O CINEMA, ENTRE NÓS» — de
Lauro António — Edição do autor —
Lisboa — 1967 — 70 pág. — 20\$00.

Subintitulado «Um Ano de Cinema em Portugal (1966)» e bastante contestável na sua parte crítica que ocupa quase trinta páginas, o livro de Lauro António (em edição do autor) revela um esforço de boa vontade que lhe deverá ser credenciado sem reservas nem reticências. Obra de indispensável consulta, pretende o autor servir o público e a cultura cinematográfica no nosso País, em complemento de uma acção intensa desenvolvida com o mesmo objectivo nos mais diversos sectores da Imprensa portuguesa: «O Seculo Ilustrado», «República» e «Plateia», são apenas algumas das publicações onde colabora assiduamente. Entusiasta do cinema (da arte cinematográfica) e constante espectador de tudo quanto se exhibe em Portugal, talvez esse factor «absorvente» iniba Lauro António de meditar mais profundamente os filmes que vê, amadurecer opiniões e fundar um critério exigente onde basear uma selecção rigorosa de filmes referidos, uma análise crítica menos circunstancial. Mas essa é afinal a servidão de quantos, em jornais, se obrigam a informar o público com urgência sobre o que se exhibe e uma das causas que impedem uma maior qualificação dos nossos quadros críticos. Perde-se em qualidade e profundidade o que tem de ganhar-se em rapidez e urgência de informação. O que há de útil e de verdadeiramente empreendedor neste autêntico anuário do cinema a que Lauro António meteu ombros, ninguém portanto o pode contestar e é exactamente o que todos nós, conhecidos ou não, amigos ou adversários, deveremos apoiar, se de facto nos batemos, contra todas as forças invisíveis, pela melhoria da exibição cinematográfica portuguesa, já que tão pouco ou quase nada se pode fazer quanto à melhoria da produção. Nesta frente de boa vontade se devem unir quantos desejam não (só) os louros da glória pessoal mas uma maior vitalidade para a cultura de que todos somos em principio responsáveis, espectadores e críticos (crítico é apenas o espectador obrigado a falar do que vê) e em última instância beneficiários: frente de que Lauro António ocupa hoje, sem dúvida, um lugar de infatigável «leader». Com actos (neste caso um livro editado à própria custa) e não só com palavras se afirma e defende a causa do bom cinema. ★



NOVOS
poetas

Casimiro de Brito

JARDINS DE GUERRA



JARDINS DE GUERRA — Casimiro de Brito — N.º 14 da Coleção «Novos Poetas» — Portugália Editora — Lisboa — 1966 — 95 págs. — Capa de João da Câmara Leme — 20\$00.

Conseguir, simultaneamente, a máxima comunicação e o estilo mais pessoal, parece-me ser o duplo objectivo de quantos escolhem, como Casimiro de Brito, os versos para via essencial de expressão literária. O autor, que editou o primeiro livro em 1957, procurou em 10 anos, com seis livros publicados, esse difícil ajustamento entre estilo e comunicação: se «Sete Poemas Rebeldes» (1958) faziam da comunicabilidade discursiva o seu único objectivo, «Telegramas» (1959) caíam no extremo oposto: um grau de hermetismo que sacrificava quase por completo a uma depuração estilística o que havia para dizer.

Agora, em «Jardins de Guerra», a conquista do equilíbrio que todo o poeta ambiciona. O novo livro de Casimiro de Brito marca um momento decisivo de maturidade, conciliação e consciência poética. As metáforas que apareciam nos «Poemas da Solidão Imperfeita» (1957), seu primeiro livro, reaparecem neste último, mas submetidas quase todas a um contexto mais subtil e, embora pareça contraditório, mais directo: um contexto de cunho barroco, uma simbologia em grande parte romântica e que o poeta dificilmente disciplina, incidindo (raras vezes), so-

bre objectos concretos ou evocando (quase sempre) atmosferas que aos objectos permanecem alheias e estranhas. A transcrição da realidade a que todo o poeta também aspira fica assim comprometida e sacrificada ao delírio cromático ou auditivo em que Casimiro de Brito se compraz. Dentro desta tonalidade dominante, porém, inserem-se os temas da realidade quotidiana que lhe conferem textura e densidade, temas da circunstância nacional ou internacional que assinalam e sublinham como vectores de fogo, a nossa época particularmente dramática: «O Negro», «A Fome», «O Deserto», «A Paz», «O Suicídio», são alguns títulos de poemas e alguns desses temas. Mas nem sempre a nota realista (crítica e polémica) se faz ouvir. Casimiro de Brito «saboreia» a palavra e a fascinação que certas metáforas sobre ele exercem é demasiado forte para evitar o que haja nelas de excessivo e retórico (em poesia, o abandono às palavras paga-se quase sempre com um empobrecimento de «informação»).

Deverá por isso apontar-se, em «Jardins de Guerra», um desvio frequente para a palavra «literária» (exemplo: «deus unânime», «silêncio de mármore»); mas, por outro lado, versos de vibrante beleza e de indiscutível densidade, devidos exactamente a uma busca literária («sementes: navios do sub-solo», «rios dobrados pela cintura», «uma casa grande/como um país pequeno», «No entanto as sementes prosseguem/em seu ofício/de liberdade. Indiferentes/aos mecanismos/da usura e da guerra./Operários da paz/no centro da terra.»). Poemas como «E Agora José?», «O Suicídio», «O Homem», «No Meios das Pedras», «Peço a Paz», «O Rio» atestam um retorno ao concreto, uma luta contra a abstração e ao mesmo tempo contra a vulgaridade. Conquistar o maior número possível de e de uma simbologia a que se mantém, desde a primeira hora, fiel, é um esforço que merece aprovação e aplausos, à margem dos teóricos que publicam artigos em páginas literárias e continuam a inventar, dia sim dia não, uma nova estética ou «arte de fazer versos». A sua arte só o poeta a pode aprender, praticando anos sem fim o seu ofício; e não os teóricos que, dia sim dia não, importam da Europa uma nova teoria, um novo ismo, uma nova e salvadora poética que se dignam depois colocar ao alcance dos menos favorecidos da sorte, dos que não estudam, como eles, em diversas línguas e culturas exógenas. A esta petulância e a esta teimosia, a esta abundante teorização em contraste com uma criação poética condenada à mais precária das sobrevivências, livros como o de Casimiro de Brito oferecem antídoto eficaz e uma sábia resistência que esperamos reforce em futuras frentes, em próximos livros.

FRANCISCO SMITH

— PINTOR FORA DO MUNDO

Francisco Smith, o pintor português que viveu praticamente toda a sua vida em Paris, onde morreria em 1961, tem agora a sua retrospectiva exposta no S. N. I. Para grande número de portugueses é a primeira oportunidade de verem obras suas para além das reproduções, de tomarem contacto com um pintor que foi exemplar na fidelidade à sua maneira de ser, de, pela primeira vez, se poder abalançar um juízo crítico.

Enquanto o nosso século se desencaixava numa tempestade de experiências plásticas (a que Portugal não conseguiu manter-se alheio, não obstante as distâncias e as limitações apertadas do meio), Francisco Smith ficou pairando como uma espécie de satélite girando fora do espaço, alheio ao eclodir das guerras, ao deflagrar das bombas, ao silvar agudo dos foguetões.

A crença num tipismo regional (que em si próprio não é poético senão visto de fora), a imagem de uma saudade (que é mais literária do que real, muito embora exalçada quase a escola filosófica), a fidelidade a uma tradição em vias de desaparecimento explicam que Francisco Smith tivesse, em certo período, sido exaltado como «chefe de fila» de uma arte de características mais ou menos oficiais — a que António Ferro patrocinou, mas que não conseguiu elevar-se acima da qualidade decorativa.

Sem dúvida uma pintura cheia de encanto, não sem a sua poesia, mas representando, sem dúvida, uma fuga à vida que favoreceu a criação de uma mitologia fácil, reveladora de um certo grau de imaturidade.

A fácil associação de imagens levar-nos-ia a recordar Chagall. Mas Chagall é um mundo de intenções, a sua ingenuidade é só aparente, o seu recurso às imagens da infância, de uma Rússia para sempre desaparecida são maneiras não de procurar o real mas de o reinventar. Francisco Smith terá feito precisamente o contrário — reinventar o real na esperança de o encontrar.

Este processo psicológico ingénua era servido, acrescente-se, de uma técnica com a qualidade precisa para o ilustrar. O «mativismo» voluntário de Smith é incoerente, puro e cheio de alegria e mesmo os coloridos mais vivos acabam por parecer sóbrios porque são apenas frescos, juvenis.

A influência de Francisco Smith nas últimas gerações portuguesas foi inexistente devido ao seu longo exílio. No entanto participou activamente nos



FRANCISCO SMITH — Auto-retrato
Uma certa imaturidade

primeiros anos da aventura da moderna pintura portuguesa. Amadeu Sousa-Cardoso, Eduardo Viana foram seus camaradas de todos os dias nos primeiros anos de Paris. Frequentou Kissling, Fujita, Severini, Modigliani. Ex pôs ao lado de Utrillo, Pascin, Grommaire, Picasso. Conheceu-os pessoalmente, mas continuou a manter-se alheio aos seus movimentos, às suas experiências, às suas revoltas. Olhava o Mundo com uma terna melancolia que o tornava — dizem — o mais simpático dos homens. A sua «sage humilité» (como escreve Raymond Gogniat) deixá-lo-ia no seu cantinho sem levantar problemas nem deles tomar conhecimento.

E com tudo isto conseguiu transformar-se num grande pintor.

R. A. ☉

JOÃO RODRIGUES

Quase ignorada, esquecida nas linhas anónimas dos «casos do dia», a notícia da morte do desenhador João Rodrigues terá passado despercebida da maioria. Pôs termo à vida quando tinha 30 anos de vida desordenada, caótica e outros tantos de talento esbanjado pelas mesas de café e em notadas contínuas em que uma alegria desdobrante, mais não fazia que disfarçar a sua angústia de viver.

O seu lápis crítico atingia uma ironia de desespero e uma virtuosidade técnica sem paralelo entre os desenhadores portugueses vivos. Trabalhou nos jornais e nos teatros, sempre sem grande continuidade. Pode dizer-se que praticamente não deixa uma obra, sujeitos os seus trabalhos — como a sua vida — a uma constante improvisação e a uma total ausência de método. O seu lugar, porém, não poderá ser substituído.

R. A. ☉

A SUÉCIA VAI PASSAR A CIRCULAR PELA DIREITA

No dia 3 de Setembro de 1967, um domingo, será proibido todo o trânsito automóvel na Suécia, à excepção das viaturas dos bombeiros, dos automóveis dos médicos, das ambulâncias e dos autocarros. No dia seguinte de manhã, a circulação voltará a fazer-se, mas em fases. Durante três dias, a velocidade será limitada a 40 km/h nas cidades, e a 60 km/h nas estradas, onde não irá além de 70 km/h durante pelo menos um mês.

Com efeito, no dia 3 de Setembro todas as forças da polícia, o exército e 50 000 agentes especialmente recrutados, terão por missão pôr as ruas e as estradas «às avessas». Durante vinte e quatro horas, entregar-se-ão à tarefa de mudar todos os letreiros indicadores da esquerda para a direita, repintar todas as linhas amarelas e inverter todos os sinais de direcção proibida.

O ponto de partida desse intermédio cómico, que não o é afinal de contas, foi a tomada de consciência de uma anomalia pelas autoridades suecas: os automobilistas do seu país eram os únicos da Europa que circulavam à inglesa — pela esquerda.

Para viverem «à europeia», tornava-se necessário remediar esse estado de coisas. O princípio da condução pela direita foi adoptado e votado no Parlamento sueco há quatro anos. Foi imediatamente criada uma «comissão para a circulação pela direita» e fixada a data da aplicação dos novos regulamentos: 3 de Setembro de 1967.

Utilizando-se da Imprensa, da rádio e da televisão, e fazendo uso de cartazes e conferências, a comissão conseguiu um verdadeiro «condicionamento» dos suecos. Foi ao ponto de criar meios de informação especiais para os cegos e para os surdos-mudos. Quanto às crianças das escolas, foram devidamente instruídas e informadas, de modo a poderem esclarecer e «converter» os seus pais.

O custo global da operação elevava-se a 600 milhões de coroas suecas (cerca de 3 360 000 contos), metade do qual é consagrado à transformação dos autocarros, os quais terão de ser providos de portas a abrir à direita. Serão os próprios automobilistas suecos que assegurarão o financiamento das operações mediante o pagamento, durante quatro anos, de uma taxa especial que irá de 42 a 84 coroas (235 a 470 escudos). Isso explica, sem dúvida, o facto dos automobilistas suecos se terem pronunciado contra a condução pela direita em dois plebiscitos... No dia 4 de Setembro, não terão, no entanto, por onde escolher. E os ingleses? ☉

ARLEQUIM, SERVIDOR DE DOIS AMOS

De Carlo Goldoni — pelo Piccolo Teatro di Milano.

Com a apresentação do Teatro Nô, este espectáculo do Piccolo Teatro de Milão constituiu o grande acontecimento da temporada. Desta vez os nossos críticos embandeiraram em arco e, aparentemente surpreendidos, utilizaram um leque de adjectivos bombásticos. Em vez de remoermos esses adjectivos — cuja justiça não se discute — parece-nos mais útil fazer uma breve e despretensiosa meditação sobre os motivos que a nosso ver estão por detrás deste êxito do grupo dirigido por Grassi e Strehler. Bom seria que todos nós tirássemos desta meditação as ilações que se impõem, se porventura formos capazes desse acto de humildade.

A nosso ver, o apuro verificado na actuação do Piccolo de Milão deve-se fundamentalmente a estes dois factores: capacidade de transformar um texto num espectáculo (qualidade da encenação, portanto); homogeneidade do grupo de actores e do conjunto do espectáculo — figurinos, cenário, música (trabalho de equipa, consequentemente).

Ora, salvo melhor opinião, estes factores, aliás também consequência de indispensáveis infra-estruturas, são basilares para a existência de um autêntico espectáculo teatral. Exemplos recentes vieram uma vez mais demonstrar que na encenação, como tradução dum texto em teatro e como factorização do rendimento colectivo do respectivo conjunto, reside uma das fraquezas da nossa actividade teatral. A vinda de encenadores estrangeiros de

real categoria (não há confusões) seria um dos caminhos para o possível debelamento dessa já crónica fraqueza (isto não é negar a qualidade de algumas encenações feitas por homens de teatro portugueses).

Ao encenar esta peça, que viramos anteriormente no Porto numa adaptação assaz resumida de Luis de Lima, Giorgio Strehler tomou como ponto de partida os seguintes postulados: tratar-se de um texto ainda identificado com a «Commedia dell'Arte» e que só como guião para o actor poderia interessar. A sua encenação teve, pois, em vista enriquecer o texto visual e dramaticamente (exemplo, a figura de Briguella).

Aproveitar, sublinhando-as, as situações que permitiram uma melhor caracterização da passagem do teatro como divertimento a teatro como lição que a obra de Goldoni reflecte.

Criar, finalmente, pelo ritmo, pela cor, pela fantasia, um espectáculo autênticamente popular, capaz de interessar públicos de qualquer lingua. Para isso permitiu que o actor pudesse, ele próprio, contribuir, através da improvisação, para o enriquecimento da sua personagem. É importante saber como Strehler encara o problema da direcção de actores para verificarmos a importância deste último facto: «Quero deixar aos actores a sua liberdade: sem dúvida, no começo dos ensaios, essa liberdade é mais aparente do que real, mas depois, uma vez que o actor compreenda concretamente qual o seu lugar na obra, ela torna-se real. E, então, que o actor italiano pode inventar — e os últimos ensaios tornam-se por vezes, apaixonantes. Consideremos, se quiser, que em cada uma das minhas encenações há uma metade que é a minha própria criação corrigida pelos autores, e outra metade que é criação dos actores corrigida por mim.» (1)

O resultado foi aquilo que se viu: um espectáculo fabuloso em que tudo parecia mecânicamente certo sem deixar de parecer espontâneo, em que tudo parecia espontâneo sem deixar de ser intencional. Uma crítica deste espectáculo não poderia deixar de conter uma catalogação dos truques, das invenções, das improvisações propostas

pelo encenador e pelos actores — des- de a distanciação criada pela maneira como os actores eram marcados fora de cena, tirando as máscaras, bebendo, tocando, cantando, pela maneira como certos diálogos eram desmistificados pela sua resolução em árias de ópera cómica —, até à aparentemente inescotável teoria de surpresas que Arlequim estendeava perante o nosso espanto. Na impossibilidade de fazermos essa enumeração — ver este espectáculo uma vez só é uma tortura — resta-nos manifestar a alegria que nos deu — esta alegria que o teatro pode ser quando tem esta qualidade, valha a verdade, notável em qualquer parte. E reconhecer, por outro lado, que embora seja este o mais conhecido dos espectáculos do Piccolo não é, ao que supomos, o mais representativo. Preferíamos tê-lo visto numa encenação de Brecht (nomeadamente, «Galleu Galleu»), ou de «El Nost Milan», de Bertolazzi.

Num discurso que pronunciou no átrio do São Luís, o actor e director da Companhia, Nico Pepe, fez algumas declarações curiosas sobre o culto da vedeta, que naturalmente considerou ultrapassado, e sobre o público a quem o teatro se destina, o público popular. Lembramo-nos, a propósito, do desfazamento entre um teatro popular e um público snobe, o desfazamento entre o teatro e o espectador — tema que bem merecia uma breve reflexão.

KNACK

De Ann Jellicoe — pelo Grupo 4

Eis, pois, que quatro jovens apaixonados por uma peça jovem, largam tudo e resolvem fazer Teatro. Aqui e agora. Eis, pois, que é necessário acreditar (de novo) no Teatro e (sempre) na Juventude.

Que dizer duma peça cujo original se desconhece e que foi adaptada para o nosso público: «Maria Helena Matos, que tem a seu cargo a encenação,



Das cenas de «ARLEQUIM, Servidor de Dois Anos»

CRÉDIT

FRANCO
PORTUGAIS



LISBONNE

PORTO
MATOSINHOS

Filiale du CRÉDIT LYONNAIS

Brevemente em Lisboa

PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL

confessou que teve alguns problemas:

— Não que a peça seja chocante — explicou — mas um bocadinho ou — sada, atrevida, como retrato que é da juventude de hoje. O problema era, sem lesar a intenção da autora, torná-la representável. Penso que o conseguimos...» (2). Até que ponto essa adaptação aos nossos costumes contribuiu ou justifica as incongruências que se observam nas situações criadas, os hiatos patentes no desenho psicológico das personagens? E uma certa falta de «ousadia», de «atrevimento», um certo tom de monotonia que pudemos observar, sobretudo nos dois últimos actos? Mesmo assim o que se vê vale a pena. Vale a pena pela simplicidade e pela autenticidade dum espectáculo que parece nascer espontaneamente diante de nós como um «happening». Vale a pena pela modernidade dum espectáculo que acerta o nosso teatro pela hora europeia num momento em que o seu arejamento é cada vez mais necessário e urgente. Vale a pena sobretudo pela juventude que tudo isso implica, de que tudo isso é consequência (o nosso teatro tem tanta falta de juventude!).

Não nos parece muito curial ver nesta peça um retrato da juventude do nosso tempo pelo simples motivo de que esse retrato a existir não poderia deixar de dar uma imagem falsa de uma realidade tão viva, mutável, diferenciada. Creio que a autora visou um outro alvo; dizer como jovens podem reagir em determinadas situações; como estas situações se criam e até aonde levam. Definir quatro personagens menos em conflito com o Mundo do que com a sua própria maneira de o viver, A história de Tom, o intelectual ou o humanista (João Lourenço), Colin, o tímido ou o escravo (Rui Mendes), o «castigador» ou o autoritário — ver nazi em potência — (Morais e Castro). Nancy, a provinciana ou a armadilha, (Irene Cruz) não é uma história realista, um processo a uma maneira de viver, um cliché. É, antes, uma moralidade, uma fábula, em que jovens definem maneiras de assumir responsabilidades, de criar ideais, portanto. Essa comédia um pouco louca diz com um sorriso coisas muito graves. Diz como se pode formar uma mentalidade autoritária ou uma mentalidade alienada. Não se deve, contudo, ver nela mais do que uma moral de relações humanas, a indicação de uma ética de convívio. Sobretudo: o instantâneo de comportamentos diversificados de cujo entrelaço nasce o conflito.

Este espectáculo é principalmente o êxito de quatro jovens. Eles enchem o palco e a sala com a sua juventude que é também um pouco de rebeldia, um pouco de inconformismo, alguma coragem. Saudemo-los como merecem. É possível que não venham a fazer mais nada que valha a pena (as sementes que trazem não medram neste terreno). Mas isto bastará para não os esquecermos.

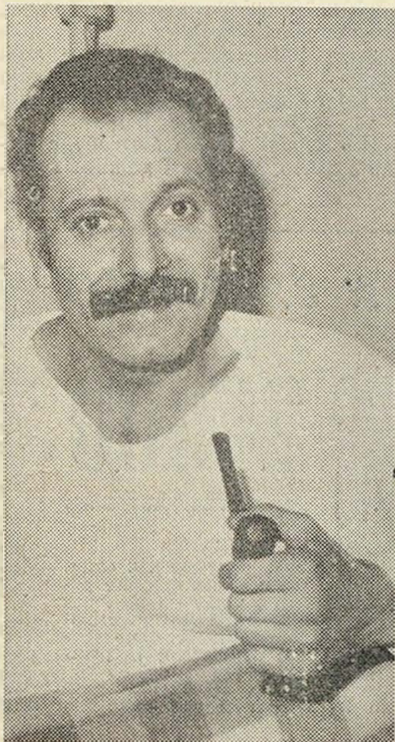
Não sabemos até que ponto a encenação contribuiu para o êxito do espectáculo. São alguns dos achados como os desenhos na parede (um sim-

bolo sexual, um símbolo da «tempestade» chinesa) da encenadora ou da autora? De qualquer maneira Maria Helena Matos criou um ritmo certo para a peça e dirigiu os seus actores com um notável sentido de equipa. É fundamental. O resultado é a unidade que o espectáculo assume, embora pudessem ter havido mais audácia nas intervenções da música, a luz, talvez. Por último, saudemos em João Lourenço o aparecimento dum notável actor.

- (1) In «O Teatro e a sua Estética», de Redondo Júnior — 1 volume.
(2) In «Diário Popular» — 28/4/1967.

C. P. ☉

● «MACBIRD» EM MONTPANASSE — A tradução de Macbird, a peça de Barbara Garson, que conta, parodiando Macbeth, o assassinio de Kennedy, e que deve ser representada no próximo ano no Gaité-Montparnasse, parece criar alguns problemas. Um grupo de jovens fez uma tradução que nem os editores nem os directores de teatro querem. O representante do grupo pretende que os outros estão a querer montar uma adaptação muito atenuada. Alex Grall, director das edições Denoel (que detêm os direitos de publicação de Macbird em França), explica: «Apesar de toda a simpatia que inspira o trabalho destes jovens, é-me impossível aceitar uma tradução que toma grandes liberdades com o texto original e que é totalmente falha de rigor no plano político».



Georges Brassens, atacado de violentas dores nos rins, foi hospitalizado e, depois, operado pelo dr. Couvelaire, notável urologista. A foto apresenta Brassens no leito do hospital

medicina

A CURA PELO L. S. D.

Os adultos que tomam o estimulante LSD podem estar a ameaçar a saúde física e mental das gerações futuras. Este é o ponto de vista de dois cientistas americanos que estudaram, o ano passado, os efeitos da droga nos tecidos e células humanas. As suas pesquisas, provavelmente as primeiras no género, levaram os drs. Nathan Back e Maimon M. Cohen, a crer que o LSD pode causar grandes danos nos cromossomas humanos — minúsculos agentes de hereditariedade contidos em cada célula humana.

Trabalhando em conjunto na Escola de Medicina Estadual, em Búfalo, os dois cientistas realizaram numerosos testes em culturas de células humanas, às quais se juntaram quantidades mínimas de LSD. Examinaram células sanguíneas tiradas de um indivíduo esquizofrénico que tomava o LSD, há muitos anos — este tratamento é usado, por vezes, nos esquizofrénicos e nos alcoólicos, como auxiliar da psicoterapia. Analisaram também amostras de sangue de outros indivíduos normais que se tinham viciado no LSD.

Comentando os resultados, o dr. Back afirmou: «Os nossos estudos iniciais levaram-nos à conclusão de que o LSD pode ocasionar alterações nos cromossomas, semelhantes às verificadas com certos tipos de moléstias hereditárias como o Síndrome de Bloom e a Anemia de Sanconi».

O Síndrome de Bloom é um tipo de atrofia física, e a Anemia de Sanconi é uma doença do sangue. O dr. Back, acrescentou não haver ainda provas suficientes para avaliar se estas doenças ou outras semelhantes podem ser transmitidas geneticamente, por um viciado no LSD — mas quando os cromossomas são atacados muitas consequências são possíveis.

Os dois cientistas esperam que o seu trabalho dê origem a estudos mais amplos de outros cientistas, no que respeita aos efeitos físicos do LSD e de outras drogas semelhantes.

Numa investigação separada, alguns médicos do Hospital Bellvue de Nova Iorque, estão a tentar descobrir se existe qualquer espécime de anormalidade nos bebés nascidos de mulheres que tomaram LSD, durante a gestação. A Delegação de Saúde Pública dos Estados Unidos está também a financiar um projecto quinzenal, a fim de determinar se é benéfico ou prejudicial aos psiquiatras o uso do LSD, no tratamento de certos tipos de doentes mentais. ☉

«MR.
WONDERFULL»
EM LISBOA

Há que dizê-lo sem hesitações: nos anais do nosso «music-hall» — ou melhor: na história do que acontece nos palcos portugueses neste género de espectáculo, para o qual os nossos artistas, decididamente não têm talento nem vocação — a actuação, hoje, em Lisboa, de Sammy Davis inscreve-se como o maior acontecimento de sempre.

Felizmente, o público da capital vai ter oportunidade de apreciar o grande artista na tipo de exibição que melhor se coaduna com o seu temperamento. Durante cerca de duas horas, dialogando ininterruptamente com o público, Sammy Davis patenteará, exuberantemente, o seu talento como cantor, bailarino, actor, músico, imitador, mimo e humorista — pelo menos...

Este fabuloso artista, que Frank Sinatra baptizou com a designação (hoje universal) de «Mister Wonderfull», é, na verdade, um dos casos mais extraordinários de versatilidade de que há memória.

Vio em Londres, em noite memorável, actuando «em directo» no estúdio principal do B. B. C. Television Center — e não há palavras que possam traduzir a minha admiração e o meu espanto pelo fenómeno que se produziu — seja a transfiguração (inimaginável) conseguida por um indivíduo de reduzida estatura, insignificante até, num ser que se agiganta à medida que



Um fluido arrebatador

o espectáculo progride. Tem razão Sammy Davis quando afirma, na sua notável autobiografia «Yes, I can» («Sim, eu posso»), que «subjuga fisicamente» o público: diante dele, processo de ritmo, tudo vibra em nós, exigindo uma adesão total. Estabelece-se, na verdade, um fluido que nos integra

no seu mundo, subjugando-nos ao sabor da sua imensa fantasia e da sua espantosa capacidade histriónica. Com Sammy Davis é possível entender-se o que significa, realmente, o «one man show», dado que ele é, em verdade, um autêntico homem-espectáculo.

J. M. ✪

● O «FAR-WEST» EM FRANCÊS — Descendente de pioneiros neo-zelandeses, Greame Allwright, que canta em francês canções do Oeste americano, passou-se por todos os caminhos do mundo e trabalhou em toda espécie de profissões: marceneiro, vinhateiro, maquinista, agricultor, professor de Inglês, monitor num hospital psiquiátrico. Mas a sua grande paixão era o teatro: foi aluno no Old Vic, actor na Comédia de Saint-Etienne (com Jean Dasté, cuja filha Catherine ele desposou), no teatro Récamier (com Serreau), e tentou o teatro, Mas a sua pronúncia mui-

to cerrada diminuía-o. Devotou-se então à canção da qual tinha alguma experiência nos coros da igreja de Wellington. Com velhas canções neo-zelandesas, baladas do «Far-West», canções de Dylan ou de Pete Seeger, arranjou um repertório. Juntou alguns textos de sua autoria: Johnny, descrição sem indulgência do soldado americano do Vietnã; Emméne-moi, uma história da sua vida de vagabundo; Ça, je ne l'ai jamais vu, um lamento de «cow-boy» bêbado, e interpreta-as nos palcos do «music-hall» franceses. ✪

ACABA DE SAIR A 8.ª EDIÇÃO

ATLAS DO MUNDO 20\$00
ECONÓMICO E POLÍTICO

Edição actualizada. Medida 22x27 — 24 páginas impressas a 8 cores. Capa de cartolina. 26 mapas diversos com as recentes fronteiras e páginas de texto indicando a economia mundial, as populações de todos os países e Ultramar Português, pelo recente recenseamento; principais montanhas, rios, túneis e vulcões de todo o Mundo; dimensões da Terra, Sol e Lua, superfícies e profundidades dos mares; as principais raças humanas, religiões e línguas, etc.

Envie o seu pedido em carta com letra bem legível incluindo o valor em selos do correlo a

E. FIGUEIREDO — RUA DE S. MARÇAL, 3. 1.º
LISBOA

(Não se fazem envios à cobrança nem se aceitam selos do Ultramar)

cinema

QUANDO
O CINEMA
SE INTERESSA
PELA JUVENTUDE

Os jovens do meio século... Quem são eles? Qual a sua predilecção? Que querem? Aonde vão? É de crer que a questão envolve preocupações, pois, em França, o ministro da Juventude consagra aos menores de vinte anos um «Livro Branco», contendo um resumo das suas reivindicações, receios e esperanças, e dado ainda que, na Bélgica, o Instituto de Sociologia da Universidade de Bruxelas promove um inquérito sobre a

juventude da capital, e considerando, também, que, paralelamente a estas pesquisas oficiais, organismos privados se entregam, por conta de diários e de hebdomadários, ou de mando de industriais, a investigações sobre os gostos dos jovens, seu poder de compra, sobre tudo quanto lhes diz respeito... Em resumo: uma grande «máquina de psicanalisar» toda uma geração.

Esta «máquina de psicanalisar» uma geração põe-se em marcha e o cinema intervém. Actualmente, um jovem realizador, Étienne Périer, debruça-se sobre a alma e o coração da juventude. O seu filme «Rapazes e Raparigas», em curso de realização, é bastante ambicioso. Servindo-se de um pequeno grupo de jovens ele pretende introduzir-nos no meio da geração montante. Ele próprio explica-se.

«Dado o número total a que ele se refere — declara Étienne Périer — um inquérito sério abrange, no fim de contas, um reduzido grupo de interessados, não devendo alterar-se as suas conclusões, mesmo que se aumentasse esse número. Em seguida a esta verificação, veio-nos à ideia que seria possível, sem trair uma visão de conjunto, estabelecer, a partir de alguns casos, um grupo de personagens reflectindo, pela sua natureza, pelos seus problemas e pelas soluções que encaram, o conjunto de uma geração trepidante no seio da vida.»

«Estes inquéritos e sondagens, tanto ao gosto da época, têm um paralelo cinematográfico: «o cinema-verdade» que, de câmara em punho, testemunha à sua maneira, reflectindo apenas um número muito rigoroso e limitado de opiniões expressas. A fraqueza deste processo visa a escolher sempre, por motivos evidentes de interesse, «testemunhos», diferenciando-os sensivelmente da massa que se crê que eles representam.»

«Num espírito diferente, com dados próprios a um inquérito, pareceu-me interessante — concluiu Étienne Périer — «dramatizar» os resultados, pa-

ra confrontar personagens disseminhantes, às quais os inquiridores se teriam dirigido separadamente — personagens que não têm, necessariamente, qualquer coisa a dizer, mas que vivem intensamente.»

A HISTÓRIA CONTADA POR «RAPAZES E RAPARIGAS»

Que idade têm? Dezassete, dezoito, dezanove anos... A Bela Idade, como lhe chamamos, quando já não a temos. O tempo em que se saboreia a vida com gosto. São quatro raparigas e seis rapazes de hoje, reunidos pelo destino numa casa de outra era.

Já não são, precisamente, adolescentes. Ainda não são homens. Abordam esse tempo livre em que cada um, liberto da família, ainda não se comprometeu algures e pode dispor de si... A Liberdade com maiúscula... Mas uma Liberdade que eles sentem, vagamente, não dever durar muito, pensando que, um dia, será preciso comprometê-la, em nome das próprias ambições comuns, que são fundar uma família, fazer carreira... Mas nenhum destes dez rapazes e raparigas ainda chegou a esse ponto, no começo deste filme, que é a história do seu encontro... Um encontro que ficará a ser a grande aventura da sua existência...

Com geral entusiasmo, eles tomam de assalto uma velha residência desmantelada: pouco limpa e sem conforto, ela não evita, todavia, a euforia da instalação. No entanto, a bela vida em liberdade engendra rapidamente a desordem e, em breve, a anarquia. Antes de decorrido um mês, tudo está em risco de se comprometer.

Felizmente, o desastre será evitado, por pouco. Mas, mais do que o desejo de ordem, impera o receio do regresso aos seus antigos quartos modestos, alugados ou em casa das famílias; o receio de voltarem a estar sujeitos ao arbítrio duma sociedade

adulta, que forçará rapazes e raparigas a organizarem-se e a criarem, sem mesmo darem por isso, com as suas regras, as suas sobrecargas, os seus tabus, uma outra sociedade, que será, afinal, a cópia exacta daquela a que eles procuraram fugir.

Depois, a angústia do amanhã parece, por algum tempo, afastada, num turbilhão de prazeres incessantes. Mas, à medida que eles se organizam e vão vencendo as dificuldades materiais, que quase os haviam separado, a personalidade de cada um afirma-se, surgindo então os atritos de ordem psicológica.

Torna-se-lhes necessário começar a encarar aquilo que eles não podem continuar a ignorar: o seu futuro, esse futuro que, no momento do seu encontro, eles eram unânimes em repelir e que começou a solicitá-los, cada dia com maior premência. Cada um sente vagamente que começa a faltar-lhe qualquer coisa. Isto até ao momento em que eles descobrem que não fizeram outra coisa senão preparar tudo para se emburguesarem.

Sem o confessarem a si próprios, compreendem que não se pode passar a vida em bando e que a sua associação não pode levá-los a bom fim. Se, em comum, eles chegaram ao termo dos problemas materiais, o certo é que lhes falta resolver — cada um por si — na melhor das hipóteses, a dois — os seus próprios problemas.

E cada um irá ao seu destino. Mas, deste fracasso aparente, sairão, amadurecidos, jovens capazes de se tornarem homens. E esta toda a moral do filme que Étienne Périer está actualmente a terminar, com a colaboração de uma equipa de jovens que, embora não tendo ainda os seus nomes nos anuários do cinema, nem por isso deixam de ser excelentes comediantes — segundo afirmam testemunhas que os viram actuar no estúdio.

CLAUDE LE GENTIL
(Exclusivo «France-Press»
e «Vida Mundial»)



Bénédicte Lacoste no filme de Étienne Périer, «Rapazes e Raparigas»



Ludmila Mikael, pensionista da Comédia Francesa, e J. C. Mancorps. Fazem parte do grupo seleccionado por Étienne Périer, para o seu filme «Rapazes e Raparigas»

WIESE & C.^A LDA.

estabelecidos
em 1865

UMA CASA
AO SERVIÇO
DA EXPORTAÇÃO
PORTUGUESA
TANTO
DA METRÓPOLE
COMO
DO ULTRAMAR

CARREIRAS DE NAVIOS
REGULARES.
PARA TODOS
OS PORTOS MUNDIAIS

R. do Alecrim, 12-A — Lisboa-2
Telef. 37 02 41 (10 linhas)
Telex. 1322 — Teleg. Wieseco

ciência

A CIÊNCIA AMERICANA E OS DISCOS VOADORES

Para esclarecer, de uma vez para sempre, o mistério dos discos voadores, a Força Aérea dos Estados Unidos criou um laboratório na Universidade do Colorado, à frente do qual colocou um físico brilhante, o dr. Eward Uhler Condon, tendo posto à sua disposição um crédito de 313 000 dólares (9390 contos), além de um computador electrónico e um assistente especializado em meteorologia e astronomia. Redigiram, entre ambos, um vasto questionário que será submetido a todas as pessoas que anunciem ter visto, no espaço, um objecto voador não identificado. O dr. Uhler sabe que uma boa parte desses objectos é, na realidade, satélites artificiais, sondas meteorológicas, aviões experimentais desconhecidos do grande público, etc., mas sabe também que é muito possível que haja outros aparelhos que justifiquem a criação do laboratório.

O U. F. O., como é conhecido esse centro, está disposto a equipar com máquinas fotográficas todos os polícias da estrada, por serem estes as pessoas mais indicadas para fotografar objectos estranhos por motivo da sua quase constante permanência ao ar livre. Essas fotografias serão examinadas no laboratório do U. F. O. através da mesma técnica e do mesmo método que são utilizados na análise das fotografias enviadas pelos satélites-espíões. Uhler e o seu assistente Robert Low mantêm-se em estreito contacto com eminentes cientistas e astrónomos, para estudarem conjuntamente os resultados das observações feitas.

Nos questionários destinados àqueles que observarem objectos estranhos pergunta-se não só qual o aspecto do objecto, a sua cor, dimensões, etc., mas também toda a espécie de pormenores por mais inverosímeis que pareçam. As reacções psicológicas do indivíduo são, de igual modo, estudadas com uma certa habilidade, a fim de se aferir a dose de crédito que poderá ser dada às suas declarações. É muito natural que a pessoa que se dirige ao U. F. O. a descrever um objecto voador que avistou confunda o que realmente observou com o que lhe pareceu ver. Assim, aquilo que lhe pareceu metálico converte-se, automaticamente, em metálico quando fala da sua observação... O U. F. O. recorreu também à indústria automobilística como conselheira, visto uma grande parte das pessoas que declaram ter avistado

discos voadores referir também um facto surpreendente: a paralisação dos motores dos seus automóveis. Acontece que, para que um motor deixe de funcionar, é necessária uma força eléctrica 400 000 vezes superior ao campo magnético da terra por onde desliza o carro...

O director do U. F. O. (as iniciais de Unidentified Flying Objects, ou seja Objectos Voadores não Identificados) duvida que venha a dissipar, com os seus estudos, todas as dúvidas sobre a existência de discos ou «charutos» voadores. Também acontece, claro está, aqueles que acreditam na existência desses objectos encontrarem toda a casta de explicações quando Uhler a desmente. Assim, depois de se analisar e fotografar, por exemplo, o local onde alguém havia visto uns «marcianos» descerem de um disco voador, chegou-se à conclusão de que as pegadas eram de pés humanos — mas um cientista disse que isso não significava coisa alguma, porque os «marcianos» podem muito bem ter pés semelhantes aos dos terrícolas... ❊

desporto

UMA LIÇÃO DE RÂGUEBI

Factos mais salientes das últimas duas semanas no panorama desportivo nacional: nos campeonatos de futebol (profissional ou semiprofissionais) já foram encontrados os respectivos campeões: Sport Lisboa e Benfica, na Primeira Divisão e F. C. Barreirense na Segunda. Esta última equipa regressa à Divisão de Honra, acompanhada pela do Tirsense, um clube que, em duas épocas, «saltou» da terceira para a primeira divisão. Como contrapartida, desceram as turmas do Beira-Mar, de Aveiro, e do Atlético Clube de Portugal, de Lisboa. Outro facto saliente foi a vitória obtida pela equipa de juniores de futebol do F. C. do Porto, no Torneio Internacional de Limoges, em França, o que aconteceu pela segunda vez consecutiva. Um torneio internacional de óquei em campo, disputado no Porto, não atingiu nível de interesse, e, no que ao ténis diz respeito, a Bulgária eliminou Portugal da prestigiosa Taça Davis pela diferença máxima: 5-0. Ausentes os nossos ciclistas «profissionais» da Volta à Espanha, verificou-se contudo, a ida de três atletas portugueses a torneios de atletismo em Madrid e Barcelona, com comportamento aceitável e «tempos» curiosos, para o nosso meio: Manuel ne Oliveira ganhou, mesmo, os 3000 metros obstáculos em Barcelona, prova em que possui, de facto, categoria olímpica. O único, de resto.

Mas o acontecimento mais brilhante do ponto de vista do desporto ame-

dor surgiu com a visita a Lisboa da equipa de rãguebi representativa da França. Considerada, de momento, como os melhores da Europa e, até, do Mundo, os rãguebistas gauleses fizeram uma elevadíssima demonstração de como jogar bem este emocionante e espectacular desporto. Opôs-se-lhes, na medida do possível, mas com dignidade, a equipa nacional portuguesa, que pela primeira vez atingiu a fase final da Taça das Nações, depois de eliminar a Espanha, o Marrocos e a Polónia.

A diferença de categoria amplamente demonstrada no Estádio da Tapadinha está, aliás, de acordo com a diferença de condições e possibilidades de recrutamento existente entre os dois países: em França, existem 832 clubes que se dedicam à modalidade, enquanto em Portugal, juntando atletas «seniores» e «juniores», há cerca de 820 jogadores... Enquanto em França o interesse popular e oficial está repartido por variadas modalidades desportivas, de preferência olímpicas e, portanto, amadoras (casos do rãguebi, atletismo, ténis, remo, etc.), no nosso País existe uma autêntica doença pelo futebol, ao nível profissional e clubístico, altamente alienatória. Enquanto, por fim, o governo francês traçou um plano de desenvolvimento desportivo do país com vista aos Jogos Olímpicos, com quatro anos de antecedência, plano que visa, logicamente, as modalidades essenciais, nós continuamos sem saber o que se passa quanto à nossa hipotética presença nas Olimpíadas do México para o ano que vem. Possivelmente, lá iremos com o hipismo, a vela e o tiro, modalidades de restrita difusão e interesse atlético, mas que, dada a categoria social dos seus praticantes, exige unidades mínimas e despesas pouco volumosas, dado que quase tudo corre por conta dos praticantes, no que à preparação diz respeito.

Contudo, e voltando ao Portugal-França em rãguebi, os atletas portugueses mostraram grandes qualidades e, por certo, muito terão aprendido, táctica e tecnicamente. Porque, no aspecto desportivo-disciplinar, honra lhes seja, foram magníficos.

O elevado «score» obtido, 56-14, de-

monstra, finalmente, uma proeza assinalável a crédito dos nossos rãguebistas; nem todas as equipas conseguem marcar 14 pontos ao forte «quinze» francês, inclusive com três ensaios de bom efeito espectacular. De tudo resultou um espectáculo muito agradável, de incedível índice desportivo e dignidade inequívoca, o melhor meio de fazer propaganda a uma modalidade que merece ser desenvolvida.

A. P. da S.

música

ELISABETH SCHWARZKOPF NA SOCIEDADE DE CONCERTOS DE LISBOA

Os motivos que conduzem a ouvir música estão ligados aos motivos que induzem ao acto de interpretar. A bem dizer, é quando estes dois impulsos não se conjugam plenamente que principia a necessidade das especulações sobre esta atitude social denominada consumo da sensação da música.

Temos, portanto, que estão interligados o fenómeno total de ouvir música e o fenómeno total de interpretar. Quando isso não se dá, começam as considerações críticas que como toda a crítica que pretende justificar formas que não correspondem ao total da obra de arte ou a sua realização não passam de meros compromissos. Podemos dizer — convém que se diga precisamente nesta época em que a crítica tende a exagerar a sua função — que a total interpretação é auto-evidente.

Não podia ser melhor ilustrada es-



ELISABETH SCHWARZKOPF

ta tomada de posição do que foi com o recital de «Lied», realizado no Tivoli, pela cantora Elisabeth Schwarzkopf. Esta estrela cintilante da constelação das Calla, Vitória de Los Angeles e Tebaldi não se limita a exhibir a sua impressionante virtuosidade que lhe permite inflexões e mudanças de timbre que por si recomendariam uma cantora. Ela serve de todos os seus ilimitados recursos para penetrar no espaço interior das obras, na sua organização interna, e transmitir o que existe por descobrir partindo deste princípio que em música se escreve de uma maneira e se executa de outra. Na sua audição dedicada a Gluck, Mozart, Schubert, Schumann, Hugo Wolf, Tchaikowsky, Rachmaninoff, Debussy e Ricardo Strauss, não só a voz mas «as vozes» de Elisabeth Schwarzkopf conseguiram verdadeiras «primeiras audições» que o público aplaudiu com entusiasmo.

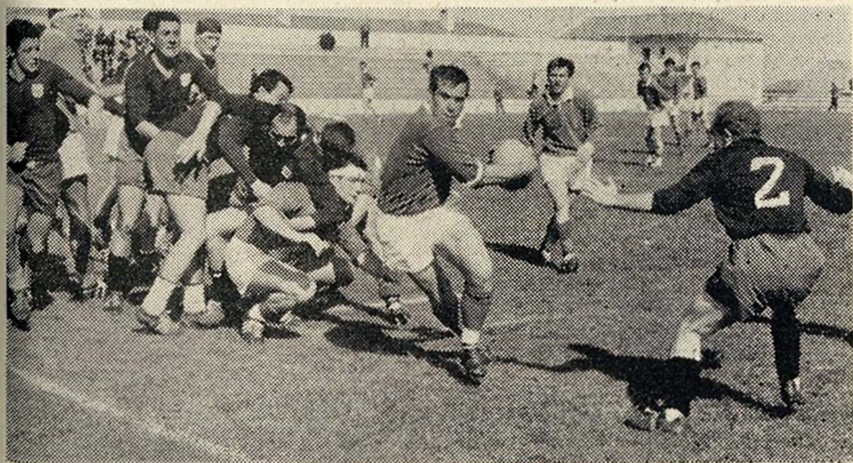
Resta acrescentar que o seu colaborador, o pianista Geoffrey Parsons, foi o acompanhador ideal para a homogeneidade das versões musicais que entre a voz humana e o piano foram conseguidas.

M. L.

aviação

CONCORRÊNCIA INTEREUROPEIA DE HELICÓPTEROS

A assinatura do protocolo de cooperação franco-britânico, no domínio de helicópteros militares, foi recentemente feita em França como um acontecimento «capaz de constituir um bloco europeu maciço, suficientemente poderoso, para fazer face à concorrência». Estes propósitos não coincidem com as notícias habituais: Europa contra os Estados Unidos e mais do que um negócio de «concor-



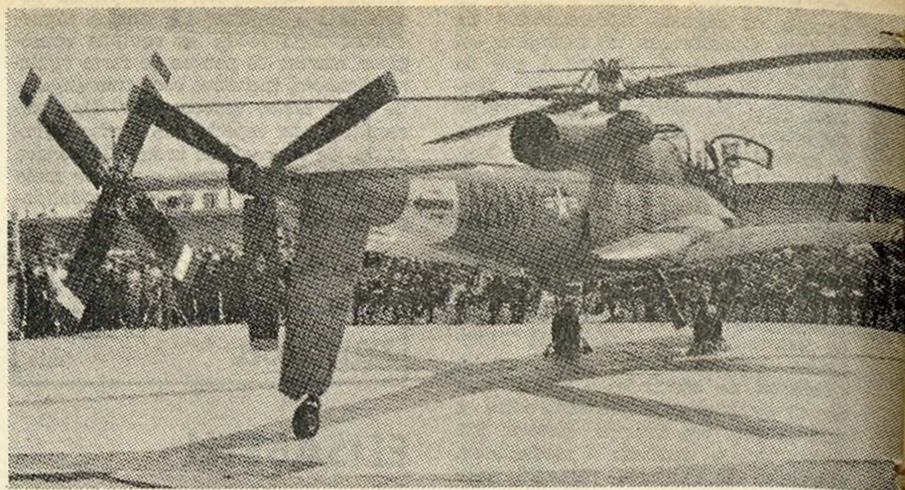
rência no interior da Europa, é mais a França e a Grã-Bretanha contra a Itália. É bem conhecido que, graças a uma competição entre empresas industriais, a Itália se tornou no decurso dos anos um dos principais países no plano da produção de helicópteros. Se bem que tenha trabalhado sob licença americana, a firma italiana Augusta representa, hoje em dia, uma grande força industrial. Desenvolveu material da sua concepção a ponto de provocar embaraços a um certo número de firmas mais antigas e importantes que ela. Esta posição foi atingida, indiscutivelmente, no momento em que uma firma britânica, a Westland, foi escolhida para construir, sob dupla licença, e montar o helicóptero italo-americano Augusta Bell 47. A cooperação franco-britânica actual tem por fim sobretudo não só dar vida ao gabinete de Estudos da Westland, mas também evitar a expansão da Augusta para lá da Mancha. Isto é tanto mais significativo se atendermos que a orientação actual foi adoptada em prejuízo de uma proposta para a construção dum Augusta Super 205 dentro dum quadro de cooperação italo-britânica.

A Augusta tem pois que fazer face a uma concorrência muito forte. Após ter assegurado, no plano interno, a execução das restantes licenças da Sikorsky e da Boeing Vertol à sua filial Elicotteri Meridionali, podia assim encarar o futuro com confiança. Mas, infelizmente, a situação interna na Itália encaminha-se para mudanças profundas.

Assim, o fabrico do Hughes 500 está previsto para este ano, pela firma Nardi de Milão, enquanto que foi criada uma nova firma para fabricar e vender o helicóptero ligeiro SH 4, aparelho de concepção italiana, que se apoiou e bastante na experiência e na tradição da Bell. A concorrência no capítulo de helicópteros na Europa tornar-se-á cada vez mais dura, no decurso dos próximos 3 ou 4 anos; a Itália, tentando chamar a si um papel principal, mesmo com o concurso de várias firmas, enquanto que até aqui a sua política, neste capítulo, era intérprete da rigidez. *

O HELICÓPTERO MAIS PODEROSO PARA O EXÉRCITO AMERICANO

É certo que os helicópteros realizaram grandes feitos no Vietnam; mas, quando providos de lança-granadas e lança-foguetes, esses aparelhos tremulos e chocalhantes oferecem poucas garantias de missão perfeita, no apoio de fogos a curta distância.



O helicóptero mais poderoso

Ainda há dias, na fábrica de Van Nuys, Califórnia, Lockheed pôs em movimento um protótipo brutal, com olhos de escaravelho, que não só é mais rápido e mais artificioso do que qualquer dos helicópteros em serviço no Vietnam, como também marca um grande avanço tecnológico, na vanguarda de qualquer outra realização da indústria do ramo: o Cheyenne AH-56-A.

Tal como um helicóptero convencional, o Cheyenne, com uma turbina singular, dispõe dum rotor principal e de outro montado na cauda, com uma função estabilizadora, para poder pairar, assim como para aterragens e descolagens verticais. Mas, no ar, um simples jeito dos comandos leva o propulsor da retaguarda a assegurar uma velocidade de 240 milhas horárias.

Concebido para proteger do fogo de forças terrestres os transportes convencionais de tropas, o Cheyenne leva consigo uma séie de foguetes, mísseis antitanques, um lança-granadas, além dum canhão automático montado no ventre. O seu próprio olhar é mortal: se o artilheiro, usando um computador e um aparelho de infravermelhos, para pesquisa de núcleos inimigos, estiver ocupado com um certo objectivo, o piloto, portador dum capacete com um dispositivo especial de focagem, pode, automaticamente, alvejar outro objectivo, com um simples olhar.

A concepção do Lockheed, quanto a um rotor rígido, torna, realmente, este modelo num estável giroscópio voador. Tal concepção, traduzida no emprego de pás rígidas, aplicadas, directamente, à haste do rotor, fora já ensaiada nos anos 20, sendo depois abandonada. Os técnicos de então verificaram que, quando accionavam o rotor, para mudanças de direcção, as pás em rotação desordenavam a máquina, que se tornava num giroscópio com a cabeça perdida...

Desde então, os construtores de helicópteros sacrificaram a simplicidade e a rapidez do voo, aplicando ao rotor pás flexíveis, montadas com pe-

sadas e complexas articulações. Mas Lockheed desenterrou em 1957 a concepção quase esquecida do rotor rígido e descobriu a forma de vencer as dificuldades: o piloto acciona directamente apenas um pequeno rotor de «controle» montado sobre o principal. Essa simples manobra permite levar o aparelho, quase instantaneamente, a qualquer altitude que se pretenda atingir.

Impressionado com a solução encontrada por Lockheed, é possível que o exército americano encomende meio milhar ou mais aparelhos Cheyenne (30 000 contos cada um) se as provas do protótipo derem plenos resultados. A entrega poderá efectuar-se cerca de 1970.

Entretanto, a Lockheed está a trabalhar noutros complicados projectos de veículos aéreos — entre eles um transporte militar, provido de rotores amovíveis e podendo atingir uma velocidade de 400 milhas horárias, e ainda um helicóptero interurbano, um «comutador aéreo», que pode transportar 70 passageiros entre bairros, a uma velocidade de 300 milhas por hora. *

● AS EXPORTAÇÕES BRITÂNICAS, no domínio da aeronáutica, atingiram em 1966 a quantia recorde de 206,5 milhões de libras.

Estas exportações representam (em milhões de libras): aviões e sobresselentes: 130,03; motores e sobresselentes: 72,13; engenhos: 10,66; equipamentos: 4,12; pneus: 1,24.

Os principais clientes foram (em milhões de libras): Células — Estados Unidos: 52,26; África do Sul — 14,46; Koweit — 5,32; Alemanha Ocidental — 4,36; Motores — Estados Unidos: 14,46; França — 8,96; Canadá — 8,47; Alemanha — 5,26.

Quanto aos números da exportação de materiais civis em 1966, oitamos: 43 BAC «One eleven»; 42 HS-125; 8 HS-748; 8 HS «Trident»; 6 HP «Herald»; 11 Beagle 206 e 17 helicópteros.

o futuro

A EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA NO ANO 2000

A despeito das risonhas previsões dos «fins de semana», na Lua e das grandes urbes envidraçadas, as perspectivas que, a 33 anos de distância, oferece o ano 2000 não são, realmente, aliantes. Os mais aceitáveis profetas — desde os autores de ficções científicas até aos ecologistas — prezem que, nessa altura, a Terra estará a braços com a fome e alvoroçada pela agitação social. Milhões de seres humanos — argumentam os profetas — estarão reduzidos a mascar algas e vitaminas; mais alguns milhões terão de se acotovelar, em busca de espaço onde possam dormir. E tudo isto ocorrerá por motivo da actual explosão demográfica. Muitos sociólogos concordam em que, a manterem-se as actuais tendências, a população do Mundo de hoje (mais de 3 biliões de habitantes) duplicará nos próximos 33 anos.

Os peritos mais pessimistas entendem que já é demasiado tarde para evitar que isto aconteça. A despeito dos progressos realizados nas técnicas de limitação dos nascimentos, insistem, não é de esperar, num futuro próximo, numa drástica redução do índice da natalidade mundial. Mas, no último número de «The Public Interest» — uma revista trimestral patrocinada pela Freedom House, de Nova Iorque — um respeitável cientista refuta enérgicamente essas sombrias perspectivas.

O articulista, Donald Bogue, sociólogo, sugere que, na realidade, a explosão demográfica já está a terminar. Bogue, director da Community and Family Study Center de Chicago, afirmou que, graças ao advento de programas internacionais para a limitação dos nascimentos e à aceitação popular das «pílulas», e outros meios modernos com o mesmo efeito, já não têm importância as «recentes tendências» das taxas de natalidade, em que os sociólogos baseiam os seus terrores malthusianos. «Estes factos são tão recentes e tão influentes — diz o mesmo autor — que as tendências da população, anteriores a 1960, são grandemente irrelevantes como base para prever o que acontecerá no futuro.»

Bogue apoia as suas conclusões, não só no progresso das medidas de limitação mas também no facto de as

taxas de mortalidade não estarem a declinar em ritmo tão rápido como já estiveram. Nas décadas recentes, os programas de inoculação maciça contra a febre amarela, a malária, a cólera e outras epidemias têm sido fortemente eficientes no aumento das possibilidades de sobrevivência, em todo o Mundo. Porém, novos progressos no «contrôle» da mortalidade estão a revelar-se muito mais lentos e isto é especialmente sensível nas zonas do Mundo sobrepopoadas e subdesenvolvidas. Como consequência, segundo Bogue, o saldo positivo da população — nascimentos menos óbitos — está a revelar um decréscimo.

ATÉ AO ZERO

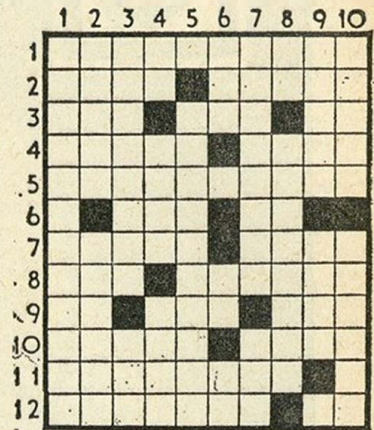
Bogue admite que ainda não há estatísticas definidas das actuais tendências da população e que os efeitos duma estável taxa de óbitos e da explosão das limitações não serão facilmente apreciáveis ainda durante alguns anos. Mas Bogue afirma também que estas evoluções «começarão a manifestar-se no censo de 1970 e serão mais claras em 1980». E, embora reconhecendo que sejam de esperar agudas crises demográficas e alimentares, nos países já sobrepopoados, como a Índia, a China e o Egipto, Bogue leva o seu optimismo até ao ponto de declarar categoricamente: «O índice do crescimento demográfico no Mundo afrouxará de tal maneira que chegará ao zero, ou próximo dele, cerca do ano 2000.»

Bogue entende que tudo isto se reflecte na mesa das refeições da Humanidade: «Dada a actual capacidade do Mundo, no que respeita à produção de alimentos, e às possibilidades de aumento dessa produção, se a moderna tecnologia for mais amplamente empregada — diz —, a Humanidade tem, evidentemente, ao seu alcance a possibilidade de abolir a fome — dentro duma década ou duas.»

Inevitavelmente, as opiniões de Bogue, surpreendentemente optimistas, foram objecto de críticas da parte de alguns dos seus colegas cientistas. Segundo Philip Hausser, presidente eleito da American Sociological Association, «a teoria de Bogue é uma combinação, perigosamente prematura, dum molho doce e dum pensamento benévolo... sem aplicação a dois terços da Humanidade». E o próprio Bogue reconhece que quando, pela primeira vez, expôs a sua tese em 1966, numa conferência de técnicos de alimentação, ele foi «praticamente expulso da cidade». A despeito destes desacordos, Bogue mantém os seus pontos de vista. Mas ele procede assim, como observa no seu artigo, com plena consciência de que «o tema é de suma gravidade e as penalidades por erradas apreciações deverão ser em proporção».

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 818



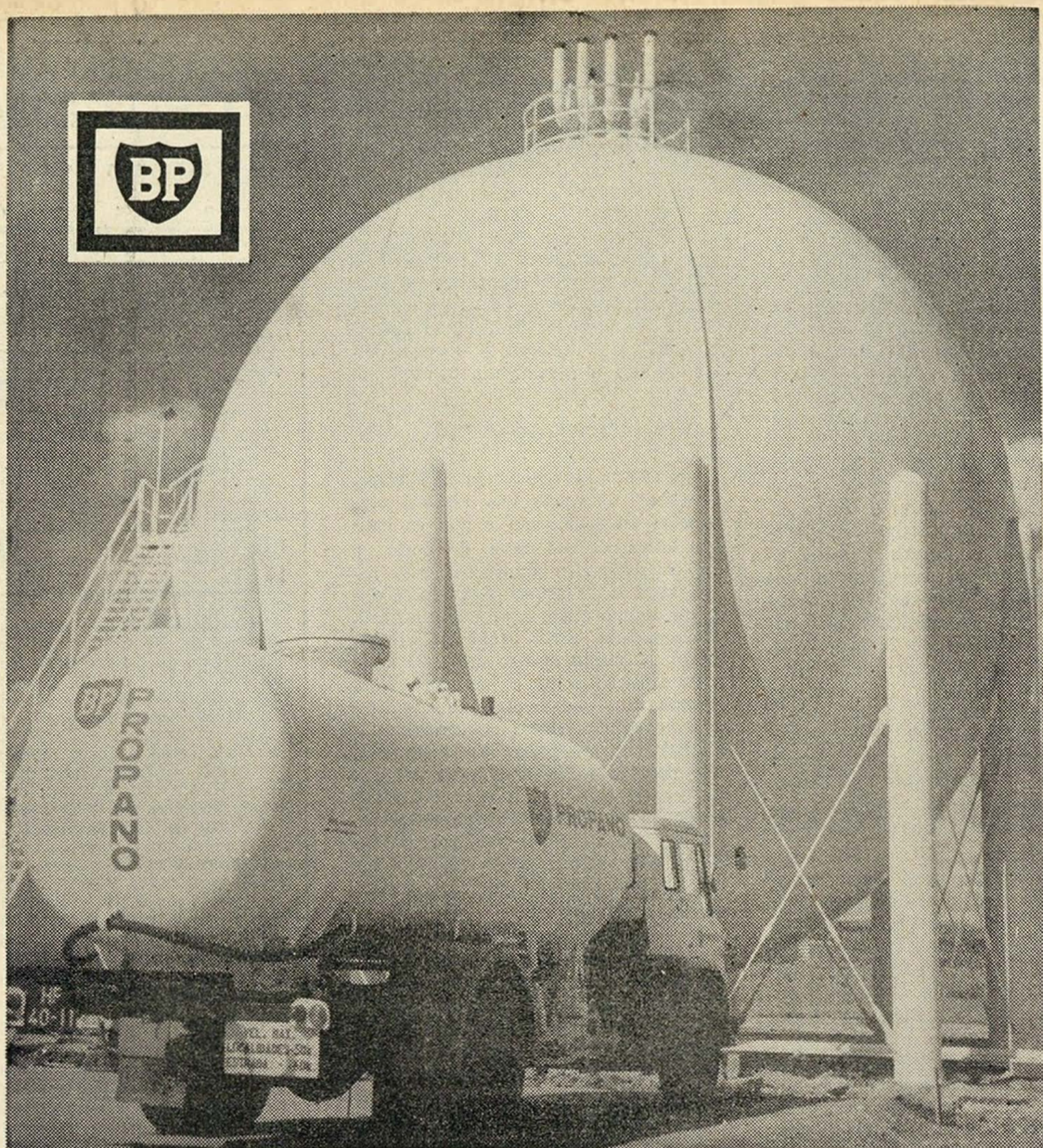
HORIZONTAIS: 1 — Um dos fundadores da República dos Estados Unidos, da qual foi o primeiro presidente, de 1789 a 1797, fazendo votar a Constituição que ainda hoje ali vigora, depois de derrotar os ingleses em Trenton e York-Town. 2 — Dura como bronze; redondel. 3 — Ponto cardeal; broca; Eduardo (abrev.). 4 — Mitra papal; circunscrição judicial. 5 — Tramavam. 6 — Gritos de dor; preposição. 7 — Água negra que escorre da tulha das azeitonas; viga. 8 — Argola de corrente; despedidas. 9 — Moeda chinesa; atilho; acolá. 10 — Proteles; rio da Rússia, afluente do mar Cáspio. 11 — Alcalóide que se extrai do tabaco e que é um dos venenos mais violentos. 12 — Escocara líquidos depositados; avistel.

VERTICAIS: 1 — General que superiormente comanda os 470 000 soldados americanos que combatem no Vietnam e defende a continuação da presença armada dos Estados Unidos naquele país, apesar dos protestos de várias nações e de uma boa parte da população lanque. 2 — Aceda; suprimir. 3 — Que tem a pele cartilaginosa; guinde. 4 — Existe; mau; cidade de Espanha que foi a capital de um reino fundado em 910 e que se reuniu a Castela em 1230. 5 — Pintor de paisagens. 6 — Antigo navio à vela; preposição e artigo; frequentar. 7 — Abertos a buril; indivisível. 8 — A ti; sugerir. 9 — Sobrecarrega; calha para escoamento de líquidos. 10 — Flutuam; daí guardia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 817

HORIZONTAIS: 1 — Apelantes. 2 — Bolívia; és. 3 — Siamês; ada. 4 — Osso; tapem. 5 — Lá; gégeno. 6 — Urdem; alta. 7 — Tais; broa. 8 — Ama; par; rs. 9 — Berriaria. 10 — Troco; dual. 11 — Ouso; coisa.

VERTICAIS: 1 — Absoluta; tó. 2 — Polsaram; ru. 3 — Elias; diabos. 4 — Limoges; eco. 5 — Avé; em; pró. 6 — Nisto; bar. 7 — Tá; agarrado. 8 — Apelo; Rui. 9 — Sedenárias. 10 — Samoa; sala.



NOVAS INSTALAÇÕES DA BP EM FARO

**AS NOVAS INSTALAÇÕES PARA ARMAZENAGEM
E MANIPULAÇÃO DE GÁS BUTANO E PROPANO, QUE A
COMPANHIA PORTUGUESA DOS PETRÓLEOS BP
INAUGUROU EM FARO,
SÃO UMA VALIOSA CONTRIBUIÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUL DO PAÍS
E, EM ESPECIAL, DA PROVÍNCIA DO ALGARVE.**



AO SERVIÇO DO PROGRESSO



102 anos de experiência

135 dependências em
território português

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

**O Banco do Povo
ao serviço de Portugal**

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CRÉDITO E PREVIDÊNCIA



SEDE: LARGO DO CALHARIZ, LISBOA

Total do Activo

Superior a 19000000 contos

Depósitos com garantia do Estado

Superiores a 16000000 contos

Reservas dos Departamentos de Crédito

Cerca de 3000000 contos

CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

CAIXA NACIONAL DE CRÉDITO

CAIXA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

AGÊNCIA FINANCIAL DE PORTUGAL NO RIO DE JANEIRO
FILIAIS EM TODOS OS DISTRITOS DO CONTINENTE E ILHAS
AGÊNCIAS POR TODO O PAIS

TELEGRAMAS: **ARGENTARIA**